



O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E A CULTURA NA PERSPECTIVA DE UMA UNIVERSIDADE POPULAR

II Conferência de Ensino, Pesquisa
e Extensão da UFFS (COEPE)

Organizadores:

Daniela Savi Geremia
Eliane Vilma Simon Sinigoski
Ione Inês Pinsson Slongo
José Oto Konzen
Marlei Dambros

Série Memória



II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E A CULTURA NA PERSPECTIVA DE UMA UNIVERSIDADE POPULAR

Organizadores:

Daniela Savi Geremia

Eliane Vilma Simon Sinigoski

Ione Inês Pinsson Slongo

José Oto Konzen

Marlei Dambros



Jaime Giolo
Reitor

Antônio Inácio Andrioli
Vice-Reitor

João Alfredo Braida
Pró-Reitor de Graduação

Joviles Vítório Trevisol
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Charles Albino Schultz
Pró-Reitor de Planejamento

Péricles Luiz Brustolin
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura

Emerson Neves da Silva
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Stefani Daiana Kreutz
Chefe de Gabinete

Claunir Pavan
Secretário Especial de Tecnologia de Informação

Cladis Juliana Lutinski
Secretária Especial de Laboratórios

Rodrigo Emmer
Secretário Especial de Obras

Lísia Regina Ferreira
Diretora do *Campus* Chapecó

Ivann Carlos Lago
Diretor do *Campus* Cerro Largo

Anderson André Genro Alves Ribeiro
Diretor do *Campus* Erechim

Vanderlei de Oliveira Farias
Diretor do *Campus* Passo Fundo

Janete Stoffel
Diretora do *Campus* Laranjeiras do Sul

Antônio Marcos Myskiw
Diretor do *Campus* Realeza



Reitoria: Av. Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – Chapecó – Santa Catarina – Brasil - CEP 89802-112
CNPJ 11.234.780/0001-50
www.uffs.edu.br
contato@uffs.edu.br

COMISSÃO EDITORIAL

Daniela Savi Geremia
Eliane Vilma Simon Sinigoski
Ione Ines Pinsson Slongo
José Carlos Radin
José Oto Konzen
Marlei Dambros
Everton Gabriel Bortoletti
Ana Paula Balestrin

Assessoria de Sistematização

Alexandre Fassina
Alexandre Maurício Matiello
André Lazarin Gallina
Paulo Roger Lopes Alves
Tomé Coletti
Túlio Vidor
Maria Helena Baptista Vilares Cordeiro

EDITORAÇÃO

Diretoria de Comunicação

Revisão

Claudiane Brito de Almeida

Capa, projeto gráfico e diagramação

Mariah Carraro Smaniotto

Fotografias

Assessorias de Comunicação dos Campis da UFFS

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1	
AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA	24
CAPÍTULO 2	
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.....	36
CAPÍTULO 3	
GESTÃO, COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	48
CAPÍTULO 4	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS ...	58
CAPÍTULO 5	
SAÚDE PÚBLICA/ SAÚDE COLETIVA	68
CAPÍTULO 6	
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	82
CAPÍTULO 7	
EDUCAÇÃO	92
CAPÍTULO 8	
CONHECIMENTO, CURRÍCULO E INTERDISCIPLINARIDADE NA PERSPECTIVA DA UNIVERSIDADE POPULAR	105

CAPÍTULO 9	
AÇÕES AFIRMATIVAS, INCLUSÃO E EVASÃO.....	116
CAPÍTULO 10	
MOBILIDADE ACADÊMICA E INTERNACIONALIZAÇÃO.....	127
CAPÍTULO 11	
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.....	134
CAPÍTULO 12	
CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO	144
ANEXO A	
REGIMENTO DA II COEPE.....	158
ANEXO B	
PROGRAMAÇÃO GERAL DA II COEPE	170
ANEXO C	
PROGRAMAÇÕES LOCAIS E PAINELISTAS DA II COEPE	173

PREFÁCIO

Com muita alegria, descerramos o livro da II COEPE, documento produzido por diversas mãos a partir da manifestação de variadas vozes, resultado de debates da comunidade universitária: desde as audiências públicas preparatórias, entre outubro de 2016 e março de 2017, a Plenária de Abertura, em março de 2017, até a Plenária Final, em março de 2018.

A Plenária Final consolidou os rumos materializados no presente livro, cujas ideias foram esboçadas nos Fóruns Temáticos, organizados pelos seis Campi da UFFS entre março a setembro de 2017. Os Fóruns constituíram-se como instâncias de sistematização dos grandes temas de interesse para a UFFS, a partir dos quais a comunidade acadêmica e a regional definiram as ações prioritárias para o Ensino, a Pesquisa, e a Extensão e a Cultura.

Pretendemos que as diretrizes traçadas neste livro, a exemplo das diretrizes da I COEPE, sejam os marcos reais e efetivos para as ações institucionais do próximo período. Assim, a Universidade Federal da Fronteira Sul seguirá consolidando sua identidade e aprofundando suas opções fundamentais, garantidas pela participação constante da comunidade acadêmica e da comunidade regional.

Como de costume, mãos à obra.

Jaime Giolo
Reitor

APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar à comunidade os resultados finais da II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), realizada entre novembro de 2017 a março de 2018 em todos os campi da UFFS. Em sua segunda edição, a COEPE procurou fortalecer os princípios norteadores que deram origem à Universidade Federal da Fronteira Sul, particularmente os compromissos com a construção coletiva, a participação social, a democracia e a cultura da avaliação e do planejamento. Ela primou, em especial, pelo aprofundamento dos debates sobre os principais desafios institucionais que se colocam para uma universidade popular situada numa região de fronteira e pelo fortalecimento da participação da comunidade acadêmica e regional na definição das diretrizes e ações prioritárias que devem orientar o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura no próximo quinquênio.

Em sua segunda edição, a COEPE se consolidou como uma dimensão estruturante da vida institucional. Ela segue sendo reconhecida pela comunidade acadêmica e regional como um importante espaço de participação e discussão sobre os grandes temas, agendas e ações que devem orientar o futuro da instituição. Tendo em vista as dinâmicas que promoveu e os resultados que engendrou, ela continua oferecendo importantes contribuições ao permanente processo de (re)definição das políticas institucionais para as diferentes áreas acadêmicas (graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e cultura), para a gestão institucional e para inserção da UFFS na região Fronteira Sul, no país e internacionalmente.

Similarmente ao ocorrido ao longo da primeira edição em 2010, as sessões das pré-conferências, dos fóruns temáticos e das plenárias da II COEPE envolveram docentes, servidores técnico-administrativos, estudantes, professores da educação básica, docentes de outras instituições de ensino superior, lideranças

políticas, organizações comunitárias e empresariais, sindicatos, cooperativas populares, movimentos sociais, ONGs e lideranças das comunidades indígenas. As deliberações desse processo participativo oferecem diretrizes para as pró-reitorias acadêmicas formularem e implementarem políticas institucionais de fortalecimento da graduação, da pós-graduação, da pesquisa, da extensão e da cultura. Os resultados finais, publicados em forma de livro, oferecem importantes subsídios para a construção do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFFS. A instituição encontra nele elementos para conceber e orientar o seu futuro.

Emerson Neves da Silva

João Alfredo Braidá

Joviles Vitório Trevisol



INTRODUÇÃO

A verdadeira Universidade (...) é a utopia concreta que subsiste entre seus muros no espírito dos estudantes e dos professores que guardam fidelidade ao seu espírito; mas é, também, a universidade enclausurada, que vive onde sobrevivem os que a conceberam; e é, sobretudo, a que ressurgirá em quantos, amanhã, hão de reencarná-la em liberdade e dignidade.

(Darcy Ribeiro, 1969)

A Universidade é um lugar de discussão, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.

(José Saramago, 2005)

“A epígrafe de Darcy Ribeiro, focada na Universidade de Brasília, é bastante expressiva e desafiadora para uma instituição universitária como a UFFS, gestada a partir dos esforços coletivos e populares de longa data e viabilizada em um contexto político favorável à democratização da sociedade e da cultura. Lança um olhar prospectivo sobre a universidade concebida como projeto inacabado, que carrega as marcas de sua origem — sua razão de ser, seu espírito — e que se revitaliza através do diálogo permanente com seu espírito originário. De igual modo, a afirmação tecida por José Saramago, que indaga sobre o lugar, o papel e os desafios da Universidade (no caso, a UFFS) no século XXI frente ao mercado da Educação Superior e a diplomação em massa, sem o devido cuidado com a qualidade e a densidade da formação técnica, científica e humana. Ambas nos ajudam a perceber a importância da realização da II COEPE (Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão) como espaço de diálogo e de debate público, envolvendo a comunidade acadêmica e regional, para consolidação da UFFS como ‘universidade pública e popular’.

A realização de debates públicos, seminários, audiências regionais e interestaduais envolvendo a participação de integrantes de organizações, movimentos sociais e representantes do poder público está na origem da constituição da UFFS. O resultado desse processo encontra-se expresso nos princípios de seu projeto institucional, que buscam resgatar o caráter público e republicano da universidade, fortemente ameaçado pelas ofensivas neoliberais de cunho mercantil, e projetam o seu redimensionamento na direção da democratização do acesso e da produção do conhecimento, traduzido no slogan “universidade pública e popular”.

Em sua primeira edição, realizada em 2010, a COEPE se propôs a “definir agendas e construir rumos”, num momento em que a instituição integralizava cerca de vinte por cento de seu quadro de servidores e de estudantes. O documento final evidencia a amplitude desse diálogo, tanto em volume de participação (que envolveu mais de quatro mil participantes e mais de duzentos painelistas, dos três estados de abrangência da UFFS), quanto de conteúdos discutidos (envolvendo onze eixos temáticos, traduzidos nos textos sistematizados, com indicação de prioridades apreciadas pela Plenária Final). Seus resultados impactaram significativamente os rumos das políticas e das ações desenvolvidas nos anos subsequentes.

Em sua segunda edição, realizada no período de novembro de 2016 a março de 2018, a Conferência teve por foco “O Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura na perspectiva de uma Universidade Popular”. Trata-se, neste caso, de um processo de avaliação dos rumos assumidos pela Instituição ao longo dos anos após a realização da I COEPE, além da discussão de novas perspectivas para o conjunto das áreas acadêmicas (ensino, pesquisa, extensão e cultura), tendo por foco a consolidação de um projeto de “universidade popular”. Constituem objetivos da II COEPE:

- I. Envolver a comunidade acadêmica e regional na avaliação da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão, tomando como referência as políticas e as ações estabelecidas para o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura no Documento Final da I COEPE;
- II. Promover a cultura da participação no processo de avaliação e de planejamento das áreas acadêmicas da UFFS;
- III. Fomentar a integração da universidade com a sociedade e a participação da comunidade regional nos processos de definição das diretrizes e ações institucionais;
- IV. Construir as (novas) diretrizes e ações prioritárias que devem orientar o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura da UFFS de forma integrada no próximo quinquênio;
- V. Aprofundar os debates sobre o projeto institucional da UFFS, particularmente sobre os seus compromissos enquanto universidade popular situada numa região de fronteira.

As atividades referentes à avaliação da primeira edição da Conferência e de sensibilização para a realização da segunda aconteceram ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2016, de acordo com calendário organizado em cada *Campus*, em formato de audiências públicas. Para tanto, foram disponibilizados um conjunto de dados acadêmicos referentes ao ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa, da extensão e da cultura. Também foram reunidos

e disponibilizados artigos acadêmicos, dissertações e teses que tratam de temas estratégicos vinculados às áreas prioritárias de atuação da instituição, produzidos e/ou orientados por pesquisadores da UFFS. Nesta etapa, foi possível revisitar os propósitos institucionais, colocá-los em diálogo com os grandes desafios históricos e regionais de universidade contemporânea e com a experiência institucional desenvolvida ao longo de seus anos iniciais de implantação. Alguns dos desafios centrais apontados nos relatos merecem ser aqui destacados.

Ao refletir sobre a universidade pública brasileira, no ano em que a UFFS foi criada (2009), Alex Fiuza de Mello, Naomar de Almeida Filho e Renato Janine Ribeiro apontavam para três grandes dimensões desafiadoras: a) atingir o padrão de qualidade compatível com as exigências do mundo contemporâneo e com o estado de evolução e dinamização do conhecimento em todos os seus domínios de manifestação, incorporando os avanços pedagógicos compatíveis; b) aproximar-se da universalidade do acesso, se não para todos os cidadãos que têm direito à educação plena, mas a todos que demonstrem vocação, aptidão e motivação para formar-se nos níveis superiores de educação; c) desenvolver, com o comprometimento orgânico de suas estruturas acadêmicas, programas sociais relevantes, capazes de contribuir para a solução de problemas nacionais inadiáveis, superando distintas modalidades de exclusão ou carência socialmente estrutural: sanitária, educacional, produtiva, etc.¹

É reconhecido que a UFFS, ao longo de seus anos iniciais de implantação, tem dado passos importantes na direção da superação dos desafios acima elencados. Com relação à universalidade de acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, suas políticas incorporam fatores socioeconômicos (escola pública e renda) e adotam reserva de vagas através de cotas (étnico-raciais e pessoas com deficiência) em níveis correspondentes aos indicativos sociais, além disso, também se ocupam com a definição de áreas de conhecimento prioritárias, procurando conferir-lhe enfoques socialmente relevantes e adotar uma estrutura curricular que abarca diferentes domínios formativos. A Universidade também promoveu ações de acompanhamento estudantil voltadas para a permanência dos estudantes. Contudo, há ainda muito que se discutir acerca das “exigências” do mundo contemporâneo, da “evolução e dinamização” do conhecimento em todos os seus domínios, dos “avanços” pedagógicos e da construção de programas socialmente “relevantes”, com o propósito de contribuir para a solução de problemas locais, regionais, nacionais e internacionais, considerando, especialmente, que estamos situados em uma região de fronteira.

¹ FIUZA DE MELLO, Alex; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma Universidade socialmente relevante. *Atos de Pesquisa em Educação. PPGE/ME FURB*. v. 4, no 3, p. 292-302, set./dez. 2009.

Um primeiro desafio diz respeito, portanto, à produção de conhecimento socialmente relevante. É relativamente consensual o reconhecimento da centralidade do conhecimento e da informação nos processos de produção econômica e cultural na sociedade contemporânea, bem como o seu uso competitivo nas inovações tecnológicas, no campo e na cidade. Uma parcela significativa dessa produção, tornada pública através de artigos e livros, resulta de pesquisas (básicas e aplicadas) desenvolvidas dentro das universidades. Contudo, é comum tais conhecimentos e tecnologias serem apropriados por agentes econômicos, constituindo um pilar da riqueza de empresas e um instrumento de poder por parte de alguns países. No contexto político brasileiro atual, marcado por uma nova ofensiva neoliberal, envolvendo a privatização das instituições e as ações do Estado (que impactam diretamente nas universidades públicas), exige-se um grande esforço para evitar a funcionalização e a sujeição crescente das universidades à lógica de produção/apropriação do conhecimento pelas organizações econômicas. Em contraposição a essa tendência, como pondera Carlos Tünnermann Bernheim, é preciso que as demandas das empresas sejam “examinadas de uma perspectiva mais ampla, levando em conta os desafios e as demandas que lhe são impostos pela sociedade como um todo”, superando o viés econômico ou estratégico com alcance social apenas para uma fração da sociedade². Na prática, contudo, existe equilíbrio entre as distintas demandas? Quem definirá a relevância destas demandas? Terá como ênfase a relevância social, ao invés da relevância econômica ou política? Para que modelo de sociedade?

O momento requer reflexões de maior densidade sobre o conceito de “relevância social”. O fato da UFFS estar situada em três estados e em seis campi no Sul do Brasil, próximo à região de fronteira com a Argentina, faz com que a definição de relevância social (que deve surgir a partir da consulta à comunidade acadêmica e à comunidade local/regional) não venha a ser igual para todos os campi da Instituição. Outro elemento importante a ser avaliado, quando da discussão do conceito de relevância social, diz respeito aos cursos de graduação e pós-graduação em funcionamento nos campi, visto que, direta e indiretamente, facultarão ações mais incisivas em algumas áreas do conhecimento em detrimento de outras. Ao mesmo tempo, deve-se averiguar em que medida, em que tempo e em quais circunstâncias a aproximação com as empresas e instituições financeiras será salutar para a Universidade e para a Sociedade local e regional.

O que a sociedade local e regional espera da universidade pública? Observa-se que alguns temas já estão, de longa data, entre as grandes pautas da universidade pública: a erradicação da pobreza, a intolerância, as violências, o

² BERNHEIM, Carlos Tünnermann. *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da Conferência Mundial sobre Educação Superior*. Brasília: Unesco, 2008. p. 20.

analfabetismo, a fome, as doenças e a degradação ambiental, sobretudo mediante uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar. Essas pautas não são de responsabilidades apenas da universidade pública, mas também de um conjunto de instituições e órgãos governamentais e não governamentais, espalhados pelo território nacional, cada qual com suas demandas, estratégias e ações. Tal perspectiva reforça a necessidade de a universidade, enquanto instituição social dotada de especificidades, identificar seu papel e articular as suas ações com as demais instituições, organizações e movimentos sociais.

Um segundo desafio que vem se apresentando às universidades (sejam elas públicas, comunitárias ou privadas) é a pressão sobre a quantidade e a velocidade da produção e aquisição do conhecimento, que impacta o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura, bem como as formas de “avaliação” do quadro docente e técnico via quantificação das publicações de textos acadêmicos na forma de artigos e livros. Ainda que venha a ser uma característica da cultura contemporânea, como frisou David Harvey em *A condição pós-moderna* (1992), essa “compressão espaço-tempo” tem implicado fortemente os seguintes aspectos: a) a qualidade/superficialidade das reflexões teóricas, metodológicas e de conteúdo na produção acadêmica, bem como a incidência cada vez maior de plágio e autoplágio; b) a aceitação e adoção de formas de avaliação do quadro docente (quando da publicação de editais internos e externos) tendo como critério predominante a quantificação da produção acadêmica, via Curriculum Lattes; c) a redução da carga horária dos cursos de graduação, para que os docentes possam, sem ferir as legislações e regimentos internos, ministrar aulas em programas de pós-graduação, orientar alunos e bolsistas, atuar em grupos de pesquisa, coordenar ou atuar como revisor ou parecerista em revistas científicas e, ainda, participar de inúmeras comissões internas destinadas a dar andamento ao trabalho cotidiano da gestão da universidade pública; d) o surgimento de distintas patologias médicas/psicológicas (oriundas de esgotamento mental e físico) em servidores docentes, em técnicos e em estudantes que, por sua vez, afetam o desenvolvimento das atividades-fim e meio das universidades. Até que ponto a universidade e a comunidade acadêmica podem e devem ceder a essa “compressão espaço-tempo”? Qual é o limite aceitável?

A absorção da “compressão espaço-tempo” por parte da universidade pública impõe sério risco à formação técnica, científica e humana de seus discentes, sobretudo, com a qualidade e profundidade que, em tese, se explicita no perfil do egresso da UFFS. O aprofundamento do diálogo interdisciplinar, envolvendo os domínios formativos, constitui um desafio contínuo, especialmente na revisão dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. É necessário formar nossos egressos com a plena capacidade de conviver com a mudança, de mudar

e de provocá-la nesse tempo de incerteza/insegurança, resultado direto e indireto da “modernidade líquida” para alguns, da “pós-modernidade” para outros e, ainda, da “cultura e da sociedade do efêmero”, para aqueles que compreendem que vivenciamos mais um estágio da modernidade.

Um terceiro desafio que se impõe à universidade pública, refletindo a partir da experiência da UFFS, está em avaliar e redimensionar a política de contratação dos docentes através de concursos públicos. É preciso contemplar não só o perfil da área de atuação e o campo de conhecimento, mas levar em consideração o projeto político institucional da UFFS, seus princípios filosóficos e as experiências no exercício da docência, sobretudo no ensino superior, como critérios que potencializam as atividades requeridas para a consolidação do projeto institucional. Existe identidade e empatia entre a formação do docente, a área de atuação e os princípios institucionais? Nesta esteira, também é necessário amadurecer uma política de atração de docentes estrangeiros e professores visitantes para lecionar em cursos de graduação e de pós-graduação. Eis uma ação importante e necessária quando se trata da internacionalização da universidade pública.

No âmbito da sensibilização, destaca-se, ainda, um quarto desafio, que diz respeito à indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura e entre o ensino de graduação e o de pós-graduação. Como refere Tauchen, “o conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia.”³ Trata-se de um princípio paradigmático, epistemologicamente complexo. No contexto da universidade brasileira, tal princípio se impõe como exigência legal a partir da Constituição de 1988. Sua importância nos remete ao movimento que lhe deu origem, o Fórum Nacional da Educação na Constituinte, que liderou a aprovação de emenda popular em defesa de sua incorporação ao texto constitucional. Expressa, portanto, a expectativa social de construção de um projeto democrático de sociedade e de produção de conhecimentos socialmente referendados. No caso da UFFS, o projeto pedagógico institucional expressa claramente a intencionalidade de promover a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão desde a início da Universidade, como perspectiva de conferir uma orientação social aos processos de produção do conhecimento. No contexto desta Conferência, que intenciona contribuir com a consolidação do projeto de universidade popular, debatendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura, a integração dessas atividades constitui de fato um pilar central.

3 TAUCHEN, Gionara. *O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Como destacado inicialmente, os desafios elencados até aqui integraram o processo de reflexão e de sensibilização em prol da realização da II COEPE. Para além desta sensibilização, a Conferência envolveu atividades desenvolvidas em torno de um conjunto de eixos temáticos previamente estabelecidos e adaptados à realidade local dos campi. Os debates foram sistematizados por relatores definidos para este fim, lançados em formulário próprio com as propostas de encaminhamento e enviados à Comissão de Sistematização que os integrou em um documento único. Coube às direções dos campi, em colaboração com as Comissões Locais, providenciar a organização dos fóruns temáticos, definir as atividades a serem desenvolvidas e os painelistas a serem convidados, realizar a publicização das atividades e o registro das discussões, bem como a sua organização em formato de texto acadêmico, a ser enviado à Comissão de Sistematização, em conformidade com o Regimento da II COEPE. A relação dos fóruns temáticos realizados em cada campus, acompanhada da indicação de seus coordenadores, painelistas convidados e relatores está registrada no anexo C. A partir dos relatos encaminhados pelos campi, a Comissão de Sistematização agrupou algumas temáticas, de forma a possibilitar a aproximação, a integração dos diálogos e reflexões realizadas nos diferentes campi, ficando os eixos temáticos estruturados da seguinte forma:

1. Agricultura familiar e agroecologia;
2. Meio ambiente e sustentabilidade;
3. Gestão, cooperativismo, economia solidária e políticas públicas;
4. Desenvolvimento regional, urbano e políticas públicas;
5. Saúde pública/saúde coletiva;
6. Tecnologia, inovação e desenvolvimento social;
7. Educação;
8. Conhecimento, currículo e interdisciplinaridade na perspectiva da universidade popular;
9. Ações afirmativas, inclusão e evasão;
10. Mobilidade acadêmica e internacionalização;
11. Direitos humanos e cidadania;
12. Consolidação e expansão da universidade.

A partir dessa reorganização, foi produzido um texto único para cada eixo temático, apresentado em forma de capítulo na presente publicação. Ao final de cada um dos capítulos, consta uma tabela com a indicação das propostas de encaminhamento, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura, que foram os objetos de apreciação da Plenária Final, integrada por delegados de todos os *campi*, realizada no dia 29 de março de 2018, no *Campus* Chapecó.

O primeiro capítulo trata do Fórum temático voltado à “*Agricultura Familiar e Agroecologia*”, desenvolvido em todos os *campi*, com variação dos enfoques e envolvendo a participação de um conjunto expressivo de entidades e pesquisadores. Os relatos apontam para as dificuldades associadas à continuidade/sucessão da agricultura familiar, destacam a importância de sua aproximação com o modelo agroecológico e analisam seus embates com o modelo convencional de produção. O capítulo está organizado em torno das seguintes categorias: a) A concepção de agricultura familiar; b) A agricultura familiar e o mundo rural na sociedade capitalista contemporânea; c) O modelo agroecológico; d) Os embates políticos da agricultura familiar; e) A natureza da assistência técnica requerida; f) A sucessão na agricultura familiar; g) A necessidade de (re)educação. As propostas de encaminhamento reforçam as opções da UFFS pelo modelo agroecológico e estão voltadas para o seu fortalecimento.

O Fórum temático “*Meio ambiente e sustentabilidade*”, abordado no segundo capítulo, foi desenvolvido nos *campi* Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, com diferentes enfoques, de acordo com as especificidades dos cursos presentes em cada um dos *campi*. Os debates realizados destacam a problemática do uso indiscriminado dos agrotóxicos no contexto atual, tendo por base a avaliação de seus impactos, sobre a saúde humana e o meio ambiente, evidenciados por inúmeras pesquisas realizadas pela comunidade científica, incluindo pesquisadores da UFFS. Reforçam o compromisso da UFFS com a produção de alternativas vinculadas à superação do uso dos agrotóxicos, incluindo os ambientes da própria Universidade. O capítulo está organizado em torno das seguintes categorias: a) recursos naturais e importância da água para a manutenção da biodiversidade; b) uso/degradação do meio ambiente; c) saúde única: humana, animal e ambiental; d) políticas públicas e sustentabilidade ambiental. As propostas de encaminhamento reforçam a contribuição da Universidade na elaboração de diagnósticos para a definição de ações sustentáveis e para a construção de políticas públicas.

O terceiro capítulo trata do Fórum temático “*Gestão, cooperativismo, economia solidária e políticas públicas*”. O Fórum foi desenvolvido nos *campi* de Chapecó, Erechim, Realeza e Passo Fundo, com diferentes enfoques, em conformidade com as especificidades de cada *Campus*. Contou com a participação de diferentes entidades. Os debates deram ênfase às experiências de economia solidária e de cooperativismo alternativo em diferentes áreas de atuação e apontaram dificuldades relacionadas à consolidação dessas experiências. Também refletiram sobre o papel da Universidade na qualificação e fortalecimento das iniciativas econômicas alternativas, vinculadas aos processos de autogestão e de promoção de políticas públicas voltadas para a construção de uma sociedade

mais igualitária. O capítulo está organizado em torno dos seguintes tópicos: a) Concepções; b) Economia solidária e cooperativismo; c) Gestão: cooperativas e agricultura familiar; d) Políticas públicas; e) Gestão pública. Em torno dessas categorias, são propostos um conjunto expressivo de encaminhamentos.

O Fórum temático “*Desenvolvimento regional, urbano e políticas públicas*”, objeto do quarto capítulo, foi desenvolvido nos *campi* Chapecó e Laranjeiras do Sul. As reflexões desenvolvidas nesse Fórum problematizam a concepção de desenvolvimento prevalecente em nossa cultura e lançam novos desafios para a Universidade. As reflexões estão voltadas, especialmente, para o fortalecimento do diálogo com a comunidade e a para a produção de conhecimento sobre a região de abrangência da UFFS. O capítulo está organizado em torno das seguintes categorias: a) concepção; b) desenvolvimento regional e urbano com participação popular; c) desenvolvimento regional e urbano e governança; d) a produção do conhecimento sobre a região e o local como pauta prioritária para a pesquisa; e) a universidade e a sociedade juntas para o desenvolvimento regional e urbano; f) os modelos alternativos ao desenvolvimento regional e urbano. As propostas de encaminhamento gravitam em torno dessas categorias.

O tema do quinto capítulo é o Fórum “*Saúde pública/saúde coletiva*”, desenvolvido nos *campi* Chapecó, Passo Fundo e Realeza. Os relatos destacaram uma forte preocupação com o momento político atual, caracterizado pela minimização do Estado e seus impactos sobre a saúde, envolvendo a austeridade financeira (fixação de tetos para gastos na área da saúde - Ementa Constitucional 95/2016), o desmonte do SUS mediante processos de privatização, terceirização e abertura para o capital estrangeiro explorar a assistência à saúde, as campanhas midiáticas focadas no enfraquecimento dos princípios doutrinários do Sistema (universalização, integralidade e equidade) e a criação de planos populares de saúde em substituição ao dever do Estado e a concepção de saúde como direito de todos. Também refletiram sobre o papel da Universidade na formação de profissionais da saúde, tecnicamente qualificados e politicamente comprometidos com a saúde pública e sobre as dificuldades e desafios relacionadas à inserção dos egressos no contexto da fronteira Sul. O capítulo está organizado em torno das seguintes categorias: a) concepção de saúde pública x saúde coletiva; b) educação e formação de profissionais de saúde; c) redes de atenção à saúde: articulação entre a formação acadêmica, gestão e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e comunidade; d) promoção de saúde com foco nos determinantes e condicionantes sociais; e) conjuntura política e econômica: defesa do SUS e mobilização social; f) alimentos, agrotóxicos e saúde. As propostas de encaminhamento derivam destas análises.

O Fórum “*Tecnologia, inovação e desenvolvimento social*” é o tema do sexto capítulo. A temática foi desenvolvida nos *campi* Chapecó, Laranjeiras do Sul, Realeza, Passo Fundo e Cerro Largo, com variação nos enfoques, em conformidade com os propósitos dos organizadores locais. Os debates problematizam as visões triunfalista e apocalíptica de tecnologia, segundo as quais a tecnologia se configura como solução para todos os problemas da sociedade, ou todos os problemas da sociedade advém da afirmação da tecnologia, respectivamente; identificam diferentes posicionamentos acerca da relação entre a tecnologia/inovação e o desenvolvimento, ora enfatizando os condicionantes para a afirmação da tecnologia/inovação, ora questionando o sentido humano e social desta produção; avaliam a celebração de parcerias entre universidade e outras instituições sociais, sob diferentes perspectivas, com destaque à preservação da dimensão pública da universidade. Os resultados das discussões foram organizados em torno dos seguintes tópicos: a) Relações entre Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social; b) O papel da UFFS na geração da tecnologia, da inovação e do desenvolvimento social. As propostas de encaminhamento estão relacionadas com este debate.

O sétimo capítulo é dedicado à temática da “*Educação*”, cujo Fórum foi realizado em todos os *campi*, com diferentes enfoques. Contou com a participação expressiva de interlocutores das escolas e dos sistemas educacionais, além de docentes, discentes e egressos da UFFS. As discussões realizadas manifestaram fortes preocupações com relação ao momento político atual, marcado por reformas educacionais retrógradas e pelo congelamento dos gastos na educação, que impactam também a formação de professores e os cursos de licenciatura. Apontaram para a importância da educação como instrumento de democratização da cultura e da sociedade, com ênfase nas especificidades da educação popular e da educação do campo. Analisaram a inserção da UFFS no contexto regional, no âmbito da formação inicial e continuada e destacaram a importância dos momentos de diálogo e de escuta da universidade. Os resultados foram sistematizados em torno dos seguintes tópicos: a) Educação Popular e Democrática; b) Educação do Campo; c) Educação Básica e formação inicial e continuada de professores; d) Educação e saúde. As propostas de encaminhamento buscam conferir materialidade aos desafios levantados nestes tópicos.

O Fórum “*Conhecimento, currículo e interdisciplinaridade na perspectiva da universidade popular*” é o tema do capítulo 8. O Fórum foi realizado nos *campi* de Cerro Largo, Chapecó, Erechim e Laranjeiras do Sul, com diferentes enfoques. Os trabalhos realizados contaram com a participação de vários painelistas, em sua maioria, docentes vinculados à UFFS. Envolveram: uma análise crítica da instituição “universidade” e de seu processo de expansão no contexto da sociedade e

da educação brasileira; uma avaliação dos impactos da globalização econômica sobre os processos formativos; uma reflexão sobre a implantação e consolidação do projeto institucional de construção de uma universidade popular; o reconhecimento da necessidade de fortalecer os espaços públicos de debate. O capítulo está organizado em torno dos seguintes tópicos: a) a constituição da universidade moderna e seus desdobramentos; b) a política de expansão de vagas no ensino superior brasileiro; c) universidade pública e popular: currículo, conhecimento e interdisciplinaridade; d) desafios emergentes na implementação do projeto institucional da UFFS; e) a reafirmação do compromisso com o projeto institucional. A partir destes tópicos, são organizadas as propostas de encaminhamento.

O capítulo nove trata do Fórum voltado para “Ações afirmativas, inclusão e evasão”, desenvolvido nos campi Chapecó, Passo Fundo, Erechim e Laranjeiras do Sul, com diferentes enfoques. As reflexões incidem sobre o reconhecimento da importância da interiorização da universidade, das políticas de inclusão, de acesso e permanência e dos compromissos institucionais associados à construção de uma universidade pública e popular. Apontam também para as resistências contrapostas a essas políticas e para a existência de práticas de discriminações no interior da UFFS, vinculadas às representações hierarquizadas de classe, raça e gênero, e lançam desafios para qualificação dessas políticas, envolvendo, entre outros, a ampliação da representatividade da diversidade nos espaços da Universidade. Se ocupam também com os problemas de ensino e aprendizagem de grupos sociais de baixa renda, com escolarização precária, com destaque aos estudantes indígenas, e reafirmam a necessidade de retomar o debate sobre a moradia estudantil, considerada essencial para a consolidação de uma universidade popular. O capítulo foi organizado em torno dos seguintes tópicos: a) inclusão: abordando pessoas com deficiência; b) acesso: a inserção de públicos historicamente excluídos do ensino superior; c) ações afirmativas: a importância desses mecanismos para garantir a efetivação de direitos; d) permanência: moradia estudantil, retenção e interfaces cidade-campo-universidade; e) Evasão. Em torno desses tópicos, foram lançadas as propostas de encaminhamento para o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura.

O Fórum “*Mobilidade acadêmica e internacionalização*” é abordado no capítulo dez. A temática foi desenvolvida nos *campi* Cerro Largo, Chapecó, Laranjeiras do Sul e Realeza, com pequena variação no enfoque do *Campus* Cerro Largo. As reflexões envolvem a indagação sobre o sentido da internacionalização na perspectiva de uma universidade popular, sobre os objetivos e prioridades da UFFS em relação ao processo de internacionalização, sobre as instituições e os países parceiros prioritários, entre outros. Os desafios convergem para o desenvolvimento da internacionalização como compartilhamento de conhecimentos

e técnicas, abertura à diversidade cultural e fortalecimento de ações conjuntas, sintonizadas com os objetivos institucionais, visando cultivar a paz, a solidariedade e a cooperação entre instituições, nações, povos e culturas. O capítulo está organizado em torno das seguintes categorias: a) concepção; b) a política de internacionalização da UFFS; c) a política linguística; d) o Programa de Mobilidade Acadêmica. As propostas de encaminhamento projetam ações em favor da consolidação de uma internacionalização coerente com os propósitos institucionais de uma universidade pública e popular.

O capítulo onze aborda o Fórum “*Direitos humanos e cidadania*”, desenvolvido nos *campi* Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul, Realeza e Passo Fundo, com algumas variações nos enfoques. Os trabalhos envolvem reflexões sobre a atuação da UFFS no contexto regional através de iniciativas de pesquisa e extensão, além das atividades do Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial focadas no atendimento aos casos de violação e desenvolvidas em parceria com diferentes agentes públicos e privados que atuam na área no âmbito regional. Evidenciam a existência de um grande número de violações dos direitos humanos e apontam para a necessidade de ampliar e qualificar as ações estendendo-as aos *campi*, além de fortalecer os vínculos com o Estado e com a comunidade regional. O capítulo está organizado em torno das seguintes categorias: a) intervenções acadêmicas, que englobam a atuação em ensino, pesquisa, extensão e cultura, planejamento e gerência dos processos constitutivos da produção de saber universitário; b) intervenções administrativas, tratando da organização da universidade com setores especificamente voltados ao tratamento dos casos de violação de direitos e da organização do papel da universidade diante da sociedade nesses processos; c) relacionamento com o Estado, apontando áreas de iniciativa prioritária para o relacionamento da UFFS com os governos em âmbito municipal, estadual e federal; d) abertura para gestão comunitária, pautada na necessidade de que a gestão da UFFS seja permeável às pautas, demandas e contribuições administrativas dos grupos organizados da sociedade civil, inclusive em espaços administrativos deliberativos. As propostas de encaminhamento projetam ações internas e externas à Universidade em favor da consolidação dos direitos humanos no contexto regional.

O Fórum “*Expansão e consolidação da Universidade*” é objeto do capítulo doze. A temática foi desenvolvida em todos os *campi*, com algumas variações nos enfoques. Os debates realizados questionam a viabilidade financeira e administrativa para expansão da Universidade face à promulgação da Emenda Constitucional vinculada à EC 95/2016, que limita recursos e investimentos na educação e saúde. Destacam a necessidade de fortalecer a mobilização permanente da comunidade regional em favor da consolidação e da expansão da UFFS

e a necessidade de fazer um balanço dos movimentos de expansão e retração dos cursos nos campi da UFFS ao longo dos últimos anos como possibilidades de expansão interna, em diálogo com o plano de expansão construído pelos *campi* em 2013/14. O capítulo está organizado em torno dos seguintes tópicos: a) sobre o projeto de universidade a ser consolidado e expandido, enfatizando as diferentes concepções que integraram os debates; b) A consolidação e a expansão da universidade no contexto atual, abarcando as particularidades dos campi e a indicação de desafios para o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura. Em torno desses tópicos gravitam as propostas de encaminhamento, buscando integrar o conjunto das áreas acadêmicas.

No conjunto de seus capítulos, o texto da II COEPE reforça o comprometimento dos atores envolvidos com a consolidação do projeto institucional de construção de uma universidade pública e popular. Tal comprometimento se explicita na definição das temáticas dos fóruns e nas especificidades das abordagens desenvolvidas pelos *campi* que enriquecem os debates, nos contrapontos teóricos e políticos presentes nos relatos e nas propostas de encaminhamento lançadas em favor da consolidação da Universidade. Revela a existência de uma maior proximidade com as áreas acadêmicas e uma reflexão mais aguda e qualificada em torno das dificuldades e desafios associados à implementação e consolidação da Universidade no ensino, pesquisa, extensão e cultura.

Quanto à participação, comparativamente à primeira edição da conferência, observa-se um adensamento de painelistas docentes da UFFS e uma redução da participação de integrantes da comunidade acadêmica e regional nas audiências em alguns fóruns temáticos. Estas mudanças guardam relação com alguns condicionantes internos e externos, dentre os quais merecem destaque os que seguem. Internamente, é preciso observar que, diferentemente da I COEPE, desenvolvida na fase inicial de implantação da Universidade que congregou todos os esforços institucionais em torno da Conferência, a segunda edição ocorreu paralelamente ao desenvolvimento do conjunto das atividades acadêmicas regulares. Entre elas, merece destaque o processo de reformulação dos projetos pedagógicos de todos os cursos de Licenciatura, motivado por uma mudança na legislação e com previsão de prazo para sua finalização. Externamente, coincide com o período que sucede ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, marcado por um conjunto de reformas, envolvendo a ameaça e a supressão de direitos sociais, contra os quais os movimentos, as organizações sociais e populares mobilizaram seus esforços. Registre-se, contudo, que a construção de uma universidade pública e popular requer uma reflexão contínua e o aprimoramento dos canais de participação da comunidade e da qualificação do debate público, como destacado no contexto desta Conferência.



CAPÍTULO 1

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

Fóruns realizados:

- a. *Campus* Cerro Largo: Agricultura Familiar;
- b. *Campus* Chapecó: Agricultura Familiar;
- c. *Campus* Chapecó: Agricultura Familiar e Agroecologia;
- d. *Campus* Erechim: Agricultura Familiar e Agroecologia;
- e. *Campus* Laranjeiras do Sul: Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Agroecologia;
- f. *Campus* Passo Fundo: Agricultura Familiar, Agroecologia, Segurança Alimentar e Saúde;
- g. *Campus* Realeza: Agricultura Familiar, Agroecologia e Soberania/Segurança Alimentar.

INTRODUÇÃO

O Fórum Temático voltado à Agricultura Familiar e Agroecologia foi desenvolvido em todos os *campi*, com variação dos enfoques, conforme indicado no quadro inicial. Com base nos relatos encaminhados pelos *campi*, os debates foram organizados em torno dos tópicos que seguem: a) a concepção de agricultura familiar; b) a agricultura familiar e o mundo rural na sociedade capitalista contemporânea; c) o modelo agroecológico; d) os embates políticos da agricultura familiar; e) a natureza da assistência técnica requerida; f) a sucessão na agricultura familiar; g) a necessidade da (re)educação. Na sequência, são apresentados os argumentos centrais registrados nos relatos e, ao final, em formato de tabela, as propostas de encaminhamento agregadas em torno de temáticas afins.

1

A CONCEPÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR

No âmbito dos relatos encaminhados pelos *campi*, registra-se a existência de uma dificuldade para definir o que se entende por “agricultura familiar”. Seu reconhecimento está associado às mobilizações históricas realizadas pelos pequenos agricultores em prol de políticas públicas e financiamentos diferenciados, ocorridas especialmente nas décadas de 1970 e 1980, que resultaram na criação de políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se traduziu numa diferenciação entre agricultura familiar em relação à agricultura patronal. A diferenciação tem um enfoque político-econômico, associado à categoria “patronal” (que tem empregados e tem

por finalidade última o lucro) contraposta à categoria “familiar” (uma unidade social e cultural que tem por finalidade última a reprodução do grupo familiar e não especificamente o lucro).

Os relatos apontam que este movimento histórico contribuiu para a unificação do movimento dos pequenos agricultores. Mas, por outro lado, apontam também que essa unificação acabou resultando numa condição em que “tudo é agricultura familiar”, de forma que se torna difícil abordar o seu conteúdo efetivo, marcado pela diversidade econômica, social, cultural e tecnológica, relacionada especialmente aos impactos resultantes do avanço do modelo convencional de produção. Esta diversidade é marcada por contradições, pois envolve situações de pobreza e de miséria no campo, de expulsão e migrações regionais e inclui os processos de integração agroindustrial e exploração dos agricultores familiares pelas grandes multinacionais da indústria alimentícia. Do ponto de vista social, se traduz em aprofundamento do processo de individualização, isolamento, masculinização, esvaziamento do campo e dificuldade para constituir uma sucessão familiar, mas também no surgimento de novas formas de ajuda mútua e de cooperação, vinculadas às novas condições de vida. Do ponto de vista dos processos de produção, abarca o avanço da agricultura convencional, caracterizada pelo uso de tecnologias sistêmicas e pelo uso intensivo de agrotóxicos, mas também a emergência de experiências de produção agroecológica, além das práticas tradicionais de agricultura remanescentes e revitalizadas em alguns casos.

Portanto, para além do aspecto político, ao falarmos de agricultura familiar, estamos falando de uma organização social, econômica e cultural que se encontra em crise, na medida em que as estruturas que a constituem são substituídas pelo isolamento humano, pela lucratividade como fim último, pelo uso intensivo de tecnologias e pela supressão da diversidade cultural e ambiental. Em meio à crise emergente e diante das possibilidades de ressignificações que se apresentam, é preciso então indagar-nos a respeito de qual agricultura familiar estamos falando e qual agricultura familiar queremos fortalecer?

2

A AGRICULTURA FAMILIAR E O MUNDO RURAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

O avanço tecnológico, a produção em grande escala e os processos de globalização econômica estabelecem novos contornos para a sustentabilidade

econômica da agricultura familiar, para a soberania/segurança alimentar e nutricional e para a sustentabilidade ambiental.

Do ponto de vista econômico, registra-se a necessidade de voltar a discutir os custos de produção e a gestão da agricultura familiar, sob pena de inviabilizar a sustentabilidade financeira do grupo familiar. A análise dos custos de produção leva à necessidade de propor modelos alternativos em relação à agricultura convencional, buscando agregar mais valor à produção, através do desenvolvimento de uma agricultura orgânica e de um modelo de produção agroecológico, de agroindústrias familiares, de atividades agrícolas e não agrícolas que abarquem a pluriatividade, da criação de novos produtos, da gestão do espaço e da paisagem, entre outros. Complementarmente, registra-se também a necessidade de promover a criação de cadeias agroalimentares ditas “curtas”, capazes de reconectar a produção e o consumo de alimentos, prática já bastante presente em vários países europeus. E, finalmente, restabelecer a capacidade da cooperação em contraponto ao empreendedorismo individualizado em curso.

As análises apontam para os limites e o esgotamento do modelo convencional para a agricultura familiar, convertido em modelo hegemônico de produção, nas diferentes dimensões: a) do ponto de vista econômico, tal esgotamento está associado à concentração da riqueza, ao nível de investimento requerido pela produção convencional e a margem reduzida de lucro, que representa pobreza no campo; b) do ponto de vista ecológico ou ambiental, é marcado pelo desmatamento intensivo e pelo uso excessivo de agrotóxicos (uma média de 5,2 litros per capita/ano no Brasil, que se amplia em 14% no Sudoeste do Paraná e 32% em algumas regiões do Mato Grosso), resultando no aquecimento global e na contaminação generalizada das águas e dos alimentos, na redução da biodiversidade alimentar (em termos médios, uma redução da diversidade para 32 tipos de alimentos no mundo) e no empobrecimento nutricional, obesidade e sobrepeso das novas gerações; c) do ponto de vista social e cultural, se traduz no esvaziamento, isolamento e masculinização do campo, pela imposição de um ritmo acelerado de vida e perda das referências da tradição cultural e social, pela intensificação dos casos de intoxicação por agrotóxicos e dos problemas de saúde relacionados à contaminação alimentar (cujas informações permanecem mascaradas), pela corrupção ética e moral e pela busca desenfreada de vantagem pessoal; d) do ponto de vista territorial, dado o perfil regional do módulo rural caracterizado pela pequena propriedade, registra-se a inviabilidade financeira e o alto custo da aquisição de uma propriedade para os filhos de um pequeno proprietário, que resultam na concentração progressiva das terras nas mãos de poucos; e) do ponto de vista político, é representado pela ausência de protagonismo político e de articulação política regional, diante de um sistema

político falido, corrupto e comprometido com a grande propriedade e a lógica sistêmica convencional.

O reconhecimento da insustentabilidade do modelo convencional resulta na busca de alternativas sustentáveis para a agricultura familiar, capazes de enfrentar os limites econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais a ele associados. Tais alternativas vêm sendo buscadas em torno de um modelo agroecológico, focado em novas práticas de produção, no uso de novas tecnologias e na constituição de novas relações com o ambiente e em sociedade.

Algumas questões para nortear o debate: o que caracteriza o modelo emergente e quais são os desafios que requer para sua implantação no âmbito da agricultura familiar? De que forma se relaciona com a segurança alimentar e a saúde pública? Quais as contribuições que a Universidade pode oferecer no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e cultura?

3

O MODELO AGROECOLÓGICO

Em termos teóricos, observa-se a existência de uma diversidade de concepções e de definições relacionadas à temática da agroecologia. Existem diferentes vertentes teóricas e também práticas associadas ao seu exercício. No âmbito da II COEPE, no Fórum dedicado à Agricultura Familiar, o foco das discussões não recaiu propriamente sobre estas definições, mas sobre as dificuldades e os desafios associados à sua implementação, seja no âmbito da agricultura familiar ou das atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, desenvolvidas pela Universidade.

No que tange à agricultura familiar, observa-se, primeiramente, que a agroecologia está muito distante dos agricultores, implicados com o modelo convencional de produção, de forma que não enxergam viabilidade na agroecologia e não manifestam interesse por um sistema alternativo de produção. Tal sistema se apresenta, em geral, como uma questão acadêmica, teórica e distante da prática social, sem uma base produtiva estabelecida, portanto. Tal distanciamento teórico-prático e tal desconhecimento acabam reforçando a ideia de que se trata de um sistema de difícil implementação, que requer uma nova base tecnológica e novos investimentos, que os agricultores não dominam e cujos recursos imaginam não lhes estar disponíveis. A tais condições, acresce-se ainda a problemática da comercialização dos produtos orgânicos e agroecológicos

no contexto regional, ainda pouco estruturada, de forma que as tentativas feitas isoladamente nem sempre se mostram exitosas.

No âmbito da Universidade, nos cursos voltados para a formação de profissionais da agronomia, também se evidencia um conjunto de dificuldades para o fortalecimento do modelo agroecológico, relacionadas à hegemonização do modelo convencional. Isso se manifesta, por exemplo, nos estudantes, que ao ingressarem na Universidade nos cursos caracterizados como pertencentes à área das “agrárias”, o fazem com o intuito de se inserirem no respectivo modelo, pois já contam com concepções e conceitos formados, de forma que resistem às mudanças conceituais e à proposição de práticas alternativas. Contudo, a resistência se estende também ao âmbito das propostas de formação, concebidas pelos docentes, muitas vezes, próximos e familiarizados com o modelo tradicional. Por tais razões, encontram dificuldade para se abrirem às experiências alternativas, mediante realização de estágios de vivência caracterizados pela imersão em espaços sociais que desenvolvem práticas de agroecologia (muitas das quais bem-sucedidas), capazes de mobilizar a atenção, o estudo, a análise e avaliação dos estudantes e do curso e, desta forma, promover a documentação das experiências, a produção de artigos e a integração da Universidade e sociedade no processo de superação da universalização do modelo convencional.

Para o aprofundamento do debate, suscitam questões relacionadas ao fortalecimento da interação entre a experiência agroecológica e a formação acadêmica: quais estratégias mobilizar para avançar e ampliar o diálogo entre a prática social da agroecologia e a produção teórico-prática acadêmica? Como tornar a agroecologia mais receptiva, desejável e viável para a agricultura familiar? Produzir produtos orgânicos para quem?

4

OS EMBATES POLÍTICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

No âmbito político, observa-se uma grande representação patronal no Congresso Nacional, absolutamente desproporcional em relação à sua representação social, que expressa a articulação entre o poder econômico do latifúndio e o poder político. Tal condição faz com que a produção agrícola e agropecuária extensiva seja altamente subsidiada e aliada às práticas de desmatamento, ao uso intensivo de agrotóxicos, aos produtos transgênicos, à exploração do trabalho e à desestruturação fiscal dos Estados, em detrimento da criação e do fortalecimento de políticas públicas, incluindo as voltadas para a Reforma Agrária.

Em contrapartida, os movimentos sociais vinculados à agricultura familiar têm acumulado dificuldades crescentes para se fazer representar politicamente: a) seja pela individualização e isolamento crescente desses atores vinculado ao modelo competitivo vigente, que se estende ao conjunto dos trabalhadores e de suas organizações coletivas; b) seja pela redução da população rural e das possibilidades de mobilização que a ela se vinculam; e/ou, c) pela ofensiva do capital sobre as instituições sociais de natureza popular associada à nova crise sistêmica em curso nas últimas décadas.

Os depoimentos de agricultores presentes nos debates mostram que os níveis de exploração do trabalho se estendem à produção familiar, cujo grupo se encontra cada vez mais reduzido, de forma a limitar a participação em processos de formação, de organização e das lutas políticas.

Apresentam-se questões desafiadoras, vinculadas ao redimensionamento da luta política dos agricultores familiares e de suas organizações, bem como de suas conexões com a universidade e com a sociedade civil mais ampla: como a mudança do enfoque na produção de grãos para a produção leiteira e/ou para a produção de aves/suínos, ao longo das últimas décadas, impacta a organização da vida material, social e política dos agricultores? Quais as alternativas que se desenham para as novas gerações?

5

A NATUREZA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA REQUERIDA

De acordo com os debates realizados, relatados pelos campi, a produção de uma agricultura orgânica e agroecológica não é sinônimo de retorno ao passado e tampouco de supressão do uso de tecnologias. Ela requer um redimensionamento da concepção de tecnologia, estabelecendo uma relação mais explícita entre os meios e os fins, que não se limitam à obtenção do lucro. Nesse sentido, ela contrasta com a lógica do conhecimento fragmentado e disciplinar que caracteriza o modelo científico moderno, que se pretende neutro e imparcial com relação aos fins, e requer uma maior aproximação entre os diversos atores envolvidos nos processos produtivos. Redimensiona o papel da assistência técnica desenvolvida com os agricultores familiares pelos órgãos públicos, os processos de formação na escola e na universidade e a formação política e técnica promovida pelas organizações dos agricultores.

Este debate nos coloca diante de novas questões: que tipo de assistência técnica desenvolver? Qual o papel dos órgãos de assistência técnica? Que tipo

de pesquisa queremos e precisamos fortalecer através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e demais órgãos públicos? Qual o papel dos cursos que formam os futuros profissionais para atuar nestes contextos, considerando o perfil de universidade popular da UFFS?

6

A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Os relatos apontam para as dificuldades relacionadas à continuidade do grupo familiar, associada a um conjunto de fatores que se articulam e complementam entre si, envolvendo questões internas (a redução do número de filhos, os conflitos geracionais, as questões de gênero, o isolamento social, entre outros) e questões de ordem econômica, social e cultural, conforme destacado nos itens anteriores.

No âmbito cultural, os registros apontam para uma diferenciação emergente com o modelo convencional em relação às práticas tradicionais da agricultura familiar, que resulta na perda do vínculo com o espaço, com a terra, com os animais e com a produção, que passam a ser substituídos pela busca do resultado e pela unidimensionalidade das relações. O esvaziamento populacional do campo também empobreceu a vida social, associada às práticas religiosas, esportivas e festivas tradicionalmente vinculadas às experiências comunitárias. As possibilidades de acesso, permanência e êxito na educação pública (básica e superior), antes inexistentes, estenderam-se aos jovens do campo, de forma que sua inserção na cultura letrada e mais sistemática os aproxima e os integra à cultura urbana, onde prospera uma visão do campo e da agricultura familiar associada à pobreza e ao atraso. Registram-se também altas taxas de suicídio no meio rural, associadas ao isolamento e à perda de sentido, que apontam para as dificuldades acumuladas na experiência de vida aí desenvolvida.

No âmbito social e político, registra-se também um conjunto de limitações vinculadas à diferenciação e/ou ausência de políticas públicas voltadas para os que vivem no campo. Há dificuldades para o financiamento de moradia, de acesso à segurança pública, de aposentadoria digna, de assistência à saúde, de assistência técnica adequada e dialógica, entre outras, além da insegurança em relação à renda.

Diante do exposto, observa-se que a continuidade dos jovens no campo se mostra pouco atrativa e convincente. Surgem então questões instigantes: como restabelecer a possibilidade de uma linha de continuidade nos processos

de reprodução da unidade produtiva vinculada à agricultura familiar? A introdução do modelo agroecológico pode nos ajudar a reconectar os jovens com o ambiente natural, com os outros jovens, com a sociedade e converter-se num modelo de vida sustentável? Qual o papel das instituições formadoras, escola e universidade, no processo de viabilização e fortalecimento da agricultura familiar?

7

A NECESSIDADE DA (RE)EDUCAÇÃO

Os apontamentos anteriores sinalizam para um conjunto de desafios voltados para a educação, seja para a formação dos jovens agricultores que se ocuparão diretamente com os processos de produção, seja para a sociedade como um todo que é ao mesmo tempo consumidora dos produtos e fortalecedora de uma perspectiva de vida e de relação com o ambiente.

De um modo geral, os desafios vinculados à educação tem uma dupla conotação. De um lado, pressupõe o avanço da compreensão crítica da problemática pela sociedade como um todo, vinculada à insustentabilidade econômica, social e ambiental do modelo em vigor. Para tanto, requer-se um avanço das pesquisas e da socialização de seus resultados, em contraponto ao mascaramento das informações e ao ocultamento dos dados relacionados ao uso intensivo dos produtos agroquímicos, da acumulação da riqueza, dos problemas de saúde resultantes. De outro, envolve um movimento de reeducação social para o consumo de alimentos saudáveis, a requisição de políticas públicas que incidam sobre as práticas vinculadas ao modelo tecnológico em vigor, o fortalecimento de pesquisas e a criação de alternativas tecnológicas agroecológicas.

Somos assim desafiados a pensar: de que maneira a Universidade, através de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, pode contribuir para reeducação de diferentes atores sociais direta e indiretamente envolvidos com a temática da produção e do consumo saudável, agroecológico e ambientalmente sustentável?

8

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Agricultura familiar	1.1 Desconstrução da visão homogeneizada de agricultura familiar e identificação dos estilos de vida presentes no universo da agricultura familiar;
	1.2 Fortalecimento da universidade popular como espaço participativo, democrático, que promove e cultiva um debate cientificamente informado sobre os problemas locais/regionais, que pensa outras cadeias/arranjos, oferece ações de ensino, pesquisa e extensão que compensam as deficiências da atuação do Estado no contexto regional, que acompanha e/ou assessora as cooperativas;
	1.3 Realização de pesquisas para mapeamento e categorização da diversidade cultural presente entre os agricultores;
	1.4 Realização de debates e processos de formação de agricultores com a Universidade;
	1.5 Desenvolvimento de estudos e investigação sobre práticas e produção da agricultura familiar, experiências agroecológicas e economia rural, envolvendo maior autonomia para os produtores e desenvolvimento de cadeias curtas;
	1.6 Realização de ações/cursos para melhoria da gestão das unidades de produção familiar;
	1.7 Desenvolvimento de pesquisa participante que reconheça e estimule o capital social e humano dos agricultores;
	1.8 Contribuição com os processos de formalização da agroindústria familiar que dificultem e/ou limitem sua atuação;
	1.9 Promoção do autoconsumo na agricultura familiar;
	1.10 Fortalecimento da luta pela manutenção e ampliação dos programas sociais e das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar;
	1.11 Promoção do uso da internet para comercialização e relação entre agricultores e consumidores.
2. Embates com o modelo convencional	2.1 Necessidade de desenvolvimento de estudos, pesquisas e debates sobre os impactos políticos, sociais, ambientais, sanitários e na saúde humana, vinculados ao desenvolvimento do agronegócio no contexto regional e brasileiro;
	2.2 Desenvolvimento de estudos e pesquisas que problematizem a eficiência econômica do agronegócio;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	2.3 Mapeamento dos casos de intoxicação com agrotóxicos (pelo consumo, uso, exposição);
	2.4 Realização de pesquisas sobre complexos agroalimentares e resíduos ambientais;
	2.5 Realização de pesquisas sobre a saúde dos trabalhadores da agroindústria;
	2.6 Discussão da problemática da segurança alimentar, considerando o aumento populacional e a preservação dos recursos naturais para as próximas décadas.
3. Desafios para o fortalecimento do modelo agroecológico	3.1 Compreensão da agroecologia como estilo de vida e não só como produção de alimentos;
	3.2 Mapeamento das entidades que trabalham com sistema de base agroecológica, para o fortalecimento das interações entre Universidade e comunidade;
	3.3 Continuidade e ampliação das pesquisas voltadas para a produção agroecológica e retorno às comunidades pesquisadas;
	3.4 Criação de programas e projetos contínuos de Extensão em agricultura familiar e agroecologia;
	3.5 Constituição de banco de sementes crioulas nos <i>campi</i> , envolvendo os produtores locais e regionais;
	3.6 Aproximação entre produtor e consumidor, como estratégia de identificação do projeto de sociedade e de interação com o ambiente, que resultam fortalecidos através das ações sociais;
	3.7 Ampliação das possibilidades de certificação dos agricultores envolvidos com produção orgânica;
	3.8 Desenvolvimento de feira agroecológica em todos os <i>campi</i> da UFFS;
	3.9 Proibição do uso de agrotóxicos no âmbito da UFFS;
	3.10 Oferta de turmas de agronomia em regime de alternância, para viabilizar a participação dos filhos de agricultores, a permanência no campo e a sucessão familiar;
	3.11 Desenvolvimento de experiência piloto nas áreas experimentais da UFFS voltada para a produção agroecológica;
	3.12 Criação de Fórum permanente de debates sobre agricultura familiar e agroecologia;
	3.13 Manutenção da ênfase dos cursos de Agronomia, voltada para a Agroecologia;
	3.14 Desenvolvimento de estágios de vivência nos cursos de agronomia em unidades de produção familiar agroecológica;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	3.15 Criação de eventos de intercâmbio com a comunidade e/ou dentro da comunidade, envolvendo temáticas ligadas à produção agroecológica.
4. A (re)educação em perspectiva	4.1 Fortalecimento da Universidade como espaço de diálogo crítico com os saberes populares e ancestrais da agricultura que são os exemplos mais concretos da possibilidade de afirmação de modos de produção mais responsáveis social e ambientalmente.
	4.2 Fomento do debate sobre o modelo de desenvolvimento rural que se deseja fortalecer;
	4.3 Consideração de outros saberes e tradições no processo de formação acadêmica, para além dos saberes científicos;
	4.4 Disseminação dos conceitos, classificações e efeitos dos agrotóxicos nas comunidades e escolas;
	4.5 Promoção de formação política, voltada para a cooperação e o associativismo;
	4.6 Promoção da discussão da temática da agroecologia na Educação Básica;
	4.7 Desenvolvimento de experiências de produção orgânica nos <i>campi</i> da UFFS;
	4.8 Reorganização dos currículos dos cursos de graduação para desenvolvimento de uma visão mais integral do ser humano e de suas relações com o ambiente;
	4.9 Organização de internatos e residências rurais vinculados ao desenvolvimento curricular em cursos das áreas da saúde, agrárias e afins;
	4.10 Discussão dos problemas relacionados aos conflitos de gênero e à violência contra as mulheres no campo.
	4.11 Desenvolvimento de cursos de formação para professores relacionados à temática da agroecologia e agricultura familiar;
	4.12 Promoção de reeducação dos hábitos de consumo alimentar;
	4.13 Rompimento com a fragmentação do conhecimento e promoção da interdisciplinaridade;



CAPÍTULO 2

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Fóruns realizados:

- a. *Campus* Chapecó: Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- b. *Campus* Erechim: Meio Ambiente, Sustentabilidade e Energias Renováveis;
- c. *Campus* Laranjeiras do Sul: Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- d. *Campus* Realeza: Meio Ambiente e Sustentabilidade, Saúde e Bem-estar Animal.

INTRODUÇÃO

O fórum temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade foi discutido nos campi Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza. Os debates tiveram como objetivo identificar as ameaças, desafios e potencialidades ambientais na área de abrangência da UFFS, bem como as formas sobre como a Universidade pode e poderá contribuir com as questões ambientais e sustentáveis apontadas.

Neste sentido, de modo geral, foram identificadas como prioritárias para discussão as temáticas: a) recursos naturais e a importância da água para a manutenção da biodiversidade; b) uso/degradação do meio ambiente; c) saúde única: humana, animal e ambiental; d) políticas públicas e sustentabilidade ambiental.

1

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O primeiro grande desafio a ser tratado quando se aborda a questão do meio ambiente e da sustentabilidade decorre do entendimento do ser humano como parte pertencente à natureza. Neste sentido, há a compreensão de que não apenas usufruímos do que a natureza pode nos ofertar, mas como parte do ecossistema, necessitamos dele e sofreremos as consequências do uso indiscriminado dos recursos naturais.

Considerando as questões levantadas sobre a biodiversidade, por exemplo, emerge também a convivência do homem com o meio ambiente em que está inserido e o dilema enfrentado pela sociedade: conseguir viver com o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo com a manutenção dos nossos ecossistemas. A natureza tem sua capacidade de suporte dos seus organismos, contudo, quanto tempo ela consegue sobreviver frente a utilização humana

desenfreada? Questionamentos como este permeiam o contexto da Universidade e são preocupações latentes.

2

RECURSOS NATURAIS E A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA PARA A MANUTENÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Os recursos naturais são extraídos direta ou indiretamente da natureza para a utilização pelos seres humanos. O atual modelo de consumo desenfreado das fontes renováveis de recursos, seja: a água, o solo, a energia, entre outros, tem causado um esgotamento destas fontes, tornando-as não renováveis. Deste modo, alguns questionamentos nos instigam: Como ter um desenvolvimento regional sem comprometer as necessidades das futuras gerações? Como manter a biodiversidade e as fontes de recursos naturais renováveis? Qual o papel da Universidade frente ao desenvolvimento sustentável?

Com relação à manutenção da biodiversidade, no que se refere aos recursos hídricos, os fóruns ressaltaram a importância da água para quase todos os tipos de organismos, como habitat de muitos deles, sustento de muitas famílias, produção de energia, diversão, agricultura, enfim, é indispensável à sobrevivência dos seres vivos. Assim, há a necessidade de introduzir na Universidade a conscientização em relação ao adequado uso da água e manutenção das fontes renováveis.

Os fóruns apontaram preocupações com as ameaças aos recursos hídricos no que tange às bacias hidrográficas como, por exemplo, a Bacia do Rio da Prata, que é constituída pelas sub-bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai e é muito significativa nos usos múltiplos das regiões, bem como para a manutenção da biodiversidade. Esta bacia está ameaçada pela infraestrutura, com construção de hidrovias, barragens, extração excessiva, espécies invasoras, que levam a destruição das espécies nativas, e grandes conflitos no interesse do uso da bacia, que conseqüentemente atinge a biodiversidade local. Estas ameaças podem representar a tragédia desses recursos hídricos e a destruição de uma bacia que sustenta uma imensa biodiversidade.

Apesar dos fóruns terem debatido apenas a importância da água para a manutenção da biodiversidade, ressalta-se que a UFFS precisa ir além e incorporar em seus objetivos e diretrizes institucionais a defesa em prol de todos os recursos naturais.

3

USO/DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

As discussões realizadas pontuaram os processos modernos de produção e a tecnologia que, além das máquinas, trouxe também os agrotóxicos e conseqüentemente diversas preocupações para a área da saúde. Existem sintomas espalhados pela sociedade que são conseqüências do uso desgovernado de agrotóxicos, como mostram os indicadores de contaminação do ar, da água, dutos e solos, divulgados ou muitas vezes escondidos da sociedade.

No âmbito da Universidade, debates e estudos estão sendo realizados pautando o uso de agrotóxicos, tanto no desenvolvimento de pesquisas nos laboratórios e nas áreas experimentais, quanto no uso para a capina química. O *Campus Laranjeiras do Sul*, por exemplo, fez um levantamento do uso de agrotóxicos no estado do Paraná, os dados oficiais indicam que alguns municípios na região aplicam cerca de 100 kg de agrotóxico *per capita*/ano e outros chegam a 130 kg. Em culturas como alface, por exemplo, foram encontrados altos índices de agrotóxicos, inclusive proibidos para o tipo de cultura.

Contudo, a preocupação da Universidade em relação ao uso de agrotóxicos tem sido recorrente em diversos debates. Os encaminhamentos sinalizaram a necessidade de delimitar, até mesmo proibir, o uso de agrotóxicos, seja para estudos ou mesmo para a realização de capina química nas áreas experimentais dos *campi*. Dado o teor da discussão, contrapontos foram apresentados e os aspectos indicaram a necessidade de envolver a comunidade acadêmica e regional no sentido de propor medidas sobre a utilização ou supressão do uso de agrotóxicos em todas as áreas da UFFS e, a partir disso, produzir resoluções que tragam os regramentos que venham atender às questões sinalizadas, e que as mesmas sejam analisadas e deferidas pelo Conselho Universitário.

Na constituição da Universidade, os debates sinalizaram para a composição de cursos que atentassem para as demandas regionais, nesta linha, a UFFS, por meio dos cursos de agronomia, veterinária e engenharia ambiental, por exemplo, tem o propósito de dar ênfase a agroecologia com o intuito de dar suporte às alternativas que vem sendo estudadas e praticadas. De um lado, parte da comunidade universitária defende a proibição do uso de agrotóxicos em todos os espaços da Universidade, em contraponto, outros defendem que o uso de agrotóxicos pode ser realizado no interior dos laboratórios por pessoa capacitada e com as garantias legais de proteção à saúde. Deste modo, este embate precisa ser superado com base nas legislações vigentes de proteção ao meio ambiente e sustentabilidade, prezando por uma conscientização de todos os envolvidos.

4

SAÚDE ÚNICA: HUMANA, ANIMAL E AMBIENTAL

Considerando a explanação e os debates em torno da saúde única: união indissociável entre saúde humana, animal e ambiental, que significa uma ampliação do sentido de saúde, destacou-se o papel do médico veterinário e a necessidade de promover ações colaborativas e investigativas nas áreas da saúde que auxiliem a avaliação, o tratamento e a prevenção de doenças que são transmissíveis entre as espécies (homem x animal). Sendo assim, desafios globais devem ser debatidos de forma multidisciplinar, visando ter um ganho significativo nas pesquisas realizadas. Sobre o assunto, entra no contexto da UFFS uma expectativa, talvez a médio e longo prazo, de treinamento nas áreas de educação e formas de melhorar a saúde única, com ênfase em doenças com fatores de zoonoses, que desencadeiam surtos, como por exemplo, a febre amarela. Não existe pensar em medicina veterinária sem pensar nas doenças que os animais transmitem ao homem ou vice-versa.

Na realidade atual, ressalta-se a importância de incluir o médico veterinário como profissional da saúde, pois hoje não se olha só o bem-estar animal, mas se estende a saúde única, pensando em meio ambiente e no ser humano também. Destaca-se nesse cenário o aprendizado e o conhecimento científico do profissional da área focando na melhor forma de desenvolver seu trabalho.

4.1

SAÚDE HUMANA

Os debates em torno da saúde humana, como parte do conceito de saúde única estão diretamente relacionados ao processo saúde e doença. No decorrer da existência humana o homem foi se apropriando da natureza para atender às suas necessidades. São um conjunto de variáveis que produzem e condicionam o estado de saúde e doença de uma população e, deste modo, não podemos esquecer das inter-relações entre saúde humana, ambiental e animal.

Os fóruns sinalizaram a vigilância em saúde, que incorpora a epidemiológica, ambiental, sanitária e do trabalhador como necessárias para a observação, monitoramento e avaliação contínua das condições de saúde e doença dos indivíduos e da população. Pensar a saúde humana é pensar o processo saúde e doença, este é um foco central das profissões que buscam a promoção de condições de vida mais sustentáveis superando os condicionantes do processo

de adoecer. Entretanto, é necessário compreender que os determinantes e condicionantes de saúde vão além das patologias geradas, eles influenciam todas as dimensões do processo de saúde das populações, tanto do ponto de vista do indivíduo, quanto da coletividade. Trabalhar nas condições e na melhoria da qualidade de vida é um trabalho que precisa ser cada vez mais interdisciplinar e intersetorial. Nenhuma área de formação isoladamente consegue assegurar qualidade de vida, dignidade humana e saúde para a população.

4.2

SAÚDE ANIMAL

O reconhecimento crescente da provável manifestação de expressões animais relacionadas a provável presença de consciência, de maneira marcante nos vertebrados e avanços no conhecimento dos processos de evolução natural, dos correlatos neurofisiológicos dos sentimentos, da similaridade genética entre as espécies animais; da filosofia no campo da ética animal – tudo isso torna cada vez menos sustentável a noção de que sentimentos e, por conseguinte, bem-estar sejam conceitos restritos unicamente à espécie humana.

O assunto saúde e bem-estar animal (BEA) foi tratado no âmbito da II COEPE, pois estudos científicos do comportamento dos animais são relevantes, visto que pavimentam as bases para o reconhecimento da complexidade da vida animal individual.

O bem-estar animal, muitas vezes, não é um conceito tão simples de ser compreendido, ele pode ter diferentes significados para diferentes pessoas. De modo geral, bem-estar se refere à qualidade de vida de um animal, se ele tem boa saúde, se suas condições físicas e psicológicas são adequadas e se pode expressar seu comportamento natural.

A aspiração social atualmente tende para a demanda de mudanças significativas em relação ao trato de animais, recaindo sobre os profissionais das ciências veterinárias tal responsabilidade. E, apesar de recente, a inserção do ensino de bem-estar animal nas universidades brasileiras apresentou crescimento acentuado nos últimos anos e permite considerações de valor para a conquista de um ensino de BEA de amplo alcance e que permita uma aprendizagem significativa.

As demandas e ações propostas para este assunto, destacam que: a) ensino - os currículos devem disponibilizar ferramentas para que os egressos atendam a demanda da sociedade, que inclui preocupações diretas com os animais e contribuem para um avanço na ética da relação entre ser humano e animal; b) pesquisa - a produção de conhecimento sobre qualidade de vida dos animais no

contexto brasileiro e a produção de conhecimento sobre percepção e atitude da sociedade brasileira em relação às diferentes questões de BEA são importantes. Trata-se de um saber que não se pode adquirir a partir de livros estrangeiros, diferentemente dos temas relacionados à conceituação e formas de diagnósticos de BEA, que são mais universais. Daí a importância da inserção dos conteúdos produzidos a partir de pesquisa nacional nas aulas de BEA e a necessidade de desenvolver pesquisas/grupos de estudo sobre o BEA na Universidade; c) extensão - neste âmbito há que se estabelecer parcerias entre a Universidade, o poder público e a sociedade, buscando em ações conjuntas a consolidação de uma sociedade fundamentada nos princípios da educação humanitária e no bem-estar animal.

Os fóruns apontaram ainda a importância de um trabalho em conjunto com a vigilância em saúde para o controle populacional de pequenos animais, pois há um aumento significativo deles nas ruas, gerando a necessidade de intensificar o controle para evitar disseminação de doenças. Foi ressaltado que alguns métodos de controle vêm sendo discutidos, mas ainda não se tem um método ideal, o que pode variar de lugar para lugar. Vale destacar que a superpopulação de pequenos animais tem se tornado um problema de saúde pública nas mais diversas cidades, com vítimas das mais variadas zoonoses. O problema tem se agravado em virtude do acelerado grau de reprodução e de proliferação desses animais.

Com relação ao papel da Universidade sobre este aspecto, sugere-se considerar projetos e medidas de controle que obtiveram sucesso e buscar desenvolver essas ações na região em que a Instituição está inserida, além de firmar parcerias com entidades da comunidade regional para a necessidade de criar estudos, pesquisas e extensão capazes de propor medidas de controle baseadas nos direitos dos animais e na BEA.

4.3

SAÚDE AMBIENTAL

Os debates realizados evidenciaram algumas ameaças ambientais nas áreas de abrangência dos *campi* da UFFS, com ênfase para a ausência de saneamento básico e a inexistência de tratamento dos resíduos e efluentes nos municípios da região. A destinação final dos resíduos ocorre nas bacias hidrográficas que, em alguns casos, são pontos de captação de água para abastecimento da população. Soma-se a esse cenário a precarização do gerenciamento e tratamento de

resíduos sólidos, fator que contribui para o aumento da informalidade na coleta dos mesmos. Logo, existe uma questão de poluição latente.

Um destaque efetuado nesta temática de tratamento de resíduos é para aqueles identificados como resíduos agroindustriais que não cumprem com a legislação de descarte. Tema que chama a atenção da comunidade pela baixa efetividade das políticas públicas ambientais.

No que se refere às potencialidades apontadas, no campus Erechim, por exemplo, destacou-se o modelo de aterro sanitário. Muito embora reconheça-se a necessidade de aprimoramento do mesmo, este pode ser utilizado como modelo para outros municípios da região de abrangência da Universidade.

O tratamento adequado dos resíduos pode gerar retorno financeiro aos produtores. Estudos nestas perspectivas têm sido pauta de pesquisa na Universidade com vistas ao potencial da produção agroenergética com base em resíduos agrícolas. Desta forma, visualiza-se a possibilidade de parcerias com cooperativas e movimentos sociais na proposição de tratamentos eficientes e que gerem possibilidades de emancipação social. Neste sentido, vislumbrou-se ainda o desenvolvimento do turismo ambiental como forma de valorização da biodiversidade da região.

5

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Os debates dos fóruns pautaram a crise ambiental e a necessidade de formar profissionais comprometidos ambientalmente na construção das sociedades sustentáveis. O enfoque dos debates considerou a realidade da região em que se situa a UFFS, possibilitando a discussão de políticas ambientais nos municípios do seu entorno, seja por meio de comitês ou conselhos das áreas ambientais, fortalecendo, assim, parcerias entre UFFS e comunidade regional e propondo políticas públicas específicas, aplicáveis aos municípios com populações abaixo de 20.000 habitantes.

O tema do desflorestamento e da perda da cobertura vegetal foi pontuado, visto que há planos de expansão de áreas urbanas, aumento do perímetro urbano e ainda, contínua expansão de áreas agroindustriais que não valorizam de maneira adequada e efetiva as questões ambientais. Os mesmos são pautados em uma lógica de planejamento urbano que ameaça a biodiversidade regional.

As propostas emergiram no desafio de um olhar mais efetivo sobre as áreas de proteção, parques, reservas e/ou unidades de conservação e seu mapeamento,

com vistas a identificação de novas áreas que possam ser estabelecidas, ou seja, um ordenamento territorial que respeite a legislação e valorize o ambiente.

Foram apresentados alguns desafios para a gestão integrada de resíduos sólidos e a construção de um conhecimento científico que preconize o desenvolvimento humano e socioambiental. A contínua degradação ambiental, associada à destinação incorreta dos resíduos sólidos, atinge os municípios no entorno dos *campi* da UFFS, em diferentes modos e intensidades. Debater políticas públicas e sustentabilidade ambiental, inevitavelmente, passa pela preocupação com o saneamento básico, que compreende serviços, infraestruturas, abastecimento de água potável, sistema de esgotamento sanitário, limpeza urbana e gestão dos resíduos sólidos com base nas dimensões ecológicas, ambiental, social, política, institucional, cultural, demográfica, econômica, legal e ética.

As ações e o conhecimento que são desenvolvidos na temática de Meio Ambiente e Sustentabilidade no âmbito da Universidade como um todo são pouco difundidos e divulgados pela comunidade acadêmica. Logo, a população regional não tem conhecimento e acesso sobre o mesmo. Reconhece-se que há um limite pessoal e estrutural por parte da Instituição em atuar em todas as áreas que abarcam as questões e problemáticas ambientais. Neste sentido, há necessidade de desenvolver cada vez mais a formação de profissionais competentes que sustentem a produção de soluções ambientais, com vistas à relação entre soluções de problemas locais regionais, considerando também as demandas acadêmicas. A UFFS deve promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura orientadas por uma política de educação ambiental.

Portanto, os fóruns pontuaram a abertura e a divulgação de projetos voltados às questões ambientais que considerem a realidade de cada *campus*, assim como a regularização fundiária e ambiental, que já está em pauta. Contudo, um dos desafios mais estruturantes foi caracterizado pela quebra de barreiras entre a UFFS e a sociedade, com vistas à divulgação para a comunidade regional das ações, atividades e pesquisas que são desenvolvidas pelos *campi*. Assim, nos questionamos: Quais propostas de ensino, pesquisa, extensão e cultura podem ser encaminhadas como contribuição para a formulação e implementação de um projeto de desenvolvimento regional sustentável?

Conforme foi apresentado inicialmente, a UFFS, no âmbito dos *campi*, desenvolve e produz soluções ambientais atuando como proponentes e alçando destaque em modelos de respeito a legislação ambiental. Por meio da atuação de estudos e pesquisa desenvolvidos pelos cursos de graduação e pós-graduação produz inventários, diagnósticos e prognósticos ambientais, seja com foco nas políticas públicas, sustentabilidade e educação ambiental, seja na atuação de capacitação técnica, produzindo conhecimentos voltados para a solução de

problemas na escala local e regional. Além disso, potencializa o fortalecimento de parcerias variadas com órgãos e instituições governamentais objetivando a criação de centros tecnológicos voltados a atender as demandas da comunidade.

Destarte, a busca da implementação de políticas públicas de sustentabilidade ambiental exige um maior conhecimento das legislações, de um diagnóstico da situação dos municípios em escala local e regional com o engajamento dos gestores públicos e da UFFS em parcerias na proposição de políticas mais eficientes. A Universidade tem um compromisso social de difundir conhecimento técnico e científico para a formação de uma consciência cidadã mais sustentável.

6

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS E DE AÇÕES

A partir das demandas levantadas pelos participantes dos fóruns sobre os tópicos mencionados, foram sugeridas propostas de encaminhamentos e ações para a Universidade nos próximos anos:

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Recursos naturais e a importância da água para a manutenção da biodiversidade	1.1 Contribuição com conhecimento técnico-científico em processos de tomada de decisão do poder público que envolvam demandas ambientais;
	1.2 Incentivo ao uso integrado dos recursos hídricos (águas superficiais, águas subterrâneas);
	1.3 Incentivo de pesquisas qualitativas e quantitativas na área de recursos hídricos subterrâneos;
	1.4 Fomento projetos para melhor compreensão da interação entre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos no Oeste catarinense;
	1.5 Promoção de maior difusão do conhecimento produzido na UFFS;
	1.6 Aumento pessoal e estrutura da UFFS para atuar nas áreas ambientais demandadas pela região;
	1.7 Estimulo mais projetos voltados à área ambiental;
	1.8 Quebra das possíveis barreiras entre a UFFS e a sociedade;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
2. Uso/degradação do meio ambiente	2.1 Aumento do número de projetos de extensão universitária na área de educação ambiental;
	2.2 Estimulo a estudos, com a participação da sociedade, que avaliem o risco de agrotóxicos ao ecossistema, bem como os problemas de saúde decorrentes da exposição a eles;
	2.3 Fomento a práticas de investigação em monitoramento de áreas degradadas;
	2.4 Incentivo a pesquisas a respeito do aproveitamento dos resíduos sólidos;
	2.5 Qualificação do tratamento de resíduos da agricultura. Resíduos da agricultura ainda são pouco explorados e tem potencial econômico;
	2.6 Dialogo com a comunidade regional para viabilizar soluções ambientais;
	2.7 Busca de fontes de financiamento que sustentem a produção de soluções ambientais;
	2.8 Estudo da questão dos sistemas alternativos de produção nos cursos de graduação e construção de grupos de pesquisas e análises para estudar o caso de uso de agrotóxicos;
3. Saúde única: humana, animal e ambiental	3.1 Contribuição na identificação de áreas críticas quanto ao atendimento de saneamento básico;
	3.2 Mapeamento da situação da saúde ambiental do estado/região;
	3.3 Incentivo a pesquisas científicas na otimização de tecnologias tradicionais e desenvolvimento de tecnologias simples de tratamento de água e esgoto sanitário;
	3.4 Desenvolvimento da ideia da agroecologia, do bem-estar animal, saúde única na UFFS;
4. Políticas públicas e sustentabilidade ambiental	4.1 Identificação do aspecto central, relacionado ao tema energias renováveis, a ser fomentado pela UFFS;
	4.2 Estabelecimento de parcerias junto à FCTER, por meio de empresas juniores, projetos de pesquisa/extensão, entre outros;
	4.3 Criação de programas de pós-graduação lato e stricto sensu para atender às deficiências técnicas científicas na área ambiental;
	4.4 Incentivo à integração entre os cursos de graduação da UFFS que possuem afinidades com a temática ambiental;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	4.5 Incentivo a projetos que orientem para a importância econômica e ambiental de produção de energia a partir de fontes alternativas;
	4.6 Oferta de cursos e eventos técnico-científicos sobre a temática ambiental, especialmente para escolas e empresas que possuem atividades degradadoras do meio ambiente;
	4.7 Criação de novos cursos de graduação relacionados à área ambiental;
	4.8 Fomento e articulação de ações de restauro ecológico e criação de áreas protegidas na região;
	4.9 Ordenamento territorial que respeite a legislação e valorize o ambiente;
	4.10 Estimulo à existência de cooperativas de catadores de material reciclável e fomento de parcerias;
	4.11 Contribuições acadêmicas e científicas, projetos de ensino, pesquisa e extensão para auxiliar no desenvolvimento com manutenção dessa relação sustentável;
	4.12 Atuação nas políticas públicas nos municípios da região;
	4.13 Inserção da UFFS na discussão das políticas ambientais dos municípios. Como a UFFS pode qualificar a discussão nos comitês e conselhos das áreas ambientais?
	4.14 Resolução da relação entre a solução de problemas locais e regionais x a cobrança por produção acadêmica (que pode gerar afastamento das questões regionais);
	4.15 Formação de profissionais competentes e comprometidos com as questões ambientais;
	4.16 Garantia na Universidade de espaços para estudos, experiências agroecológicas e assuntos propostos neste contexto. Não desvirtuamento do foco da UFFS em trabalhar com agroecologia;
	4.17 Consideração, no desenvolvimento institucional, dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU;
	4.18 Fortalecimento de parcerias com instituições que trabalhem no fomento de energias renováveis.



CAPÍTULO 3

**GESTÃO,
COOPERATIVISMO,
ECONOMIA SOLIDÁRIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Fóruns realizados:

- a. *Campus* Chapecó: Gestão, Cooperativismo e Economia Solidária
- b. *Campus* Erechim: Gestão, Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Social
- c. *Campus* Realeza: Gestão Pública e Políticas Públicas
- d. *Campus* Passo Fundo: Economia, Saúde e Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

As temáticas da gestão, cooperativismo, economia solidária e desenvolvimento social e da gestão em políticas públicas foram integradas num único eixo e os relatos foram sistematizados em torno das seguintes categorias: a) concepções; b) economia solidária e cooperativismo; c) gestão: cooperativas e agricultura familiar; d) políticas públicas; e) gestão pública. Na sequência, são apresentados os aspectos centrais das discussões realizadas e relatadas e, ao final, são elencadas as propostas de encaminhamento em formato de tabela.

1

CONCEPÇÕES

O capitalismo sempre teve a fragmentação do conhecimento como meio através do qual promoveu e promove a tecnologia e a economização dos processos, produtos e relações. Embora as universidades tenham como orientação teórica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em suas práticas ainda persiste a fragmentação disciplinar e a hierarquização entre essas dimensões da formação. Para além da fragmentação do conhecimento e da hierarquização dos processos formativos, o conhecimento científico passou a definir como critério de verdade o seu próprio, passando a confundir-se com o “verdadeiro conhecimento” a partir do qual as outras formas resultam inferiorizadas e até ignoradas.

A UFFS, como uma universidade popular, deve estar aberta ao reconhecimento de que o conhecimento pode ser e é gerado em uma multiplicidade de locais (cooperativas, propriedades rurais, aldeias indígenas, quilombos, movimentos sociais, sindicatos, entre outros), de múltiplas formas e com diferentes racionalidades. Para realizar seus propósitos, ela precisa compreender essas

condições e promover o diálogo com os diferentes grupos sociais e os diferentes saberes por eles gerados no contexto regional em que ela se situa.

A economia solidária se caracteriza pelas práticas de cooperação, autogestão e solidariedade que a diferenciam da economia capitalista, respaldada na livre concorrência e na exaltação do individualismo econômico e social. No cooperativismo e nas iniciativas da economia solidária, a gestão encontra desafios bastante específicos e diferenciados, que exigem a preparação para o diálogo e a abertura para o diferente, para o outro. A construção de um cooperativismo alternativo e solidário, que valorize o bem-estar dos seus integrantes e os que com ele se relacionam, requer uma organização democrática, um planejamento participativo e o exercício da autogestão.

A UFFS constitui um espaço importante de interlocução e de promoção do debate regional, envolvendo as diferentes organizações sociais na busca de alternativas ao modelo tradicional de produção. As iniciativas de economia solidária geram oportunidades de vida a milhares de pessoas no contexto regional e se configuram em sementes de um modelo alternativo de produção. É papel da Universidade dialogar com essas experiências e abrir caminhos para que a pesquisa e a extensão contribuam com o desenho de estratégias de qualificação e ampliação dessas iniciativas, seus conhecimentos e suas práticas, tornando-as também objeto de estudo, de análise e de ensino na formação universitária.

O modelo de gestão a ser perseguido pela UFFS, seja na execução de políticas públicas, na gestão institucional, na extensão, na pesquisa ou no ensino, fundamenta-se na participação e na autogestão social, em contraponto à gestão meritocrática, hierarquizada e supostamente eficiente do modelo gerencial tradicional, traduzido pelo exercício do poder de alguns em detrimento da exclusão das amplas maiorias. A promoção e o exercício da autogestão é parte da missão universitária da UFFS, nascida dos anseios dos movimentos que levaram à sua constituição.

As políticas públicas devem ter como objetivo a inclusão social. A população tem que ter mecanismos concretos de participação nas decisões dos órgãos públicos em todas as suas esferas e fases de elaboração e implementação destas políticas em suas diferentes áreas.

2

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO

“Economia solidária” é um termo que passou a ser muito utilizado na década de 1990, como parte do processo de resistência dos excluídos pela onda das políticas neoliberais que marcaram aquele período, que pode ser definida em três dimensões: a) **economicamente**, como um jeito de fazer a atividade econômica de produção autogerida, envolvendo a oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseados na democracia e na cooperação; b) **culturalmente**, como um jeito de estar no mundo e de consumir, de substituir o paradigma da competição pela cooperação e pela inteligência coletiva, livre e partilhada; c) **politicamente**, como movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento voltada para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Quanto à sua atuação, abarca iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

O processo de implementação da economia solidária culmina na colaboração solidária, que se estabelece quando as iniciativas de economia solidária saem de sua fase de sobrevivência, passam pela fase de resistência ao modelo capitalista e chegam na fase de libertação das forças produtivas, passando a estabelecer redes de colaboração solidárias. Uma rede de colaboração solidária possui elementos econômicos, políticos e culturais suficientes para se tornar uma alternativa pós-capitalista contraposta ao modelo de globalização atual.

Na região de atuação da UFFS, neste período (década de 90), desenvolveu-se um amplo debate em torno das alternativas ao modelo de produção agrícola, que contribuiriam para o nascimento e o fortalecimento de um conjunto de organizações em torno da agroecologia, das agroindústrias familiares, das feiras livres, das cooperativas de produção e comercialização da agricultura familiar, das cooperativas de crédito, entre outras. Parte significativa destas experiências ocorreram nos assentamentos da reforma agrária, articulando-se externamente com outras iniciativas, tanto na área rural como urbana.

Nos espaços urbanos da região, parte desse movimento ocorreu com os recicladores e com iniciativas de grupos de mulheres nos bairros. Na área do crédito, várias iniciativas de microcrédito e de cooperativas de crédito se desenvolveram.

Este movimento, tanto rural como urbano, ganhou impulso nas últimas duas décadas com as diferentes políticas públicas que incentivaram esta forma de organização econômica, com crédito de custeio e investimento, assistência técnica, programas de comercialização e de formação. Neste espaço também ganharam relevância as cooperativas e iniciativas associativas para o acesso aos programas de habitação, tanto rural como urbana.

Com a criação da UFFS, essas organizações envolveram-se no movimento para verem suas expectativas contempladas nos cursos, na pesquisa e na extensão. Vários programas já foram desenvolvidos, mas fortalece-se, cada vez mais, o sentimento de que essas iniciativas são pontuais e marginais. A UFFS ainda não incorporou o objetivo da construção de um projeto econômico em que a cooperação e não a competição seja o princípio central, de forma que há ainda um longo caminho a percorrer para a materialização da colaboração solidária.

3

GESTÃO (COOPERATIVAS E AGRICULTURA FAMILIAR)

A autogestão é um dos princípios do cooperativismo. Todo o movimento da economia solidária tem na autogestão sua forma de gerir os empreendimentos. Para a sua efetivação, a construção de instrumentos que garantam a participação de todos é fundamental. O exercício da democracia deve ser pleno e direto.

Garantir a participação e a democracia, que efetivam a autogestão, passa pela formação dos associados e do acesso à informação de forma igual a todos os membros. Esses aspectos têm sido um grande e constante desafio para os envolvidos na construção deste processo.

A autogestão na agricultura familiar, diferente das formas de autogestão desenvolvidas pelo cooperativismo e da heterogestão das empresas capitalistas, tem como característica o patriarcalismo e o suprimento das necessidades de reprodução familiar como motivação econômica. Esta forma de gestão das unidades de produção familiar passou a constituir-se num campo de disputa entre diferentes atores que atuam nas áreas rurais. Para as empresas, esta forma tradicional deve progredir para a concepção capitalista de racionalidade e na tecnificação da gestão e do controle. Já para os movimentos sociais e defensores da economia solidária, o que deve evoluir é a democratização do modelo

cultural de autogestão, de forma a contemplar o conjunto dos membros do núcleo familiar.

O desafio posto para a UFFS é, pois, o desenvolvimento de estudos que ajudem a aprofundar a autogestão nas iniciativas da economia solidária e a evolução da autogestão das unidades familiares para um modelo mais democrático, envolvendo todos os membros da família.

4

POLÍTICAS PÚBLICAS

A definição do papel do Estado é um dos temas controverso no campo das ciências econômicas. Para correntes ortodoxas, ele deve limitar sua ação ao mínimo, pois entendem que as intervenções estatais geram desequilíbrios no mercado. Nesta compreensão, as políticas públicas devem ser minimizadas e voltadas para a área da segurança pública, educação e saúde, focadas naqueles que não conseguem pagar por tais serviços no setor privado.

Para correntes heterodoxas, o Estado cumpre papel fundamental na indução do desenvolvimento econômico e, portanto, tem um papel ativo no desenvolvimento de políticas públicas para os setores que apresentam “falhas de mercado” e para integração das grandes maiorias excluídas dele. Nessa concepção, o mercado gera desigualdades e caberia ao Estado minimizá-las através das políticas públicas.

A UFFS é resultado da luta dos movimentos sociais e da comunidade regional da Mesorregião Fronteira Sul pela expansão da política pública de educação superior para esta região. A luta por políticas públicas na região é antiga e teve forte impulso a partir da década de 1980, com o movimento pela democratização do País. Nessa década, as pautas centrais dos movimentos foram a Previdência Social, o Sistema Único de Saúde – SUS e a Reforma Agrária. Já nos anos 90, o foco dos movimentos foi a luta pelo crédito diferenciado para a agricultura familiar e as iniciativas de economia solidária, seguindo-se, na década de 2000, para programas de comercialização da produção da agricultura familiar e acesso à educação superior.

É com essa concepção de política pública, como instrumento essencial para a construção de processos que promovam a igualdade, que é assentada a expectativa da comunidade regional em relação a atuação da UFFS.

5

GESTÃO PÚBLICA

Os debates realizados pelos Fóruns apontam para a importância da construção de instrumentos e espaços de participação direta da comunidade na gestão pública e na implementação das políticas públicas. O orçamento participativo é apontado como elemento determinante na democratização da gestão pública. Assinalaram, ainda, a necessidade de espaços de planejamento estratégico participativo da gestão pública, envolvendo a população na escolha das prioridades e no controle das ações a serem desenvolvidas pelos órgãos e instituições públicas.

No âmbito interno da UFFS, os relatos destacam a importância do exercício de uma gestão democrática e participativa, mediante o uso de diferentes instrumentos de participação, contudo apontam que tais instrumentos ainda são insuficientes para o efetivo envolvimento da comunidade nas questões centrais da gestão universitárias. Identificam que os espaços de participação são muitos, mas as condições de participação e o acesso às informações em condições desiguais tornam o peso da comunidade regional marginal na definição e execução das políticas na UFFS. A descentralização das definições e decisões em dezenas de unidades colegiadas, voltadas para o currículo, as prioridades de ensino, a organização didática, a pesquisa e a extensão, inibe e até mesmo afasta a participação da comunidade do essencial da ação da UFFS.

6

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS E DE AÇÕES

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Economia solidária e cooperativismo	1.1 Reconhecimento dos sistemas alternativos de produção e gestão econômica, a exemplo da economia solidária, dialogando com seus atores para traçar ações de pesquisa e de inclusão desses sistemas nas ações de ensino e extensão;
	1.2 Inclusão, nas ementas das disciplinas que envolvem os temas de gestão, economia, produção e serviços, o tema da economia solidária, do cooperativismo e da autogestão;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	1.3 Fomento de grupos de pesquisa com a temática das economias alternativas e a adoção da temática como tema transversal nos programas dos cursos;
	1.4 Estimulo da participação de agricultores na Universidade, para que possam interagir e contribuir na formação dos acadêmicos;
	1.5 Desenvolvimento de estudos para o diagnóstico da realidade socioeconômica local e, a partir dessas informações, formular projetos de pesquisa e extensão voltados à agricultura familiar;
	1.6 Fomento de pesquisas sobre redes de colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual, envolvendo os temas da autogestão, da justiça social e contextualizando a economia solidária em meio às crises políticas e econômicas.
	1.7 Desenvolvimento de projetos que coloquem as redes de colaboração solidária como centro nos projetos de vida dos estudantes, visando que eles superem dificuldades de permanência e identifiquem a economia solidária como campo de atuação profissional.
	1.8 Organização de programas e cursos específicos em economia solidária que atendam à demanda de profissionais da área qualificados para a implantação de iniciativas de economia popular solidária e sua articulação em redes de colaboração solidária.
	1.9 Organização de uma rede de colaboração solidária multi-campi, para promover o consumo solidário.
	1.10 Elaboração de projetos de educação popular e mobilização em economia solidária, formando estudantes facilitadores de oficinas, formações, atividades de incubação, bem como ações de divulgação da economia solidária com estudantes do ensino médio, EJA, jovens do campo, dos bairros e de camadas populares da sociedade.
	1.11 Viabilização de programas de estágio interdisciplinar, em parceria com cooperativas, iniciativas solidárias e vivências em assentamentos e ocupações, urbanos ou rurais.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	<p>1.12 Apoio e promoção de feiras de economia popular solidária, como projetos de extensão nos <i>campi</i> da UFFS, incluindo discentes da UFFS, agricultores familiares, cooperativas, iniciativas de economia solidária, artesãos, grupos de bairros, movimentos populares, povos indígenas e imigrantes como feirantes para fortalecer a diversidade, as diretrizes da UFFS no campo da agroecologia e divulgar a economia solidária, proporcionando experiências de comércio justo através da utilização de moedas sociais.</p> <p>1.13 Construção de programas e cursos de formação que permitam aperfeiçoar a gestão das micro e pequenas empresas, e empreendedores individuais (MEIs) e organizações da agricultura familiar na região;</p>
<p>2. Gestão (cooperativas e agricultura familiar)</p>	<p>2.1 Construção de programas e cursos de formação que permitam aperfeiçoar a gestão das organizações da agricultura familiar na região;</p> <p>2.2 Promoção de cursos de capacitação em gestão para lideranças que atuem como gestores dos empreendimentos camponeses;</p> <p>2.3 Organização de programas de capacitação de dirigentes de cooperativas, com foco: a) numa gestão transparente e eficaz; b) legislação cooperativista;</p> <p>2.4 Desenvolvimento de programas de estudos de mercado e viabilidade dos produtos das cooperativas e empreendimentos da economia solidária.</p> <p>2.5 Discussão do modelo tecnológico predominante no espaço rural e estudo de alternativas que promovam a agricultura familiar.</p>
<p>3. Políticas públicas</p>	<p>3.1 Constituição, como objeto de pesquisa, das políticas públicas desenvolvidas a nível local e regional;</p> <p>3.2 Integração do ensino da medicina alternativa e dos alimentos orgânicos na promoção da saúde nos currículos dos cursos da área da saúde;</p> <p>3.3 Promoção de projetos e ações com as populações em situação de vulnerabilidade social, para acessar políticas públicas e direitos;</p> <p>3.4 Desenvolvimento de estudos de políticas públicas que analisem, além da produção agrícola, também as condições de saúde da população rural e os custos ambientais e sociais das práticas agrícolas;</p>

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	3.5 Apoio, através da realização de pesquisas e eventos, da consolidação das políticas de controle de produção farmacêutica e agrotóxicos;
	3.6 Desenvolvimento, pela UFFS, de pesquisas relacionadas à implementação de políticas públicas de saúde e suas interações com as demais políticas públicas, analisando os impactos das políticas intersetoriais na saúde;
	3.7 Contribuição com os municípios na implementação das orientações da Organização Mundial de Saúde, para a integração da saúde em todas as políticas.
4. Gestão pública	4.1 Orçamento participativo e planejamento estratégico como temas geradores das pesquisas e dos programas de ensino e extensão relacionados a gestão pública, entendidas como instrumento de participação popular e diálogo entre gestores e a população;
	4.2 Articulação da UFFS com os diversos setores do Poder Público para construção de projetos voltados para inclusão social;
	4.3 Desenvolvimento, pela UFFS, de audiências públicas para o debate dos grandes temas que envolvem a gestão da Universidade, principalmente os relacionados a concepção dos cursos oferecidos;
	4.4 Promoção de cursos de graduação e pós-graduação em gestão e administração pública;
	4.5 Criação de um observatório de políticas públicas na região Sudoeste do Paraná, em parceria com outras universidades públicas e instituto federais;
	4.6 As Agendas de ensino, pesquisa e extensão precisam conhecer a realidade e aprender com as experiências da comunidade na qual se insere e, a partir desta base, formular os problemas de pesquisa e os projetos de extensão, pensados e executados de forma integrada;
	4.7 A universidade precisa refletir sobre seu papel na formação e para qual realidade seus egressos devem ser preparados.



CAPÍTULO 4

DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Fóruns Realizados:

- a. *Campus* Chapecó: Desenvolvimento Regional e Urbano
- b. *Campus* Laranjeiras do Sul: Políticas Públicas, Economia e Desenvolvimento Regional

INTRODUÇÃO

As temáticas presentes nestes fóruns já haviam sido pautadas na I COEPE de modo articulado a outros subtemas. O desenvolvimento regional, perspectiva apontada desde a criação da UFFS, esteve associado naquela ocasião à: tecnologia, inovação, agricultura familiar e agroecologia. O documento apontou para a incorporação transversal da temática do desenvolvimento regional na criação de programas de *stricto sensu*, na formação de grupos de pesquisa, na constituição de linhas prioritárias de extensão, entre outros. O desenvolvimento urbano apareceu na I COEPE associado aos temas de gestão de cidades, sustentabilidade e qualidade de vida, sendo indicado no desdobramento de linhas prioritárias de extensão e na formação de grupos de pesquisa. As políticas públicas, outro tema transversal, tinha indicações da oferta de cursos *lato sensu* e de criação de centro de excelência em pesquisa, por exemplo, com a formação de um observatório de políticas públicas.

Há que se considerar, portanto, que a retomada dessas temáticas na II COEPE tem a função de balanço e, dessa forma, de revisão dos percursos para a consolidação das ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura relacionadas a elas. São muitas ações, mas pode-se destacar, desde a I COEPE, alguns exemplos como: a) na pesquisa, foram criados alguns mestrados, entre os quais estão mais relacionados os de Desenvolvimento e Políticas Públicas e de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, que além de formar quadros qualificados dentre os egressos, contribuíram para a produção do conhecimento a respeito da realidade regional; b) no âmbito da extensão, muitos projetos e eventos foram realizados no sentido de capacitação da comunidade regional com vistas a contribuir para o efetivo desenvolvimento das realidades urbana e rural; c) no âmbito do ensino, o enfoque do desenvolvimento regional influenciou na elaboração dos planos pedagógicos dos cursos, de maneira a formar egressos capazes de compreender, criticar e propor alternativas para as matrizes de desenvolvimento postas em cada região onde há *campi* da UFFS. Contudo, os debates nos fóruns da II COEPE revelaram que a UFFS tem mirado esses temas e não pode perdê-los de vista, pois ainda há muito a ser realizado e existe a necessidade de se consolidar o já iniciado. Por isso a importância dos fóruns para a avaliação e proposição. Espera-se que o resultado

dos debates se materialize em ações concretas que permitam que no futuro se faça uma avaliação positiva dos avanços nesses temas. A própria missão da UFFS é, nestes rincões onde se instalou de maneira pioneira ao trazer o ensino superior público e gratuito, de tornar estes territórios opacos em territórios luminosos, como nomeava o geógrafo Milton Santos, não por estratégias exógenas e produtoras de desigualdade, mas por uma perspectiva de justiça social no território.

1

CONCEPÇÃO

Para o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, o desenvolvimento costuma ser tratado sob um viés bastante economicista e, por isto mesmo, leva a algumas perversões de seu sentido nas quais a dimensão social acaba sendo entendida equivocadamente como uma mera consequência do desenvolvimento econômico. A UFFS foi desde antes de sua concepção um projeto de ensino superior público e gratuito que partiu da leitura de uma realidade, que apontava a ausência de políticas estatais para o contexto regional e criticava um modelo excludente de desenvolvimento, sobretudo econômico, que privilegiava grandes centros, quase sempre no litoral, modelo esse que se revelava também na localização de universidades públicas concentradas naquelas regiões.

Portanto, o desenvolvimento regional e o desenvolvimento urbano, e as políticas públicas a eles associadas, temas sobre os quais se busca direcionar ações no âmbito da Universidade, devem antes de tudo contribuir para o combate às diferenças na distribuição dos ônus e bônus da ação pública e privada sobre o território. A UFFS deve ter compromisso real com a investigação técnica e científica de modelos alternativos, sobretudo, adequados às demandas das populações empobrecidas das periferias urbanas, das pequeninas cidades e das pequenas propriedades rurais. Deve por meio de sua formação questionar o padrão de acumulação da terra urbana e rural que não cumpre sua função social, por meio do incentivo à luta popular dos movimentos sociais do campo e da cidade pelos direitos à cidade, ao transporte, à moradia, ao saneamento básico, ao direito às políticas de acesso à terra rural, ao subsídio para a economia agrícola familiar, ao resgate das culturas e saberes populares.

De fato, o desenvolvimento urbano e regional a ser defendido nas ações da Universidade não pode deixar de focar os projetos de uma reforma urbana e de uma reforma agrária. Os novos modelos, decorrentes desses princípios, precisam ser capazes de dar condições aos egressos da UFFS e outros beneficiados por suas

ações de superar as difíceis relações no campo e na cidade, que têm alijado os trabalhadores do pleno emprego, têm feito as regiões e cidades competirem de forma desigual por investimentos, têm aprofundado a dependência dos pequenos municípios no âmbito orçamentário ao mesmo tempo em que concentra o capital imobiliário e fundiário nas mãos de poucos, “escoa” para fora da região os capitais sociais, intelectuais e financeiros e compromete a sustentabilidade do território do ponto de vista social, ambiental e econômico.

2

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Embora os modelos propalados como mais inovadores no campo do planejamento e gestão de regiões e cidades defendam processos de participação ampliados aos diversos atores, o contexto das forças hegemônicas, sejam globais ou locais, revela muitas vezes que as arenas democráticas como fóruns, conselhos, conferências, audiências públicas, consórcios têm dificuldade em fazer valer o interesse dos grupos menos dominantes em termos de forças econômicas. A pauta popular precisa estar presente e, para que as instâncias institucionalizadas reflitam a força deste segmento, é necessário que os movimentos sociais não possam prescindir de sua luta na rua, na terra e sejam valorizados e tomem espaço nessas esferas democráticas. O papel da UFFS está em formar quadros capazes de ocupar esses espaços, de divulgar e monitorar suas ações, de pesquisar e publicar a respeito de sua efetividade e abertura às demandas populares, de modo a reforçar as agendas dos grupos e movimentos que demandam mais voz, lugar e poder nas decisões e frutos das políticas públicas construídas coletivamente.

3

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E GOVERNANÇA

Associado à categoria anterior, os modelos de gestão pública têm enfatizado processos inovadores, seja no campo da participação, seja no da racionalidade técnica e social, da eficácia e eficiência das instituições, na transparência

das ações entre outros. Alguns indivíduos que passaram pela UFFS estarão nos próximos anos a ocupar cargos na liderança de municípios e outras esferas e precisam estar imbuídos de valores que coloquem os modelos a serviço do povo. Alianças em rede que articulem na base as forças que hoje não conseguem ter protagonismo local e regional são necessárias para fazer frente a dinâmicas que tendem a impor modelos exógenos e desconectados da realidade, o que abre um campo para investigação acadêmica, sempre em atenção aos saberes das populações que há tempo vivem na região. A região da Fronteira Sul é rica em experiências de associação, de cooperação que se evidenciaram, inclusive, na união em torno do projeto da Universidade. São estes modelos, que embora já institucionalizados, revelam características que rompem com o centralismo e precisam servir de inspiração para outros que venham a ser experimentados e que superem clientelismos locais, disputas intraregionais, dependências hierárquicas e outras características que convivem com outros problemas próprios do pacto federativo.

4

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A REGIÃO E O LOCAL COMO PAUTA PRIORITÁRIA DE PESQUISA

O que faz de uma universidade um centro produtor de conhecimento é a capacidade de se renovar constantemente, o que se dá, sobretudo, sob o âmbito da pesquisa. A ausência de instituições públicas de ensino superior durante muitos anos na região da Fronteira Sul teve consequências sobre a deficiência na produção de conhecimento sobre sua realidade, quase sempre estudada de fora e por aqueles que estavam fora dela. A Pesquisa na UFFS deve ter um alicerce em epistemologias que caibam propriamente a sua realidade, e isso se faz com muito tempo de estrada, mas com um passo de cada vez. Por isso, a prioridade de pesquisa sobre os problemas da região e, principalmente, para a solução desses problemas, deve fazer cada vez mais a UFFS criar sua identidade distintiva, contribuindo, com o conhecimento que gera, para o desenvolvimento da região e das localidades de forma justa, equânime, ouvindo a voz dos pequenos e devolvendo em linguagem apreensível aquilo que a sociedade necessita.

5

A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE JUNTAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

A revisão de bases epistemológicas que respondem a problemas de realidades muito distintas da Fronteira Sul corresponde também a novas metodologias, instrumentos, canais para que o conhecimento presente na academia e na sociedade sejam ligados e possam ser potencializados, nesta sinergia, os interesses e resultados. O sentido da universidade tem sido questionado por muitos pensadores e o fato da UFFS ser uma instituição nova colabora para que esteja mais aberta a outras formas de conduzir seus processos administrativos e acadêmicos de forma a estar na sociedade e não se encastelar num olimpo de forma que contraste com nível de desenvolvimento que orbita a sua volta. A UFFS deve ser reflexo do desenvolvimento regional e urbano de seu contexto e vice-versa. Cada campus se relaciona com seu entorno em diversas escalas e a forma como a Instituição é percebida e sentida pelo povo, as entidades, as prefeituras a sua volta deve ser como uma referência fácil a ser buscada, que precisa também buscar a simplificação de processos burocráticos que facilitem a chegada dos que dela precisarem.

6

OS MODELOS ALTERNATIVOS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

A universidade brasileira é rica em produzir estudos, análises e críticas aos modelos vigentes, inclusive de desenvolvimento e planejamentos regional e urbano. Contudo, o mesmo esforço não repercute em dimensões iguais quando se trata de passar para um quadro propositivo. A missão da UFFS, também em virtude da crise contemporânea das universidades, é ter um compromisso com o conhecimento socialmente útil capaz de repertoriar não só os quadros que formalmente passam pelos bancos da Universidade, mas que extravase suas descobertas para a sociedade, de maneira a impactar na redução da pobreza, das desigualdades, na melhora da qualidade de vida, o que se faz com base em alternativas aos modelos vigentes de desenvolvimento cujos efeitos perversos agudizam os problemas, sobretudo para aos necessitados. A investigação

acadêmica precisa priorizar o campo da gestão, da economia solidária, do cooperativismo, passando por modelos de autogestão e também por soluções técnicas que reduzam a dependência de insumos de fora do local. Precisa questionar programas governamentais que introduzem recursos que serão aplicados sob modelos convencionais e que já mostraram serem pouco efetivos. Não se trata de negar a importância de aspectos tradicionais, para aquilo que se constituiu como capital na região, mas de poder pensar alternativas dentro daquilo que já tem, sempre aproveitando as forças culturais que formam a identidade popular regional.

7

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS E DE AÇÕES

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Desenvolvimento regional e urbano com participação popular	1.1 Promoção de cursos de capacitação com participação popular nas instâncias de governança urbana e regional;
	1.2 Estimulo a representação da UFFS em instâncias participativas do desenvolvimento regional e urbano;
	1.3 Discussão com os segmentos populares com a finalidade de obter sua compreensão acerca dos mecanismos e instrumentos de participação, bem como dos conteúdos discutidos nos processos de planejamento de forma a ampliar o empoderamento popular sobre as decisões das quais participa;
	1.4 Subsídio a formação e consolidação de movimentos sociais que militem pelas causas urbanas populares de maneira que possam aumentar sua visibilidade e atuação, seja por canais institucionais de participação bem como outras formas de luta;
	1.5 Realização de debates sobre o desenvolvimento regional como o foco na construção de uma identidade e de um sentimento de pertencimento enquanto território;
	1.6 Ampliação dos espaços de debate com a comunidade regional, no sentido de compreender as reais demandas da sociedade, de maneira a tornar a COEPE um fórum permanente.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
2. Desenvolvimento regional e urbano e governança	2.1 Realização, junto aos conselhos responsáveis pelo desenvolvimento urbano dos municípios, do acompanhamento da implementação dos instrumentos presentes no plano diretor que promovam a função social da cidade e da propriedade e que não foram implementados;
	2.2 Realização de acompanhamento, pesquisa e aplicação de metodologias para elaboração e avaliação da implementação de planos de desenvolvimento regional;
	2.3 Elaboração de estudos sobre modelos vigentes de desenvolvimento regional e difusão de boas práticas sobre planejamento integrado entre os municípios da Fronteira Sul;
	2.4 Prática de acompanhamento para que o compromisso de longo prazo nas gestões urbana e regional seja garantido, superando os vícios da gestão pública na descontinuidade quando das mudanças de mandato;
	2.5 Estimulo e suporte à instituições e governanças capazes de planejar e atuar em prol de seu desenvolvimento, considerando aspectos sociais, ambientais e culturais, bem como, suas vocações econômicas;
	2.6 Realização de cursos e parcerias para projetos de capacitação técnica de servidores de prefeituras municipais/entidades governamentais em geral da área de abrangência da UFFS no âmbito do planejamento urbano/territorial (incluindo capacitação em Cartografia e Sistema de Informação Geográfica (SIG), cadastro técnico multifinalitário etc);
	2.7 Desenvolvimento de estudos para que os mecanismos de gestão pública facilitem o mapeamento e a formalização de microempreendedores individuais da região;
	2.8 Desenvolvimento de estudos para que o sistema tributário seja aprimorado aumentando as receitas e consequentemente à ampliação do atendimento das políticas públicas.
3. A produção do conhecimento sobre a região e o local como pauta prioritária de pesquisa	3.1 Desenvolvimento de estudos que identifiquem problemas e oportunidades para o desenvolvimento regional;
	3.2 Fomento à realização de estudos e pesquisas que analisem as dinâmicas de desenvolvimento territorial;
	3.3 Fomento à criação ou a parceria com outras IES para criação de observatórios sobre as políticas urbanas e o desenvolvimento regional de forma a tornar público os resultados para que a população possa avaliar as ações governamentais;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	3.4 Busca de parcerias para pesquisas e outras modalidades quanto à implementação do Sistema de Informações Geográficas em municípios com base nas disponibilidades dos laboratórios da UFFS que trabalham com a temática;
	3.5 Incentivo a projeto de extensão na área de agricultura urbana para ocupação dos quintais privados para a produção de alimentação saudável, bem como estudo de criação de um cinturão verde para a produção de hortifrutigranjeiros de maneira sustentável;
	3.6 Estabelecimento da permanência e frequência do Fórum de desenvolvimento regional e urbano, ocorrido a partir da II COEPE, de modo a acompanhar os processos na escala urbana e regional, aumentando e capilarizando o alcance popular das demandas e da participação;
	3.7 Ampliação da atuação da UFFS na elaboração de pesquisas, diagnósticos e apoio técnico aos produtores rurais e negócios em geral;
	3.8 Criação d um programa de pesquisa para a elaboração de diagnósticos socioeconômicos do território para identificar as vocações econômicas, dificuldades e desafios, com o objetivo de subsidiar um plano de desenvolvimento de longo prazo;
	3.9 Debate da questão da distribuição da riqueza no território.
4. A universidade e a sociedade juntas para o desenvolvimento regional e urbano	4.1 Integração do plano de desenvolvimento e/ou diretor dos campi universitários para o planejamento urbano, como por exemplo, na questão de mobilidade;
	4.2 Promoção de eventos com as temáticas do Fórum de Desenvolvimento Regional, que devem atingir o público que não costuma vir até a Universidade, para quem as ações governamentais implicam em seu cotidiano;
	4.3 Reflexão sobre as licenciaturas, que podem incorporar na formação de professores os conteúdos para a conscientização dos estudantes das escolas quanto às problemáticas urbanas e regionais e a participação social na definição das escolhas;
	4.4 Incorporação, nos PPCs dos cursos, das temáticas do desenvolvimento regional e urbano, buscando aprimorar a formação de profissionais que possam responder bem às demandas das cidades e região;
	4.5 Promoção da preservação de áreas de interesse ambiental no entorno da universidade;
	4.6 Aprimoramento da gestão ambiental do <i>campus</i> ;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	4.7 Oferta de cursos/treinamentos, no âmbito da extensão, para atores-chave e lideranças engajados nas iniciativas de desenvolvimento territorial;
	4.8 Foco em ações da Universidade quanto ao apoio técnico para pequenas empresas e as pequenas propriedades rurais;
	4.9 Estreitamento da relação da UFFS com as mídias locais e da região com o objetivo de divulgar os eventos/espacos de diálogo com a sociedade;
	4.10 Reforço da atuação da UFFS, por meio de seus projetos, às pequenas agroindústrias, muitas delas localizadas no campo, com o objetivo de ampliar o desenvolvimento regional;
	4.11 Desenvolvimento e difusão de metodologias capazes de envolver a participação efetiva de atores do território;
	4.12 Reconhecimento da resistência da UFFS em ser aceita por alguns grupos locais e desenvolvimento de estratégias para que a compreendam como um agente de política pública para o desenvolvimento da região.
5. Os modelos alternativos ao desenvolvimento regional e urbano	5.1 Estimulo à formação crítica a respeito dos modelos de desenvolvimento hegemônicos e à elaboração de modelos alternativos para a região;
	5.2 Desenvolvimento de estudos e articulação de parcerias que destaquem as potencialidades e vocações econômicas da região com foco na agregação de valor;
	5.3 Priorização de estudos a respeito do papel exercido pela agricultura familiar e pelo cooperativismo.



CAPÍTULO 5

SAÚDE PÚBLICA/ SAÚDE COLETIVA

Fóruns realizados:

- a. *Campus* Chapecó: Saúde Pública;
- b. *Campus* Realeza: Saúde Pública;
- c. *Campus* Passo Fundo: Economia, Saúde e Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O fórum temático sobre saúde pública/saúde coletiva e economia, saúde e políticas públicas foi objeto de debates realizados pelos campi Chapecó, Realeza e Passo Fundo, envolvendo discentes, docentes, técnicos administrativos em educação e membros da comunidade regional. Os diálogos realizados traduzem os principais aspectos que devem nortear as ações da UFFS frente ao ensino, pesquisa, extensão e cultura, de modo que todos os campi desenvolvam suas atividades considerando as demandas prioritárias identificadas e aprovadas em conferência. O conjunto dos debates e propostas apresentadas foram organizadas em torno das seguintes categorias temáticas: a) concepção de saúde pública x saúde coletiva; b) educação e formação de profissionais de saúde; c) redes de atenção à saúde: articulação entre a formação acadêmica, gestão e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e comunidade; d) promoção de saúde com foco nos determinantes e condicionantes sociais; e) conjuntura política e econômica: defesa do SUS e mobilização social.

1

A CONCEPÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA X SAÚDE COLETIVA

A Universidade Federal da Fronteira Sul vem propor a II COEPE – Conferência de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura com o objetivo de fortalecer os espaços de participação da comunidade acadêmica e regional na definição das políticas, diretrizes e ações que orientem o planejamento institucional nos pilares do ensino, pesquisa e extensão para o próximo quinquênio. Nesta proposição da COEPE, os debates realizados nos campi Chapecó e Realeza trouxeram elementos importantes para a rediscussão do próprio nome do fórum temático. A saber, as diferenças importantes entre a concepção de saúde pública e de saúde coletiva.

Os termos saúde pública e saúde coletiva são confundidos frequentemente por profissionais de saúde e pela sociedade de modo geral. Portanto, cabe um breve resgate das diferenças entre eles, pois elas determinam o modo como as políticas, diretrizes e ações são orientados na UFFS. Ambas apresentam valores, projetos e compromissos distintos. É essencial reconhecer que os conceitos de saúde pública e saúde coletiva não são vazios, não são sinônimos e não devem ser utilizados sem reflexão teórica profunda, que sustente a prática construída cotidianamente nesta Universidade pública e popular, que defende os direitos da população, priorizando a cidadania e a democracia da nação brasileira.

No Brasil, a saúde coletiva emergiu da intensa fragmentação da saúde, na década de 1970, que culminou com a criação do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira - MRSB. Os questionamentos eram provenientes de profissionais da saúde, dos trabalhadores de baixa renda e da população em geral sobre a situação do país, que vivia, com a ditadura militar, um modelo econômico concentrador de renda, queda nas condições de vida da população com altas taxas de mortalidade infantil, materna e mortes por doenças infecciosas e recrudescimento das epidemias. A educação e a formação em saúde eram completamente desconectadas das necessidades do povo brasileiro, sendo voltadas exclusivamente para a assistência à elite, os que tinham carteira assinada e os que podiam pagar.

A saúde coletiva no Brasil, então, está fundamentada nos determinantes e nos condicionantes sociais do processo saúde-doença-cuidado. Em síntese: a questão social começou a emergir de dentro da própria saúde pública tradicional e a transcendeu definitivamente, dirigindo e orientando todas as políticas públicas para a sociedade, para a coletividade.

A saúde pública diz respeito à promoção de saúde, à busca por assegurar que o indivíduo tenha no seu território condições de vida que lhe permitam ter saúde. São conjuntos de ações sanitárias, de dever do Estado, que objetivam prevenir e combater doenças e evitar riscos à população.

A saúde coletiva surge a partir dos movimentos sanitários latino-americanos e, no Brasil, com o MRSB. Cabe a ela: a) a análise do processo saúde-doença-cuidado de uma coletividade; b) a transformação social, respeitando a história e a integralidade da atenção à população; c) a análise e o estudos das suas relações com o desenvolvimento político, econômico e social. De mais a mais, a saúde coletiva é um campo científico inter e transdisciplinar, composto principalmente pelas ciências sociais.

Em suma, a saúde coletiva constitui a estrutura do SUS, que preza pelo direito da população à saúde pública de qualidade, integral e equânime. Toda saúde pública é coletiva, mas nem toda saúde coletiva é pública. Portanto, sugere-se

que na versão final do texto da II COEPE seja feita a alteração de saúde pública para saúde coletiva

2

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Qual é o papel de uma universidade pública, popular e democrática na formação de profissionais de saúde? Essa questão é colocada não para se buscar respostas rápidas, mas no intuito de instigar a comunidade acadêmica e regional a avaliar a atuação da UFFS nos seus 8 anos de implantação e a refletir sobre os caminhos que precisamos resgatar ou fortalecer para que nossas proposições sejam condizentes com as nossas práticas de inserção e transformação local e regional.

Na concepção de Darcy Ribeiro, de 1975, a universidade tem a função de transformar o seu entorno, sendo indissociável da criação de uma consciência crítica cidadã transformadora. E duas perguntas se colocam para o pensamento darcyaniano: a universidade é necessária para quê? E para quem? Por isso é necessária a politização da universidade, a neutralidade das ideias é uma falácia, a ciência e a produção de conhecimentos devem sim apresentar suas posições ideológicas, essa é a função da universidade.

A partir dos debates realizados nos fóruns de “saúde pública” em relação a importância da universidade na formação dos profissionais na e para as regiões da fronteira sul, ressaltou-se a necessidade de embasar os projetos pedagógicos dos cursos de saúde, as pesquisas e a extensão universitária da UFFS na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), e que esta apresente forte viés do conceito ampliado de saúde, como forma de modificar a realidade no campo das práticas assistenciais.

Como um ponto crucial para a modificação do modelo das práticas assistenciais nos serviços de saúde, foram relatadas pelos participantes do fórum as dificuldades no provimento e fixação do profissional médico nas equipes de Saúde da Família (principal estratégia para implementação da PNAB) por conta da rotatividade desses profissionais, que buscam oportunidades de trabalho nas diversas especialidades e enxergam a atenção primária, via Estratégia Saúde da Família (ESF), como ocupação temporária. Outro aspecto abordado foi a atuação da universidade na formação médica, no sentido de modificar esse panorama de dificuldades na atenção à saúde. Os painelistas defenderam que é preciso formar profissionais que atendam aos usuários em sua totalidade biopsicossocial

com um olhar amplo para um modelo de saúde coletiva de promoção de saúde, em contraponto a uma formação conservadora centrada na doença. Nesse contexto de desafios para a formação de profissionais de saúde e de estímulo à fixação de médicos nos municípios da região, sugere-se a criação de residências multiprofissionais e residências médicas com ênfase na Atenção Primária a Saúde (APS) como possibilidades de mudar a realidade atual.

Ademais, ainda sobre o processo de educação e formação em saúde na UFFS, é imprescindível (re)organizar os processos de trabalho na APS, com planejamento em equipe, instituindo linhas de cuidado, qualificando os profissionais para a assistência e encorajando o trabalho multidisciplinar. Já no processo de formação inicial dos estudantes, estabelecer diálogos entre os diferentes cursos e instituições no decorrer dos estágios curriculares. Finalmente, todo processo de mudança de modelo assistencial e formação acadêmica, nesses novos moldes demandados socialmente, carecem de profissionais aptos a atuarem na gestão dos sistemas e serviços de saúde.

Especificamente na área da saúde, os Projetos Pedagógico dos Cursos (PPCs) de graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição da UFFS tem como objetivos a formação de profissionais generalistas com capacidade crítica reflexiva e criativa, com base em princípios éticos, conhecimentos específicos, interdisciplinares, considerando o perfil epidemiológico e o contexto socio-político, econômico e cultural da região e do país, que devem contribuir para a concretização dos princípios e diretrizes do SUS. O principal problema que deve nortear os processos formativos é: nós estamos formando profissionais de saúde comprometidos técnica e politicamente com o desenvolvimento local e regional e em defesa do SUS?

Considera-se que os problemas e desafios para a consolidação do SUS são os mesmos em diferentes espaços assistenciais da saúde, e um ponto que emerge é o papel da universidade, não só na formação acadêmica, profissional e intelectual dos estudantes – futuros profissionais do SUS, mas como pode interferir de outras formas na melhoria do serviço de acordo com as necessidades do território e de sua população e, conseqüentemente, modificando a realidade social, para além das necessidades de saúde.

3

REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE: ARTICULAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO ACADÊMICA, GESTÃO E SERVIÇOS DO SUS E COMUNIDADE

O conceito de redes, na área da saúde, utiliza-se da distribuição da malha de serviços ofertados, através de articulação sistêmica e ascendente de atenção e cuidados à saúde que abrange diferentes modalidades de serviços e produtos de saúde. Além disso, deve abordar a dimensão e as escalas populacionais dos serviços, permitindo que estes sejam organizados e adaptados à realidade histórica e das condições sociais que a população apresenta territorialmente, facilitando o acesso e o vínculo entre usuário e serviço de saúde.

As redes só têm sentido quando atuam de forma conexa na redução das desigualdades territoriais. Portanto, debater as redes de atenção a saúde nas regiões nas quais a UFFS tem cursos da área de saúde é imprescindível para o reconhecimento das diversidades, dos modos de viver, da cultura, das condições de saúde, sociais, econômicas e demográficas para contribuir com a formação de profissionais e apoio aos gestores municipais no melhor aproveitamento dos recursos ofertados em cada território. Os fóruns apontam que alguns serviços de saúde não conhecem o usuário dentro do território e desta forma não conseguem ofertar um atendimento integral.

Deste modo, espera-se a ampliação dos espaços de debate, bem como do estreitamento entre a formação acadêmica, gestão e serviços do SUS e comunidade, no sentido de responder de maneira recíproca as demandas levantadas/evidenciadas territorialmente, contribuindo com o fortalecimento do SUS através do ensino, da pesquisa e das ações extensionistas e culturais.

As regiões de abrangência dos campi são compostas de pequenos municípios e a maior oferta de serviços de saúde está centrada nos municípios polos, concentrando também, conseqüentemente, a maior força de trabalho, uma dificuldade enfrentada cotidianamente pela região para atender as demandas e necessidades de atenção à saúde. Ainda, temos um grande desafio de coalizção na gestão dos sistemas e serviços de saúde capazes de instigar o desenvolvimento regional e a garantia de acesso e acessibilidade à saúde regionalizada e organizada pelas redes de atenção.

Uma rede de atenção deve conter serviços de atenção primária, secundária e terciária, de modo que aqueles municípios que não tem condições de estruturar uma rede em três níveis assistenciais e intersetorial devem assegurar

o atendimento da população preferencialmente dentro do contexto regional. Entretanto, é de responsabilidade do próprio município a oferta da atenção primária de forma acessível e resolutiva.

A APS, por exemplo, tem a responsabilidade de garantir os princípios e a direcionalidade da gestão do sistema, de forma resolutiva e articulada com os demais níveis de atenção. Quando as necessidades e demandas da população forem além da oferta disponível localmente, especialmente na complementaridade da atenção secundária e terciária, os gestores precisam pactuar decisões para conformar arranjos que tenham capacidade de dar resposta aos problemas identificados. Agrega-se ainda a atuação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família que deve atuar no matriciamento como apoio a ESF.

Compreendemos que a APS no Brasil não tem capacidade estrutural (organizacional e financeira) para atender a todas as demandas por serviços de saúde e assumir tamanha responsabilidade no sistema. Esse nível de atenção não conta com o montante de recursos financeiros e de pessoal qualificado necessário para a evolução e ampliação do acesso da população ao SUS. Apesar do incentivo às ações primaristas realizadas pelo Ministério da Saúde, a APS ainda carece de maior prestígio social e político face ao nível terciário de atenção à saúde.

As panelistas apontam que a resolubilidade da APS é deficitária e cria demandas desnecessárias para os outros níveis de complexidade, aumentando os custos e a ineficácia, tendo como indicador desta ineficácia o número de encaminhamentos para outros níveis assistenciais. Os debates dos fóruns reforçam, por exemplo, que alguns exames de atenção secundária e terciária ultrapassam a competência da esfera municipal. Porém, como sempre existe uma demanda maior do que o serviço ofertado, as gestões acabam tendo a necessidade de desviar o foco da política de APS, comprometendo recursos e esforços para a resolução de problemas dos demais níveis de atenção do SUS.

Um outro aspecto importante destacado é a necessidade de qualificar os hospitais de pequeno porte da região, pois não basta que existam, mas que possam ser resolutivos para a população que deles necessita, qualificando para que assumam leitos de retaguarda clínica como estratégia para os atendimentos de urgência e emergência. Entre as ousadas proposições se apresentou a demanda para que a UFFS assuma em seu espaço a criação de ambulatório para acompanhamento de gestações de alto risco, como caráter de atendimento regional.

De acordo com os debates realizados, cabe a Universidade apoiar a rede de serviços de saúde na organização dos processos de trabalho, na elaboração de protocolos assistenciais ou na qualificação dos existentes, nas ações de valorização dos profissionais de saúde, no auxílio a informatização e acesso aos dados e informações em saúde que auxiliem no planejamento das ações e serviços de

saúde e na oferta de capacitações e educação permanente em serviço. São ações de articulação entre a formação acadêmica, gestão e serviços do SUS e comunidade que podem servir de fortalecimento na consolidação de uma rede de atenção à saúde integral que proporcione melhoria nas condições de vida da comunidade regional.

4

PROMOÇÃO DE SAÚDE COM FOCO NOS DETERMINANTES E CONDICIONANTES SOCIAIS

A promoção de saúde está ligada diretamente às melhorias das condições de saúde e de estilos de vida de grupos populacionais específicos e vulneráveis, apoiando em atividades de educação em saúde e implementação de políticas públicas intersetoriais e interdisciplinares no intuito de impulsionar uma mudança no modelo assistencial. O que determina ou condiciona a saúde de uma população? A Comissão Nacional de Determinantes Sociais de Saúde (CNDSS) define os determinantes como “fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população.” Nesse contexto, podemos citar como exemplo a alimentação saudável e de qualidade e o quanto está pode impactar nas condições de saúde de um indivíduo e de uma população.

Os debates dos fóruns temáticos de saúde apontaram alguns dos muitos determinantes e condicionantes da saúde a saber: a) a importância de estudos que analisem os impactos nos modos de produção e condições de trabalho na região, como forma de abordagem do campo da saúde do trabalhador, exemplificando os casos de câncer adquiridos em consequência das relações de trabalho; b) a necessidade de organizar estudos e pesquisa sobre o uso de agrotóxicos e os impactos na saúde humana; c) o papel da Universidade na difusão de conhecimento na comunidade e entre profissionais de saúde de conceitos de promoção à saúde, buscando incorporá-los nas práticas de atenção à saúde; d) o monitoramento dos índices de natalidade, morbidade e mortalidade, de planejamento familiar, dos fatores que afetam o crescimento populacional e das ações das vigilâncias em saúde.

5

CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA: DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Os debates realizados deram ênfase a problematização do contexto político atual caracterizado pela minimização do estado: a) austeridade financeira traduzida na fixação de tetos orçamentários para saúde (Emenda constitucional 95/2016) e mudança nas modalidades de transferência dos recursos para os entes municipais e estaduais; b) a nomeação para cargos de gestão do SUS e do Ministério da Saúde atrelada às redes operadoras de planos de saúde; c) o desmonte do SUS mediante processos de privatização e terceirização da saúde, de abertura para o capital estrangeiro explorar a assistência à saúde e de campanhas midiáticas com discurso de enfraquecimento dos princípios doutrinários do sistema (universalização e integralidade; d) a proposta de criação dos planos populares de saúde ameaçando e comprometendo sua existência enquanto dever do Estado e direito de todos.

Contradizendo todo este cenário de retrocessos, a luta dos movimentos sociais, como o movimento sanitarista, o principal responsável pela criação do SUS, resiste e disputa espaços para que o sistema seja garantido de acordo com a Constituição Federal de 1988. Somente com a ampla mobilização da população em defesa do sistema público de saúde, buscando maior qualidade e efetividade e contrariando ações que vão de encontro à fragilização e precarização desse sistema, poder-se-á assegurar a existência e fortalecimento do sistema público de saúde brasileiro. A trajetória histórica de luta para a conquista dos direitos sociais e trabalhistas precisa ser trabalhada com a população e ela precisa ter conhecimento de todo processo de implementação de um sistema desafiador para atender uma população de mais de 200 milhões de habitantes.

A Lei nº 8.142 de 1990 garante à sociedade o direito à participação e ao controle social no SUS, nos níveis municipal, estadual e federal. Os participantes do fórum relatam o desinteresse da comunidade local e regional em efetivar esse espaço de participação nos Conselhos Municipais de Saúde (CMS), sugerindo a falta de pertencimento do SUS pela população, o que resulta na falta de acompanhamento, controle e fiscalização da gestão pública. Reiteram que o CMS não tem poder o suficiente para intervir nas negociações de atenção secundária e terciária, que por vezes há conflito de interesses que corroboram para os deficit da saúde pública e a expansão da saúde privada. Entretanto, são

estes os espaços de poder popular e articulação para a definição de prioridades nos planejamentos técnicos e orçamentários.

Também são citados os impactos dos processos de judicialização da saúde que direcionam recursos financeiros municipais para o atendimento de demandas individuais em detrimento da coletividade. Essa tem sido uma das maiores preocupações e desafios dos gestores municipais de saúde na região. Ainda, são incipientes os instrumentos e mecanismos de condução dessas práticas judiciais legais, que afetam o coletivo populacional. Deste modo, a UFFS pode contribuir com estudos e análises que colaborem com as políticas e estratégias para lidar com essas situações.

Propõe-se que a Universidade produza pesquisas e debates, tendo o SUS como foco central, trazendo para si o papel fundamental em despertar a militância em prol da saúde pública, em defesa do direito universal à saúde.

6

ALIMENTOS, AGROTÓXICOS E SAÚDE

O fórum sobre economia, saúde e políticas realizado em Passo Fundo, assim como os debates que aconteceram nos campi Chapecó e Realeza, destacou aspectos importantes e responsabilidades dos cursos de graduação e pós-graduação em saúde da UFFS em promover práticas de alimentação saudável e incentivo à produção de alimentos que superem as práticas convencionais e modernas, resgatando os saberes tradicionais da agricultura familiar. Algumas questões são apresentadas: A quem compete promover a alimentação saudável? Como intervir na melhoria da alimentação da população? Quais estratégias podem ser utilizadas pela UFFS?

A assistência e educação alimentar e nutricional é uma prática privativa dos profissionais nutricionistas conforme disposto na Lei 8.234 de 1991, que regulamenta a profissão. Entretanto, o que se espera das demais áreas da saúde e intersetoriais é promover uma alimentação saudável em seu caráter mais amplo, ações que extrapolem os limites da saúde e que de algum modo influenciem toda a sociedade num consumo mais consciente.

É indiscutível o impacto na saúde humana e no meio ambiente causado pelo uso de agrotóxicos e transgenia, é importante que a UFFS desenvolva estudos, pesquisas e que busque identificar e conscientizar os consumidores para o entendimento dos riscos dos agrotóxicos e dos transgênicos na alimentação e no processo saúde e doença. Atualmente, a influência midiática e do *marketing*

realizado para venda de produtos alimentícios interferem negativamente nos modos de vida das pessoas, de tal maneira que desconhecem e, as vezes, pouco se interessam em saber o que estão consumindo e quais os efeitos a curto, médio e longo prazo na saúde e no meio ambiente.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) do governo federal reforça esse compromisso e desafio a ser trabalhado na busca de melhorias na qualidade de vida da população brasileira. Na agenda da PNAN alguns propósitos são apontados: estímulo a ações intersetoriais de práticas alimentares e estilo de vida saudáveis; acesso universal aos alimentos; garantia da qualidade e segurança dos alimentos consumidos; promoção de práticas alimentares saudáveis, prevenção e controle de distúrbios nutricionais; desenvolvimento de pesquisas e capacitação de recursos humanos.

Nesse ínterim, destacamos que a UFFS, por sua história, estrutura, localização geográfica e compromisso social, deve direcionar forças no ensino, na pesquisa, na extensão e na cultura em defesa da promoção de saúde, inclusive através da alimentação saudável.

7

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS E DE AÇÕES

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. A concepção de saúde pública x saúde coletiva	1.1 Transcendência da denominação do fórum de “Saúde Pública” para “Fórum de Saúde Coletiva”, uma vez que os termos não se tratam de sinônimos, pois é reconhecido que são campos distintos, que nasceram em momentos históricos particulares e apresentam valores, projetos e compromissos diversos entre si;
	1.2 Integração dos cursos da área da saúde entre si e com as licenciaturas da UFFS e de outras instituições, como forma de garantir a atenção integral e coletiva.
2. Educação e formação de profissionais de saúde	2.1 Consideração da formação em saúde a partir da perspectiva do modelo de Atenção Primária à Saúde, com saberes compartilhados na construção de projetos de pesquisa, extensão e cultura;
	2.2 Fortalecimento dos conteúdos relativos à gestão dos sistemas e serviços de saúde em todos os componentes curriculares dos cursos da área da saúde da UFFS;
	2.3 Criação de residências multiprofissionais em atenção primária à saúde;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	2.4 Utilização de ferramentas metodológicas que possibilitem desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e intervenção com indivíduos e comunidades da grande região da fronteira sul;
	2.5 Estimulo, na formação, da percepção crítica e da participação dos estudantes nos diversos espaços de luta, comprometidos com a defesa do SUS;
	2.6 Criação de fóruns de discussão relativos à saúde dos trabalhadores na agricultura da região;
	2.7 Trabalho de aspectos e habilidades comunicacionais com vistas à atenção de populações migrantes;
	2.8 Realização de movimentos extensionistas em momentos que propiciem a participação efetiva dos estudantes;
	2.9 Realização de programas de extensão de formação em libras para as graduações de saúde, como forma de ampliar o acesso à saúde das pessoas não ouvintes.
3. Redes de atenção à saúde: articulação entre formação acadêmica, gestão e serviços do SUS e comunidade	3.1 Contribuição na redução das fragilidades da atenção primária a saúde, partindo do fortalecimento dos vínculos interprofissionais na equipe de saúde e desta com os usuários do SUS;
	3.2 Qualificação da definição de indicadores de saúde que de fato representem o processo de trabalho e a resolubilidade da atenção primária, favorecendo o planejamento das ações de saúde;
	3.3 Viabilização da implantação de ambulatório para gestações de alto risco para atendimento a nível regional;
	3.4 Trabalho de aspectos relativos aos cuidados paliativos e ações de oncologia integrado nos três níveis assistenciais;
	3.5 Elaboração de propostas de pesquisa e extensão em gestão da saúde, para profissionais dos serviços;
	3.6 Coordenação de grupos de estudo compostos por profissionais, estudantes, conselhos de saúde e outros, com a finalidade de discutir as Redes de Atenção à Saúde e sua implantação na região;
	3.7 Ampliação dos canais de comunicação com os trabalhadores a partir da criação e apoio à formação de grupos de discussão sobre os aspectos da saúde do trabalhador;
	3.8 Promoção de debates para a implantação de ambulatório para atendimento à população LGBT e para os casos de hormonização;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	<p>3.9 Incentivo a práticas de saúde nas comunidades excluídas, como migrantes, indígenas, LGBT e pessoas em situação prisional, contribuindo para a redução da invisibilidade social;</p> <p>3.10 Formação grupo de trabalho propositivo tendo como tema o atendimento às mulheres vítimas de violências na região e apoio à criação da Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência na região;</p> <p>3.11 Ampliação do desenvolvimento de estudos e trabalhos no âmbito inter e transdisciplinar com a saúde.</p>
<p>4. Promoção de saúde com foco nos determinantes e condicionantes sociais</p>	<p>4.1 Construção de espaços para articulações de práticas integrativas e complementares, com a finalidade de promoção da saúde e prevenção de doenças;</p> <p>4.2 Promoção de sintonia entre os conceitos de saúde da população e da equipe profissional, buscando a mudança de paradigma, com foco na promoção de saúde;</p> <p>4.4 Pesquisa sobre os efeitos do uso dos agrotóxicos e da agroecologia na saúde humana e divulgação dos resultados para as comunidades regionais;</p> <p>4.5 Incentivo a propostas alternativas com vistas à alimentação saudável, sobretudo livre de agrotóxicos;</p> <p>4.6 Proposição de ações de promoção de um envelhecimento saudável, foco em políticas regulatórias, mudanças comportamentais e atenção primária à saúde.</p>
<p>5. Conjuntura política e econômica: defesa do SUS e mobilização social</p>	<p>5.1 Atuação nas comunidades fomentando os sentidos da saúde e apreensão do SUS como um bem comum e um direito humano da sociedade brasileira, envolvendo o resgate histórico das lutas pela conquista dos direitos sociais;</p> <p>5.2 Resgate das propostas das conferências de saúde e participação na divulgação das conferências municipais e estaduais de saúde, promovendo interações entre os cursos e estimulando o debate sobre as temáticas relacionadas;</p> <p>5.3 Luta pelo SUS gratuito, equânime e universal, estabelecendo parcerias e articulações com núcleos de militância pela saúde, que não é mercadoria;</p> <p>5.4 Realização programas de extensão junto à educação básica com a finalidade de qualificar a gestão escolar e os professores sobre a importância do SUS, como estratégia de disseminação entre os estudantes;</p>

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	5.5 Criação de grupos de resistência em defesa das instituições federais e públicas que estão ameaçadas pelas políticas neoliberais;
	5.6 Incentivo a participação de estudantes, docentes e comunidade regional na participação e controle social do SUS através dos conselhos municipais de saúde.
6. Alimentos, agrotóxicos e saúde	6.1 Promoção de jornadas sobre alimentação saudável envolvendo a comunidade em geral, principalmente escolas, com orientação sobre a relação de alimentação com doenças e esclarecimento sobre as políticas públicas.
	6.2 Incentivo da participação dos acadêmicos na orientação de alunos e população sobre alimentação saudável e saúde.
	6.3 Promoção da integração entre as diferentes áreas através de pesquisas e eventos sobre a produção de alimentos, meio ambiente e saúde da população;
	6.4 Oferecimento, pela UFFS nos diferentes campi, de disciplina optativa sobre alimentos saudáveis, abordando aspectos relacionados à saúde e ao meio ambiente;
	6.5 Inserção nas dinâmicas de ensino (disciplinas) alternativas a dinâmica tradicional de produção de alimentos, com foco no fortalecimento da agricultura familiar, economia solidária e promoção do direito humano à alimentação e ao ambiente saudável;
	6.6 Adoção da agroecologia como orientação para a formação de profissionais nas diferentes áreas preparados para o comprometimento com a saúde, o meio ambiente e as práticas saudáveis de alimentação;
	6.7 Ampliação nos cursos de graduação e pós-graduação da temática da produção de alimentos saudáveis e dos malefícios do uso de agrotóxicos para a saúde e o meio ambiente;
	6.8 proibição da participação de laboratórios (empresas) na organização e financiamentos de cursos ou encontros nas áreas de produção de alimentos, saúde e meio ambiente;
	6.9 Envolvimento de agricultores, camponeses e populações tradicionais em atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, para que possam interagir com a formação dos acadêmicos, desenvolvendo-se desta forma o diálogo com diferentes saberes.



CAPÍTULO 6

TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Fóruns realizados:

- a. *Campus* Chapecó: Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social;
- b. *Campus* Laranjeiras do Sul: Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social;
- c. *Campus* Realeza: Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social;
- d. *Campus* Passo Fundo: Tecnologia de Inovação e Economia em Saúde;
- e. *Campus* Cerro Largo: Inovação Social e Tecnológica.

INTRODUÇÃO

Na I COEPE, o Fórum foi intitulado “Desenvolvimento Regional, Tecnologia e Inovação”, de forma que o foco das discussões incidiu sobre o desenvolvimento regional, em torno do qual se articularam as reflexões e as demandas de tecnologia e inovação. Na apresentação do Fórum, o documento final aborda o desenvolvimento regional de forma ampla, envolvendo recursos humanos, materiais e financeiros. Segundo os registros, ele é perceptível na diferenciação entre regiões mais e menos desenvolvidas: escolas, hospitais, indústrias, entretenimento, entre outros. Reconhece que não se pode falar em desenvolvimento sem educação básica qualificada, sem cultura e formação humana, sem levar em conta os movimentos sociais, o meio ambiente, a geração de energia e a produção de alimentos. Desta forma, a tecnologia e a inovação são entendidos como vetores propulsores do desenvolvimento, embora não os únicos, ao lado de um conjunto de outros determinantes, como educação básica, saúde, etc. Os debates do Fórum contaram com a participação de um conjunto de interlocutores, em sua maioria, representantes de entidades da comunidade regional, envolvendo outras IES, órgãos públicos, organizações sociais, além de membros da comunidade acadêmica.

Ao avaliar o resultado das discussões do Fórum, o documento final da I COEPE registra que este permitiu identificar demandas e acolher sugestões de ações que contribuam com a promoção do desenvolvimento regional, com ênfase nas que seguem: reconhecimento da existência de pouca qualificação da mão de obra na região; falta de industrialização; necessidade de organização dos pequenos produtores; ausência de políticas que contemplem o potencial turístico; inexpressiva geração de tecnologia; precariedade de dados socioeconômicos regionais; falta de planejamento regional; descontinuidade nas políticas de desenvolvimento, entre outros. Como ações e políticas a serem adotadas, destacou a necessidade de: realização de estudos socioeconômicos; fomento à criação de associações e cooperativas de pequenos produtores; cursos de capacitação

(incluindo da área de tecnologia); incentivo à criação de incubadores tecnológicas e de empresas; criação de parque tecnológico; contribuição para o planejamento regionalizado; criação de um núcleo de estudos de desenvolvimento; criação de cursos de pós-graduação em desenvolvimento regional, dentre outras.

Em sua segunda edição, como se pode observar na enunciação inicial, houve uma alteração na intitulação do Fórum, prevalecendo a denominação “Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social” entre os fóruns realizados nos diferentes *campi*. Não há, em princípio, uma justificativa explícita para a mudança da denominação, seja com relação à inversão da ordem dos termos, seja com relação à substituição do “desenvolvimento regional” por “desenvolvimento social”. Também as variantes “tecnologia da inovação” (Passo Fundo) e “inovação social” (Cerro Largo), que confirmam conotações específicas à abordagem, trazem novas perspectivas para a discussão da temática.

Atentando para o teor dos relatos, numa linha de continuidade entre a primeira e a segunda edição, observa-se que a referência ao “desenvolvimento social” tem uma dupla conotação: a) acolhe a compreensão ampla de desenvolvimento, abordada na primeira edição, evitando confundi-la com “desenvolvimento econômico”; b) relativiza a ênfase ao aspecto regional para focar no sentido social e cultural dos objetos tecnológicos, que transcende os aspectos regionais. Já a inversão dos termos se configura numa mudança de foco, trazendo a tecnologia e inovação para o primeiro plano. Também nesse caso os relatos apontam para a existência de diferentes posicionamentos. Um grupo de interlocutores destaca a necessidade de explicitar o sentido humano, social e ambiental da tecnologia e inovação, para traduzi-lo em desenvolvimento social, enquanto outro se ocupa com a discussão dos condicionantes que favorecem o desenvolvimento da tecnologia e inovação com o intuito de produzir uma nova cultura organizacional, entendendo que esta é determinante do desenvolvimento econômico e social.

No âmbito da participação nas discussões, em sua segunda edição, observa-se uma maior presença de interlocutores docentes da UFFS e de representantes de órgãos públicos e privados mais ligados à temática da inovação tecnológica.

Com base nos relatos apresentados, as discussões foram sistematizadas em torno dos seguintes tópicos agregadores: a) relações entre tecnologia, inovação e desenvolvimento social; b) o papel da UFFS na geração da tecnologia, da inovação e do desenvolvimento social. Os argumentos centrais apresentados nos relatos dos *campi* são apresentados na sequência e, ao final, são lançadas as propostas de encaminhamento em formato de tabela.

1

RELAÇÕES ENTRE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No seu conjunto, os relatos permitem identificar a existência de uma indissociabilidade entre tecnologia, inovação e desenvolvimento. Algumas abordagens se ocupam mais diretamente com a explicitação dessas relações, enquanto outras focam nos condicionantes que favorecem o desenvolvimento da tecnologia e da inovação, de forma que esse resulta convertido em desenvolvimento de empresas, regiões e até mesmo países e passa a confundir-se, de certa forma, com o desenvolvimento social.

Com relação ao primeiro aspecto, sinaliza-se para a necessidade de identificar a tecnologia como elemento integrante do processo de transformação da sociedade ao longo da história, que dinamiza e potencializa as relações entre o homem e a natureza e dá forma às relações sociais entre os homens. Nesse sentido, destaca-se a indissociabilidade entre tecnologia e sociedade, pois os produtos tecnológicos se convertem também em formas de vida, onde a tecnologia constitui parte integrante da vida social e não seu determinante externo. Em outras palavras, tecnologia não é modular em relação à sociedade, pois não podemos desencaixá-la e pensá-la de forma isolada. A vida humana se efetiva através desses objetos e práticas, de forma que, quando estes objetos mudam, a nossa vida e as nossas relações também se modificam. Contudo, nem todas as mudanças são positivas em si mesmas. Uma mudança pode estabilizar certas condições, mas estas condições não são óbvias com relação a quem favorecem.

Quanto à razão de sua existência e/ou de sua produção, os objetos tecnológicos e as práticas que a ela se vinculam têm por objetivo dar melhor suporte para a vida. Em termos ilustrativos, podemos observar que colocamos a ervilha em conserva porque queremos ervilhas verdes fora da época da colheita ou longe do lugar onde ela é plantada. Isto é tecnologia. Adicionalmente, também desejamos mudar as práticas e os objetos para melhorar o suporte para a vida que levamos. Em diálogo com o exemplo anterior, podemos mudar a forma como a ervilha é tratada para preservar melhor seu sabor e seu conteúdo nutritivo. Isto é inovação.

Contudo, a relação da tecnologia e/ou inovação com a melhoria das condições de vida não é evidente por si mesma, pois pode constituir-se em fator de empoderamento de grupos sociais em favor da exclusão social de uma grande parcela da população. Tais pressupostos requerem a problematização da visão triunfalista de tecnologia, segundo a qual esta se configura como solução para

os problemas da sociedade, muito usual em propagandas publicitárias. Diante de uma visão triunfalista, é preciso indagar: como ainda existem trabalhos insalubres e extenuantes? Como amplas regiões do planeta são limitadas em relação ao acesso de informações e até mesmo o deslocamento físico? Como crianças morrem de fome e de falta de acesso aos cuidados básicos da saúde?

A abordagem também requer a problematização da visão apocalíptica de tecnologia, segundo a qual todos os problemas da sociedade advêm de sua afirmação. Tal perspectiva perde de vista a possibilidade de conferir-lhe uma orientação social e historicamente relevante, mediante o questionamento do que é desenvolvimento? O desenvolvimento se configura apenas como uma mudança? Quem avalia o que é positivo dentro do desenvolvimento? Quem participa desse “social” que lhe é associado?

Com base nos argumentos apresentados, destaca-se a necessidade de promover e priorizar tecnologias voltadas para um desenvolvimento sustentável ambiental e socialmente, envolvendo uma maior integração regional, mediante compartilhamento de esforços entre universidade, órgãos públicos e sociedade. Tal perspectiva requer um empoderamento da cidadania com produtos, técnicas e metodologias (tecnologia social), convertendo a tecnologia em aliado da transformação social. Coloca-nos também indagações sobre o desenvolvimento de um Território de Fronteira, que requer diagnósticos e planejamentos qualificados, definição de prioridades e a cooperação de um conjunto de atores sociais.

Com relação ao segundo aspecto, destacou-se a inovação tecnológica como uma importante estratégia de mercado que, mediante identificação de problemas e a produção de respostas a situações consideradas não satisfatórias, consegue agregar valor aos negócios. É também indicada como responsável pelo desenvolvimento das nações, pois países com maior potencial de inovação ampliam sua presença no comércio e seu poder político no âmbito das relações internacionais.

Trata-se, neste caso, de uma situação que requer a disponibilização de conhecimentos e a cooperação entre profissionais de diferentes áreas do conhecimento em favor de uma inovação de produtos, mas também de uma mudança das culturas organizacionais, para conferir-lhe uma perspectiva empreendedora. Uma perspectiva aberta para as novas gerações assumirem a liderança, uma vez que a tecnologia e inovação não pressupõe o acúmulo da experiência passada. Além disso, requer uma aproximação com investidores para promover e incentivar a inovação, além da produção de uma política de inovação e de mudanças na legislação vigente. Algumas experiências bem-sucedidas foram objeto de ilustração dessa abordagem, com destaque para o Vale do Silício e ao Sapiens Park em Florianópolis.

Observa-se que esta segunda abordagem, focada na promoção de condições para a produção de inovações tecnológicas, parte da identificação de problemas ou de situações que demandam investimentos tecnológicos, tendo em vista a sua recepção por parte de potenciais consumidores afetados por tais problemas, de forma a garantir o sucesso do empreendimento. Neste caso, os critérios para a definição das prioridades de investimento vinculam-se às expectativas de resultado dos proponentes na esfera do mercado. É nesta perspectiva que ela concebe e projeta o desenvolvimento social. Neste caso, o social é identificado com as demandas subjetivas e/ou coletivas mapeadas e atendidas pelo setor produtivo, na esfera do mercado. Esta condição lhe confere um grande dinamismo e contribui para a proliferação das tendências triunfalistas e apocalípticas de tecnologia expostas anteriormente. Contudo, é preciso avaliar se tais critérios associados à lógica de mercado são suficientes para orientar o processo de desenvolvimento e lidar com um conjunto expressivo de problemas que requerem investimentos econômicos, políticos e intelectuais de longo prazo e que não se configuram em promessas lucrativos.

Os relatos também apontam para experiências de organização dos Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação, na esfera municipal, concebidos como espaço público de análise e apoio a projetos, seguindo métricas quantitativas e qualitativas, visando auxiliar no desenvolvimento de negócios que melhor possam contribuir para a cidade, a geração de renda e emprego, preservando o meio ambiente.

Destaca-se, assim, a indagação sobre o papel da universidade, especialmente da pública, na promoção da tecnologia e da inovação, considerando a sua natureza e os seus próprios propósitos.

2

O PAPEL DA UFFS NA GERAÇÃO DA TECNOLOGIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Segundo a legislação vigente (Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004), a *inovação* é entendida como “a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho”.

De acordo com a mesma lei, define-se como *Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT)* “o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos”.

Finalmente, a lei define como *Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)*, a “estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta.”

Como se pode observar, a regulamentação se aplica às instituições de pesquisa, incluindo as universidades, que se ocupam com a pesquisa sem fins lucrativos. No âmbito da UFFS, conforme definido institucionalmente, cabe ao NITS (Núcleo de Inovação Tecnológica e Social) apoiar os pesquisadores em suas descobertas, ajudar na articulação de parcerias com as iniciativas públicas nas três esferas (Municipal, Federal e Estadual), bem como viabilizar as transferências tecnológicas demandas pela sociedade e requisitadas a Universidade Federal da Fronteira Sul. O NIT é responsável por fazer cumprir a Política de Inovação da Universidade, aprovada pela sua instância superior. É também responsável pela mediação de registros de marcas, patentes e transferências tecnológicas dos pesquisadores da UFFS, bem como da comunidade externa caso seja solicitado.

Com relação ao papel da Universidade, os relatos apresentados pelos *campi* apontam para dois posicionamentos distintos: a) a preocupação com a qualificação das ações de inovação tecnológica, em diálogo com as entidades, movimentos e organização sociais e com os órgãos públicos, buscando contribuir com o desenvolvimento sustentável e regional. Nesse sentido, destacam questões relacionadas aos territórios de fronteira, à produção de tecnologias sociais, entre outras; b) o desejo de ampliar o escopo da atuação e das ações da Universidade, envolvendo, além dos órgãos públicos, investimentos oriundos de empresas privadas, mediante realização de parcerias e captação de recursos, a fim de viabilizar projetos de inovação tecnológica. A proposta se apoia na compreensão de que os objetos tecnológicos produzem contribuições para as cidades, para a geração de renda e emprego e a preservação do ambiente, além de os recursos captados mediante prestação de serviços viabilizam o desenvolvimento de outros projetos socialmente relevantes no âmbito da Universidade.

Em termos mais específicos, os relatos registram a importância da estruturação de empresas júnior, concebidas como associação gerida por alunos de graduação com o objetivo de aproximar as empresas e a Universidade através de várias

atividades, incluindo as consultorias. Também apontam para a criação de incubadoras sociais (Rede), Tecnológicas e Empresariais, entendidas como espaços que devem formar um *habitat* de inovação, cooperação e empreendedorismo, nas quais projetos são incubados para receber um suporte de profissionais treinados com o intuito de alavancar essas iniciativas, fazendo que a taxa de sucesso das mesmas seja aumentada. Destacam, ainda, as parcerias na área da saúde com a iniciativa privada, com o intuito de desenvolver tecnologias de inovação em saúde, como já vem acontecendo em outras instituições, como no Instituto Federal de Educação (Passo Fundo) e a Universidade de Passo Fundo (Campus Sertão).

Finalmente, registram-se preocupações com relação às possibilidades de celebração de parcerias entre Universidade e outras instituições, especialmente com instituições privadas, e enfatizam a necessidade de se ter um cuidado e um zelo com a natureza e a essência das parcerias, tendo em vista a preservação da dimensão pública da Universidade.

3

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS E AÇÕES

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Relações entre tecnologia, inovação e desenvolvimento social	1.1 Ampliação do debate sobre a concepção de desenvolvimento, envolvendo as relações entre Universidade, setor público e sociedade.
	1.2 Realização de um amplo diagnóstico sobre as demandas por tecnologias sociais no contexto regional e de fronteira no qual se situa a UFFS, em prol de um desenvolvimento sustentável e integrado;
	1.3 Zelo pela preservação da dimensão pública no âmbito das parcerias entre Universidade e outros setores da sociedade.
2. O papel da UFFS na geração de tecnologia, inovação e desenvolvimento social	2.1 Fortalecimento da trajetória histórica de formação antropológica, competências e recursos regionais e da imagem da região enquanto território integrado, potencializado a partir da cooperação e competências superiores e diferenciadas;
	2.2 Fortalecimento da cooperação e do aproveitamento do potencial de desenvolvimento da região, mediante uma articulação entre universidades, governos, estruturas produtivas e sociedade;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	Fomento do desenvolvimento e difusão de produtos e processos de tecnologia social com o objetivo de promover a cidadania;
	2.4 Desenvolvimento tecnológico visando a inclusão das minorias, focado na superação das desigualdades regionais e num pensamento coletivo e não apenas individual;
	Diálogo com o poder público local para celebração de parcerias com a Universidade, incluindo a possibilidade de isenção de imposto para empresas que apoiem projetos da UFFS;
	2.6 Priorização da formação de Ecosistema de fomento à inovação, ao empreendedorismo, à integração regional e ao desenvolvimento da Mesorregião da Fronteira Sul;
	2.7 Constituição de bases para um Parque Tecnológico na Região de Fronteira, com estrutura difusa, com base nos três países;
	2.8 Apoio a organizações do terceiro setor que trabalham em prol das metas de desenvolvimento sustentável da ONU;
	2.9 Pauta com governos para investimentos em ciência e tecnologia;
	2.10 Criação de uma cultura motivacional para o desenvolvimento da tecnologia e inovação, envolvendo: a) a criação de componente curricular voltado a este fim; b) a realização de oficinas, eventos e visitas técnicas; c) o diálogo com fontes de criação e inovação tecnológica d) o aumento de investimentos na pesquisa e extensão e a destinação de mais bolsas; e) a valorização das ações voltadas para a inovação tecnológica.
	2.11 Realização de cursos de pós-graduação em desenvolvimento sustentável e social voltados para uma cultura empreendedora;
	2.12 Ampliação da pesquisa e extensão e estímulo à aplicação prática da pesquisa;
	2.13 Discussão do financiamento da pesquisa, suas fontes e os processos que a regulamentam para aumentar os recursos e o número de bolsas e reduzir a burocracia;
	2.14 Combate ao baixo aproveitamento dos recursos humanos nas instituições e a supervalorização dos artigos científicos na carreira docente;
	2.14 Estímulo e fortalecimento das incubadoras sociais e empresariais com os integrantes da comunidade acadêmica e regional;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	2.16 Consolidação do NITS da UFFS, envolvendo a formação e capacitação de seu quadro técnico;
	2.17 Criação e implantação da cultura da inovação no ambiente institucional e estabelecimento de métricas para a política de inovação na UFFS;
	2.18 Discussão e promoção da criação de laboratórios de prestação de serviço à comunidade regional, envolvendo o controle de qualidade de água, a análise de combustíveis, de solo, de alimentos, entre outros;
	2.19 Diálogo com experiências de outras IES e celebração de parcerias (com o Instituto Federal de Educação, Universidade de Passo Fundo, Fasurg e IMED) para desenvolver tecnologias na área da saúde;
	2.20 Realização de parcerias para formação de cluster da saúde envolvendo o Brasil e a Alemanha;
	2.21 Celebração de parcerias com os municípios do entorno dos <i>campi</i> da UFFS para criação de incubadoras sociais, tecnológicas e empresariais, fomento da criação de empresas de base tecnológica e a criação de condições legais que favoreçam o seu desenvolvimento;
	2.21 Incentivo aos integrantes da comunidade acadêmica, principalmente docentes e alunos, a criarem Incubadoras Sociais (Rede), Tecnológicas e Empresariais;
	2.23 Intensificação do papel da Universidade na verificação da aplicação prática da pesquisa;
	2.24 Promoção de projetos para compreender mais como regular as contradições entre tecnologias x comunidades/pacientes x ética x cidadania X recursos estruturais e financeiros, no contexto de atuação da UFFS/PF;
	2.25 Publicação de síntese dos Fóruns e da Conferência;
2.26 Realização de pós-conferência para acompanhar a implementação das ações.	



CAPÍTULO 7

EDUCAÇÃO

Fóruns realizados:

- a) *Campus* Cerro Largo: A UFFS e a Educação Básica
- b) *Campus* Chapecó: Educação Básica e Formação de Professores
- c) *Campus* Erechim: Educação Básica e Formação de Professores
- d) *Campus* Laranjeiras do Sul: Educação do Campo, Educação Popular e Democrática
- e) *Campus* Passo Fundo: Educação e Saúde
- f) *Campus* Realeza: Educação Básica, Educação Popular e Democrática

INTRODUÇÃO

O fórum temático voltado para a educação foi desenvolvido em todos os *campi*, com variação dos enfoques, traduzidos nas distintas denominações, conforme explicitado no quadro acima. Os debates realizados foram organizados em torno dos seguintes tópicos: a) educação popular e democrática; b) educação do campo; c) educação básica e formação inicial e continuada de professores; d) educação e saúde. Após exposição, são apresentadas as propostas de encaminhamento.

1

EDUCAÇÃO POPULAR E DEMOCRÁTICA

A temática foi desenvolvida nos *Campi* Realeza e Laranjeiras do Sul (nesse último campus, integrada ao Fórum da Educação do Campo). Os debates envolveram uma explanação conceitual, uma contextualização histórica, uma indicação de experiências de educação popular no Brasil e uma reflexão sobre os desafios atuais para a Universidade.

Do ponto de vista conceitual, “Educar” vem do termo latino *educare*, derivativo do termo *educere*, que é composto pela união do prefixo *ex*, que significa “fora”, e *ducere*, que quer dizer “conduzir” ou “levar”. Assim, “educar” significa arrancar, tirar de dentro, trazer à luz. Do aprendiz se arranca a potencialidade, a habilidade, a capacidade, transformada em conhecimento a ser aplicado para seu próprio bem, para o bem da coletividade e da humanidade, em qualquer situação. Já a palavra democracia (*demos* + *kratos*), de origem grega, significa poder do povo. Ou seja, é um regime de governo em que o povo participa das decisões políticas, direta ou indiretamente.

Assim, etimologicamente, educação e democracia estão intimamente implicadas. Uma democracia efetiva pressupõe e requer sujeitos educados. Uma educação condizente com o conceito requer que ela seja democratizada, pois não admite exclusão e privilégios que resultem em estruturas hierárquicas de organização social e de exercício do poder.

Contudo, embora as sociedades modernas adotem sistemas políticos democráticos, ao menos do ponto de vista formal, observa-se que estes repousam sobre estruturas sociais hierárquicas, que acabam sendo reproduzidas pela lógica de poder institucionalizada, de forma que, longe de ser evidente por si mesma, a relação entre educação e democracia resulta problemática, sendo necessário analisá-la historicamente.

A “educação popular” tem sua origem histórica precisamente nesse contexto contraditório de nossa modernidade social, não democrática. Trata-se de uma luta pela efetivação de um Estado de Direito, que se ampara numa compreensão de democracia como conquista, como direito de pertencimento, com transparência, com efetividade. O direito democrático, contraposto ao direito privado, se ampara na coletividade e respeita a diversidade. A “educação popular” nasce como luta pelo direito à educação travada pelos sujeitos sociais aos quais ela foi negada. Ela envolve a sua participação efetiva na organização, desenvolvimento e avaliação dos processos educativos. Do ponto de vista da educação popular, portanto, não se pode falar em educação sem falar em democracia. E dadas as condições históricas de desigualdade histórica, falar em democracia é também falar em transformação social.

Enquanto instituição, a escola é uma organização formal do Estado. Mas, é também uma instituição social, vinculada à comunidade a que pertence. Nesse sentido, ela é para o povo, mas também é do povo. A dicotomia que se estabelece entre o social e o estatal reflete a dicotomia estrutural do ordenamento social. Quanto mais democrática for a escola, mais próxima da comunidade e mais popular ela será, e vice-versa; quanto menos democrática, mais burocrática, formalista e distanciada da realidade da população ela será efetivamente. A educação popular tem uma vocação democrática, caracterizada pela luta em defesa de um estado de direito que supere as desigualdades sociais e respeite as diferenças. A democratização implica na ampliação do Estado de Direito, do acesso ao conhecimento produzido pelo conjunto da humanidade e da participação na produção do conhecimento. Implica também no reconhecimento do valor e da dignidade do saber popular. Assim, é papel da universidade popular promover este diálogo receptivo, abrir as portas para o outro e saber ouvir, produzir novas interações e novos conhecimentos, em diálogo com as comunidades e sujeitos sociais.

Em termos históricos, a educação popular tem um longo percurso no Brasil. Nasce a partir de um conjunto de práticas e experiências das classes populares, emergentes no chão das fábricas, nos sindicatos, nas comunidades de base, nas universidades, no campo e na cidade, nos mais diferentes grupos, mas também a partir de experiências que se realizaram e realizam no âmbito da educação formal e da institucionalidade de governos municipais, estaduais e federal. Trata-se de um processo histórico bastante rico e complexo, de forma que é preciso superar a visão superficial que muitas vezes lhe é associada. Ele tem por base o tripé: formação – organização – luta. A educação popular politiza a educação, ao mesmo tempo em que confere um caráter educacional e pedagógico à política. O educador popular é um sujeito social que tem amor ao seu povo e comprometimento com uma causa.

No contexto dos debates relatados, algumas questões importantes foram lançadas, que podem orientar as reflexões e as ações da Universidade no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e cultura: quais os novos desafios que se colocam para a educação popular (e para a Universidade) em tempos de crise democrática? Como a UFFS, que tem como princípio ser uma “universidade popular”, pode avançar no reconhecimento dos sujeitos sociais que acolhe em suas políticas de ingresso e em favor da produção de um conhecimento relevante para estas populações? Como fortalecer as atividades de extensão capazes de estabelecer as mediações entre os saberes populares e o conhecimento científico?

2

EDUCAÇÃO DO CAMPO

A temática foi desenvolvida no *Campus* Chapecó e no *Campus* Laranjeiras do Sul, envolvendo um conjunto de convidados da comunidade acadêmica e de entidades regionais. As análises e as propostas traduzem cenários e desafios associados à população do campo, invisibilizada pelos processos de desigualdade e de dominação, prevalentes historicamente no meio rural: os indígenas, os quilombolas, os acampados e assentados da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais de modo geral, entre outros. Tais populações foram excluídas da educação escolar qualificada e democrática.

O projeto de desenvolvimento rural conservador, em curso no Brasil, ancorado na lógica urbana, industrial e capitalista e hoje representado pelo grande agronegócio exportador, vem avançando e complexificando as contradições sociais e históricas no campo. Diante desse cenário, a educação do campo

constitui-se numa importante bandeira para o desenvolvimento de processos formativos que contribuam para a superação desse desenvolvimento conservador. Tal propósito implica no enfrentamento de toda e qualquer forma de mercantilização da natureza, de desterritorialização de povos e comunidades tradicionais de suas terras, ancorado numa reforma agrária popular e tendo como base entre suas matrizes pedagógicas a agroecologia e a agricultura orgânica. Trata-se de um projeto que busca promover um campo com vida e no qual seus sujeitos possam acessar com dignidade a escola e a universidade pública, gratuita e emancipatória.

Quanto à sua constituição atual, a educação do campo vem se fortalecendo a partir dos anos de 1990, tendo conquistado o direito à educação, em diferentes níveis (da Educação Básica ao Ensino Superior) e modalidades de ensino, conforme se pode observar no aporte legal expresso nos documentos normativos que seguem:

- a Resolução CNE/CEB nº 01, de 03/04/2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- a Resolução CNE/CEB nº 02, de 28/04/2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo;
- o Decreto nº 7.352, de 04 de Novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Vinculado a essa legislação, atualmente, um conjunto de experiências vem sendo desenvolvido. Ocorre, associada ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), desde o final dos anos de 1990, a oferta de cursos de alfabetização de jovens e adultos, cursos técnicos de nível médio e superior (tecnólogos), cursos de extensão e aperfeiçoamento, cursos superiores de graduação e de pós-graduação. Também, vinculada ao Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), existe a oferta de cursos interdisciplinares de formação de professores em educação do campo (nas áreas de ciências humanas, ciências da natureza, entre outras). Há ainda as Escolas Itinerantes nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária ou as Casas Familiares Rurais, muito conhecidas por atenderem especificidades do campo e por sua pedagogia da alternância.

Uma das características da educação do campo, destacada nos relatos, é a sua relação com as entidades coletivas da comunidade regional, como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outras, que lhe

conferem uma vitalidade e uma orientação fortemente associadas às demandas reais dessas populações.

A partir dessa contextualização, coloca-se a indagação quanto às possíveis contribuições da UFFS para com a qualificação dos processos formativos vinculados à educação do campo e à mudança das condições históricas de invisibilidade e marginalização dessas populações e de suas condições econômicas, sociais e educacionais.

3

EDUCAÇÃO BÁSICA E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES

A temática foi desenvolvida nos *campi* Cerro Largo, Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, envolvendo um conjunto de representantes dos sistemas de ensino, das escolas da Educação Básica e da comunidade acadêmica da UFFS. As discussões realizadas manifestaram preocupações com relação ao momento político atual, marcado por reformas educacionais retrógradas e pelo congelamento dos gastos na educação, que impactam também as licenciaturas. Analisaram a inserção da UFFS no contexto regional, no âmbito da formação inicial e continuada, e apontaram para novos desafios. Nos registros das falas de representantes dos sistemas educacionais, professores e dirigentes de escolas da Educação Básica destacaram a importância dos momentos de escuta da Universidade e sinalizaram para o entendimento de que a UFFS é uma universidade que se propõe a ser diferente, seja pela sua política de acesso, seja pelo seu projeto formativo.

Quanto ao acesso, a política institucional desmistifica a ideia de que a universidade pública federal é restrita aos filhos da elite financeira ou de molde meritocrático, destinada aos melhores entre os melhores alunos que frequentaram escolas particulares. Todavia, a compreensão dessa possibilidade de acesso ainda não está consolidada entre os estudantes do Ensino Médio. Quanto ao seu projeto formativo, revela um comprometimento com a educação pública, marcado pelo diálogo e atuação na comunidade e nos sistemas de ensino. Com base nesse reconhecimento, os relatos apontam também para novos desafios associados à efetivação do projeto formativo que norteou a atuação dos movimentos sociais na luta pela sua criação.

Com relação à formação inicial de professores, as discussões remetem à necessidade de ampliar e qualificar a inserção dos licenciandos no contexto escolar

e no cotidiano de suas ações. Apontam que o processo de formação inicial deve promover a integração entre a teoria e a prática, a resultar numa reflexão crítica e propositiva contínua. Nessa direção, foi reconhecido e exaltado o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), a ser mantido e ampliado, cujas características permitem transformar as redes em agentes (co) formadores de professores e cujos resultados são visíveis na qualidade da formação dos alunos que passaram por esse programa.

Ainda em defesa dessa integração entre a teoria e a prática, no âmbito da organização curricular, foi destacada a necessidade do fortalecimento das Práticas como componente curricular, desde o primeiro semestre do processo de formação, entendidas como momentos de aproximação e integração com a Educação Básica. Na mesma direção, as atividades de estágio, que devem contemplar, além da docência, a gestão escolar e coordenação pedagógica, preparando os licenciandos para atuarem no conjunto das dimensões profissionais da docência, precisam avançar na direção do fortalecimento dos diálogos com o espaço escolar e de seu entorno. Foram apontados desafios para a qualificação das atividades de estágio, considerando que são muitos licenciandos que se inserem nas escolas, por vezes nas mesmas turmas, sem liderança, domínio de conteúdo e de turma. Reconheceu-se também que os estudantes que integram o PIBID, de um modo geral, tem um desempenho muito mais qualificado no desenvolvimento das atividades de estágio.

De um modo geral, há um reconhecimento de que os cursos de licenciatura da UFFS se esforçam por fortalecer os vínculos com a escola, em busca do cumprimento de seu papel formativo, voltado para o desenvolvimento regional no campo da Educação Básica. Para além destes reconhecimentos, foi apontada a necessidade de se fazer uma avaliação das demandas por formação de professores em áreas ainda não contempladas pelos cursos oferecidos pela UFFS, nos respectivos contextos regionais, considerando que o avanço da educação à distância na formação inicial de professores, que não se articula com a escola e não acompanha os estágios, compromete a formação de qualidade para os docentes e conseqüentemente a qualidade da Educação Básica pública. Nesse sentido, foi destacada a necessidade de avaliar a possibilidade de oferta de cursos em regimes diferenciados, de forma a garantir uma boa formação para os professores já em exercício e que não possuem a formação adequada.

Com relação à formação continuada, foram mencionadas diferentes iniciativas de formação desenvolvidas pela UFFS em parceria com os sistemas de ensino e destacada a participação de diversos professores da rede pública de ensino nos programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* ofertados pela UFFS, envolvendo a qualificação dos professores. Todavia, observou-se também que a maioria dos

professores da Educação Básica não vislumbra a possibilidade de formação no âmbito do *strictu sensu*, pois os docentes não se veem capazes para tal.

Em contrapartida, reconheceu-se a necessidade de avançar na formação de mestres e doutores que atuem como profissionais da Educação Básica. Também foi apontado um conjunto expressivo de demandas por cursos de formação continuada para profissionais da Educação Básica, sendo necessário aprimorar o diálogo que já existe com as redes educacionais para definir rumos, avaliar resultados e aprimorar as propostas formativas. Sinalizou-se que a formação continuada deve estruturar-se em programas de formação que proporcionem a reflexão sobre a prática pedagógica desenvolvida no espaço da sala de aula, cursos de extensão e de especialização, com oferta de módulos que atendam temas e necessidades do cotidiano escolar, tais como, inclusão social, planejamento, avaliação, projetos, interdisciplinaridade e currículo, a serem planejados e discutidos com e para os grupos envolvidos e contemplando tempo na universidade e tempo na escola, com a possibilidade de organização de polos regionais.

Além de projetos dessas modalidades, apontou-se também para a possibilidade de participação e/ou constituição de grupos de estudo e/ou de pesquisa como espaço importante de formação continuada, destinada a profissionais da Educação Básica, entendida também como possibilidade de integração das ações de formação inicial e continuada.

Destacam-se, ainda, como momentos formativos importantes, para a Universidade e a escola, as ações vinculadas ao processo de discussão do Ensino Médio Inovador e do movimento OCUPA, que produziram importantes debates e fortaleceram o movimento estudantil, essencial à formação política.

4

EDUCAÇÃO E SAÚDE

A temática foi objeto de discussão no *Campus* Passo Fundo, envolvendo um conjunto de atores da comunidade acadêmica e regional, que enfatizou os seguintes aspectos: a) a importância de aproximar a formação curricular na área da saúde da educação escolar, mediante inserção de atividades que integrem o programa da saúde na escola com as residências multiprofissionais; b) a temática da saúde como foco da formação de professores da Educação Básica em nível de pós-graduação *lato sensu*; c) a compreensão dos direitos sociais (incluindo a saúde) como “patrimônio público” e a necessidade de fortalecer a luta pela sua preservação e ampliação; d) o fortalecimento do diálogo entre a Universidade

e comunidade como perspectiva de contribuir com a democratização do acesso e da produção do conhecimento; e) o envolvimento de mais professores na residência multiprofissional e a ampliação da oferta de cursos na área da saúde como perspectiva de qualificação da saúde pública; f) a dimensão pedagógica como perspectiva integradora das ações voltadas para a saúde.

5

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS E AÇÕES

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Educação popular e democrática	1.1 Fortalecimento dos espaços democráticos, através dos debates entre Universidade e movimentos sociais e organizações populares;
	1.2 Qualificação das mediações entre o saber popular e o saber científico, orientadas em favor de um conhecimento socialmente relevante no âmbito da pesquisa, da extensão e da cultura;
	1.3 Reconhecimento do caráter popular da UFFS, seu público-alvo, na organização curricular (no ensino, na pesquisa e na extensão), envolvendo turnos de oferta, carga horária semanal, organização didático-pedagógica dos cursos;
	1.4 Fomentar o debate pedagógico em favor de uma educação popular;
	1.5 Qualificação dos processos de gestão, mediante reconhecimento das propostas do Conselho Comunitário e encaminhamento e deliberação no Conselho de Campus;
	1.6 Desenvolvimento de programas, projetos e/ou trabalhos de extensão na perspectiva da educação popular.
2. Educação do campo	2.1 Concepção da educação do campo para além do curso específico;
	2.2 Fortalecimento e ampliação das experiências formativas (cursos de graduação e pós-graduação) em regime de alternância, envolvendo a itinerância, de forma que parte da formação seja desenvolvida no contexto das comunidades;
	2.3 Ampliação das possibilidades de o trabalhador realizar sua formação com êxito na Universidade, mediante oferta das atividades em turno noturno e/ou em alternância;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	2.4 Reformulação do do trabalho desenvolvido nas escolas do campo, pois os pais preferem que os filhos estudem nas escolas das cidades. A região Sudoeste do Paraná é a que mais possui escolas do campo e muitas delas estão sendo fechadas;
	2.5 Criação de curso voltado para a formação de agricultores, com ênfase em agricultura familiar agroecológica, em formato de alternância e de itinerância;
	2.6 Garantia e ampliação da participação das organizações do campo na definição e gestão dos cursos de educação do campo;
	2.7 Elaboração do programa de formação continuada para professores da educação do campo;
	2.8 Organização de projetos de extensão envolvendo os agricultores familiares e/ou casas rurais, contemplando temáticas como agroecologia, agricultura orgânica, sementes crioulas, entre outros;
	2.9 Produção de conhecimentos a serviço da vida, mediante pesquisa-ação inserida na realidade das populações do campo;
	2.10 Garantia do caráter público das pesquisas, com devolutiva para as comunidades e sujeitos pesquisados;
	2.11 Recepção e discussão das demandas do Conselho Comunitário no âmbito do Conselho de Campus e do Consuni;
	2.12 Continuação do Programa Escola da Terra;
	2.13 Produção de material didático voltado para a educação do campo;
	2.14 Organização de observatório de monitoramento das condições educacionais dos sujeitos do campo;
	2.15 Criação de banco de sementes crioulas na UFFS;
	2.16 Realização de festival de arte e cultura camponesa;
	2.17 Criação de feiras comunitárias que incentivem a alimentação saudável.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
3. Educação Básica e formação inicial e continuada de professores	3.1 Melhora da comunicação da UFFS com a sociedade, promovendo maior aproximação entre a comunidade e a Universidade, desmistificando a ideia de que a Instituição só seria acessível para as elites (tanto financeiras ou de cunho meritocrático);
	3.2 Fortalecimento da participação da comunidade regional na definição, organização e avaliação dos projetos de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica;
	3.3 Avaliação das demandas por formação inicial de docentes nos contextos regionais, buscando contemplar áreas de formação deficitárias (com destaque para artes e ensino religioso), com possibilidade de oferta em regime diferenciado para docentes que já atuam na Educação Básica;
	3.4 Retomada e avaliação das demandas de formação inicial de professores em áreas já apontadas na I COEPE, pois vários municípios (menores) ainda não possuem professores formados em todas as áreas, como por exemplo, ciências naturais, artes, etc;
	3.5 Mapeamento de temáticas de formação continuada, em diálogo com as escolas e sistemas de ensino (incluindo a esfera municipal, voltada para Educação Infantil e Séries Iniciais), envolvendo educação especial, processos de gestão, políticas públicas, processos de ensino-aprendizagem, entre outros.
	3.6 Promoção de encontros de relato de experiências vinculadas à docência na Educação Básica;
	3.7 Fortalecimento e ampliação do PIBID ou transformação do PIBID em política de formação inicial no currículo de formação de professores;
	3.8 Ampliação da pós-graduação em educação, implantação do doutorado em educação e discussão das formas de ampliar a participação dos professores da Educação Básica nos respectivos programas;
	3.9 Desenvolvimento de política de formação continuada mediante processos formativos articulados com a formação inicial e as redes de ensino da educação básica, aprofundando o diálogo a partir da realidade escolar.
	3.10 Revisão dos currículos de formação inicial, de forma a contemplar a qualificação dos estudantes na área epistemológica de sua formação, nas práticas e dinâmicas pedagógicas e no conhecimento do contexto escolar.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	3.11 Ampliação e qualificação do tempo-espço de estágio curricular supervisionado, para que se fortaleça o vínculo com a escola, a exemplo do PIBID;
	3.12 Discussão e proposição de um currículo regionalizado para a Educação Básica, tendo como norte a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
	3.13 Atuação no fomento de grupos de estudo e formação, reunindo docentes da educação básica e da Universidade, a exemplo do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM);
	3.14 Produção de um portal dedicado aos Recursos Educacionais digitais e experiências (exitosas) em gestão educacional, que possam englobar um repositório integrado e robusto de objetos digitais de aprendizagem, coleções estruturadas de produções científicas e pesquisas selecionados mediante curadoria específica para temas de interesse prioritário dentro da plataforma e biblioteca dedicada aos usuários (municípios, escolas e professores) qualificada/definida pela UFFS, por meio de um Guia de Tecnologia.
	3.15 Criação de parâmetros e indicadores para auxiliar a gestão municipal a avaliar e monitorar programas correlatos a esfera municipal, estadual e nacional no âmbito da Educação Básica;
	3.16 Promoção de oferta de curso de extensão para professores, conselheiros municipais de educação e/ou técnicos das secretarias municipais de educação, com o intuito de qualificar a participação de professores e conselheiros municipais de educação na atribuição de avaliar, definir e fiscalizar as políticas públicas educacionais e, assim, garantir a universalização dos direitos básicos capazes de promover o exercício da cidadania;
	3.17 Criação de estratégias para fortalecer o vínculo entre docente e Instituição (escola, UFFS, entre outras), sabendo que o enfrentamento coletivo das questões permite maior resolutividade (saúde do professor);
	3.18 Intensificação de ações que ampliem a perspectiva da relação teoria e prática entre a Universidade e a educação básica, a fim de ampliar a compreensão e a participação dos professores da educação básica como coformadores dos licenciandos.
4. Educação e Saúde	4.1 Fortalecimento das relações entre universidade e comunidade;
	4.2 Inserção de programa de saúde na escola no currículo das residências médicas;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	4.3 Fortalecimento dos direitos sociais, considerados patrimônio público;
	4.4 Ampliação a oferta de cursos de graduação na área da saúde;
	4.5 Oferecimento de curso de pós-graduação na área da saúde para formação de professores;
	4.6 Realização de diagnósticos e promoção da saúde do professor;
	4.7 Criação componente pedagógico que integre a formação voltada para a saúde como um todo no âmbito curricular;
	4.8 Fortalecimento da autonomia para a pesquisa e seu reconhecimento curricular no âmbito dos cursos.



FÓRUMS TEMÁTICOS

1. EDUCAÇÃO PARA TODOS: O QUE É E COMO FAZER
2. EDUCAÇÃO: ENLACE E DESAFIOS DA UFRJ
3. SABERES PLURIBIOS E CURRÍCULO
4. ESCOLA NA REDE
5. EDUCAÇÃO POPULAR E PEDAGÓGICA
6. POLÍTICA E AÇÃO EDUCACIONAL

CAPÍTULO 8

CONHECIMENTO, CURRÍCULO E INTERDISCIPLINARIDADE NA PERSPECTIVA DA UNIVERSIDADE POPULAR

Fóruns realizados:

- a. *Campus* Cerro Largo: Projeto Político Institucional da UFFS, Educação Popular e Democrática e Temas da Atualidade Regional Brasileira;
- b. *Campus* Chapecó: Conhecimento, Currículo e Interdisciplinaridade na Perspectiva de uma Universidade Popular;
- c. *Campus* Erechim: Universidade, Sociedade e Formação Crítica;
- d. *Campus* Laranjeiras do Sul: Integração Acadêmica, Currículo e Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

A temática sobre o conhecimento, currículo e interdisciplinaridade na perspectiva da universidade popular foi desenvolvida em diversos *campi*, com diferentes enfoques, conforme explicitado no quadro inicial. Os debates e reflexões relatados pelos *campi* foram organizados em torno dos tópicos que seguem: a) a constituição da universidade moderna e seus desdobramentos; b) a política de expansão de vagas no ensino superior brasileiro; c) Universidade pública e popular: currículo, conhecimento e interdisciplinaridade; d) desafios emergentes na implementação do projeto institucional da UFFS; e) a reafirmação do compromisso com o projeto institucional. Estes tópicos são desenvolvidos na sequência e, ao final, são apresentadas as propostas de encaminhamento, em formato de tabela.

1

A CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE MODERNA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Embora a universidade enquanto instituição tenha sido criada há séculos, no Brasil ela é bastante recente, pois conta apenas com pouco mais de 100 (cem) anos. A compreensão de sua origem e de sua constituição histórica nos ajudam a entender os dilemas atuais da instituição universitária em geral e da UFFS em particular e nos desafia a conferir-lhe uma nova legitimidade, amparada num diálogo crítico estabelecido entre a universidade e a sociedade.

A universidade nasce no contexto religioso da Idade Média, antes mesmo da escola, em meio a um movimento de urbanização e de diálogos interculturais, envolvendo o conhecimento judeu, árabe e greco-romano. Enquanto instituição,

a universidade moderna se gesta em meio a um segundo movimento de globalização, no contexto do renascimento, da reforma religiosa e da descoberta do novo mundo, em que se reconfigura a relação entre a universidade e a sociedade, deslocando a hegemonia da Igreja para o Estado Moderno. Em meio a distintas correntes de pensamento que se desenvolveram em diferentes países, prevalecem aí dois grandes modelos de universidade, sobre os quais repousa também a tradição do ensino superior brasileiro: o modelo alemão (humboldtiano), que se propôs a instrumentalizar e a operacionalizar um projeto filosófico idealista, dando ênfase à autonomia e à emancipação do indivíduo; o modelo francês (napoleônico), que aposta na racionalidade técnico-científica e na exaltação da razão como única dimensão capaz de atribuir sentido e significado à realidade, organizando-se como instituição de ensino subordinada e a serviço do Estado. Observa-se que tais modelos, marcadamente burgueses, estão distantes do tecido social e das problemáticas da sociedade nascente, marcada por fortes contradições traduzidas na desigualdade social emergente.

Os arranjos institucionais das grandes universidades que se estabeleceram ao longo do século XX se inspiraram no ideário clássico, ora mais próximos de um ou de outro modelo, ora estabelecendo aproximações e combinações entre estes. Tais modelos deram origem a uma tradição acadêmica e institucional, que pode ser sintetizada nos seguintes aspectos: a) foco na produção da alta cultura; b) valorização da meritocracia acadêmica, amparada em processos altamente seletivos; c) ênfase nas epistemologias específicas das ciências; d) concepção de currículo focada no campo disciplinar e caracterizada pela especialização crescente; e) definição dos objetos de pesquisa vinculada às demandas internas do campo do conhecimento; f) baixa valorização das atividades de extensão; g) ênfase na autonomia acadêmica na caracterização da relação estabelecida entre universidade e sociedade.

Mais recentemente, em meio a uma terceira onda de globalização e sob a égide do mercado, encontramos-nos diante de uma determinação mercantil mais ofensiva, que aprofunda a racionalidade técnico-científica, mediante a afirmação de uma cultura pragmática e exigência de uma produtividade acadêmica crescente, que substituem a legitimação religiosa e política de outrora e reforçam o caráter utilitário e funcional da formação, fortemente relacionada com a profissionalização.

Tais evidências nos permitem compreender que a construção de uma universidade popular, aberta ao diálogo com os movimentos sociais, é pouco familiar à nossa tradição universitária. Sinaliza também que as tendências de privatização do ensino superior em curso, que estabelecem uma relação mais explícita entre universidade e sociedade, transformam a instituição universitária numa

prestadora de serviços e conferem ao conhecimento um caráter mercadológico. Conferir-lhe um caráter público e popular, mediado pelo diálogo crítico com a sociedade constitui-se, portanto, num desafio histórico para a instituição universidade, que se particulariza em cada contexto institucional específico.

2

A POLÍTICA DE EXPANSÃO DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Os relatos relacionados aos debates desenvolvidos ao longo da conferência reconhecem a existência de um aumento no número de matrículas nas universidades brasileiras ao longo das últimas décadas, mas apontam que o mesmo não foi acompanhado de uma política incisiva de incentivo à permanência do aluno e de uma problematização da tendência mercantil conferida à universidade neste movimento expansionista.

Quanto ao seu desenvolvimento, é possível categorizar a expansão da universidade brasileira em torno de três momentos: 1) século XIX, onde foram criadas as primeiras instituições de ensino superior, pelos jesuítas, com uma finalidade basicamente teológica; 2) século XX, onde se desenvolveram e aglutinaram as faculdades centradas na profissionalização; 3) transição do século XX para o XXI, que pode ser dividida em duas etapas: a) passagem dos anos 90 aos anos 2000, período no qual se registra um crescimento expressivo das matrículas no ensino superior associado ao forte crescimento das universidades privadas, localizadas em sua maioria nas grandes capitais, que lhe conferiram um caráter mercantil mais explícito e deram origem também à educação à distância; b) anos 2000 (governo Lula), em que é retomado o protagonismo do Estado, mediante a criação de um conjunto de políticas públicas, incluindo a oferta de vagas no ensino superior público e a sua interiorização (REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e PROUNI - Projeto Universidade para Todos), contudo sem romper com a lógica mercantil de educação em curso nas últimas décadas.

Ao analisar os dados relacionados à expansão da oferta de vagas e da ampliação das matrículas na universidade brasileira, os debates realizados apontaram para a existência de um descompasso entre o acesso, a permanência na graduação e a inserção na pesquisa e na pós-graduação, pois o aumento de matrículas dos últimos anos não foi acompanhado de políticas públicas de incentivo e de adequações curriculares e pedagógicas que assegurem a permanência. Além

disso, destacaram que a universidade também não se preparou para trabalhar com os novos perfis de estudantes que passaram a ingressar no ensino superior nos últimos anos, associado ao aumento de matrículas e às políticas de reserva de vagas nas universidades públicas, especialmente nas federais. O novo contexto também coloca em questão a necessária problematização do sentido do fazer universidade, que requer uma aproximação da mesma com a sociedade, em contraponto à dependência religiosa, estatal e mercantil precedente, para conferir um sentido social à produção cognitiva e intelectual que nela se promove.

3

UNIVERSIDADE PÚBLICA E POPULAR: CURRÍCULO, CONHECIMENTO E INTERDISCIPLINARIDADE

A construção de uma universidade popular requer um diálogo crítico com a tradição da instituição universidade em geral e da universidade pública em particular, para conferir-lhe um caráter público mais efetivo. Pressupõe uma democratização do acesso e da produção do conhecimento, cujo desenvolvimento envolve: a) constituição de uma política de acesso e permanência que garanta a participação dos diferentes sujeitos sociais; b) reconhecimento da existência de várias formas de se produzir conhecimento, além do modelo científico predominante, pois há várias epistemologias, igualmente importantes e complementares, de forma que o conhecimento resulta multi e interdisciplinar; c) compreensão do currículo como trajetória formativa, integrada por um conjunto de saberes, articulados em torno de um projeto formativo que extrapola os limites da profissionalização; d) valorização da participação de diversos atores, com destaque aos movimentos sociais e ao protagonismo dos estudantes; e) promoção de uma formação para lidar com os problemas do mundo, permitindo que o egresso possa atuar não só no mundo do trabalho, mas também nos processos de produção cultural e política em contextos reais; f) articulação mais efetiva da pesquisa, da extensão e da cultura com o ensino; g) definição de objetos de pesquisa mediante o diálogo crítico entre a tradição acadêmica e as demandas sociais.

O processo de construção de uma universidade pública e popular requer uma abertura institucional e da comunidade acadêmica para o diálogo e a definição de caminhos e estratégias que avancem na direção da consolidação desse projeto. Os relatos apresentados pelos *campi* apontam para alguns desafios emergentes, sistematizados no item que segue.

4

DESAFIOS EMERGENTES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO INSTITUCIONAL DA UFFS

Os debates realizados e relatados pelos *campi* apontam para um conjunto de desafios vinculados ao processo de implantação da Universidade, com destaque aos que seguem:

- E. *algumas limitações legais e institucionais*: com base na legislação vigente, a composição dos conselhos exige 70% de docentes, o que limita a participação mais efetiva dos movimentos sociais nos respectivos conselhos. Também os processos de seleção docente, focados na lógica acadêmica tradicional, não levam em consideração a atuação nos movimentos sociais e nas organizações populares, de forma que muitos docentes que integram o quadro de servidores não se reconhecem e não encampam o projeto de universidade popular. O fortalecimento dos conselhos comunitários e estratégico social, a formação continuada dos docentes e a discussão da política de contratação constituem alternativas que nos desafiam para o enfrentamento dos limites legais e institucionais em favor do desenvolvimento do projeto institucional;
- F. *a política de ingresso*: para se constituir como popular, é preciso criar estratégias de ingresso na universidade que valorizem a educação pública e atentem para as famílias de baixa renda, estabelecer programas de acesso para as populações em vulnerabilidade, como indígenas e haitianos. Contudo, observam-se resistências e questionamentos com relação às cotas utilizadas no sistema de seleção, com argumentação de que esses estudantes não atenderiam o nível de qualidade acadêmica necessário. Estudos mais aprofundados relacionados à permanência e ao desempenho acadêmico se fazem necessários para uma melhor compreensão e discussão da temática e definição de rumos e estratégias de ação. Trata-se de um desafio ao mesmo tempo político e pedagógico, que requer também um investimento na formação continuada;
- G. *a estrutura curricular proposta pela UFFS - os domínios formativos*: O projeto institucional estabelece uma organização curricular baseada em três domínios formativos, cujas atribuições se complementam entre si, articulando formação humana, cidadã e profissional. Contudo, na implantação da proposta curricular, observa-se a existência de grandes dificuldades e até de resistências, pois há casos em que os domínios comum e conexo são tratados como meros “anexos” aos cursos e até posicionamentos de docentes e/ou coletivos contrários à sua presença, apoiados na lógica da profissionalização.

Contudo, o conhecimento crítico da realidade, enquanto leitura de mundo, bem como a intervenção qualificada e emancipatória, pressupõem uma integração dos três domínios formativos. A discussão do currículo constitui, ainda, um grande desafio;

- H. *a influência dos conselhos profissionais na definição do currículo*: observa-se que os coletivos de docentes são, muitas vezes, bastante receptivos às determinações dos conselhos profissionais, de forma que não lhes representa uma ameaça à autonomia acadêmica. Guarda relação com o fato de que alguns docentes se reconhecem mais como profissionais da área do que como professores. Contudo, muitas vezes, não se observa a mesma receptividade quando se trata dos movimentos sociais e das organizações populares. A discussão do que concebemos como autonomia universitária e acadêmica é, pois, outro desafio importante;
- I. *a linha ou ênfase de formação dos cursos*: observa-se que alguns projetos de curso são orientados por uma ênfase ou linha de formação, estabelecidos a partir de um diálogo com os movimentos sociais, conferindo-lhe uma orientação determinada. Este é o caso, por exemplo, do currículo da agronomia, que tradicionalmente visa a produção agrícola e tem como foco o sistema de produção sem considerar os agricultores, enquanto a ênfase em agroecologia, que estabelece uma relação explícita, requer que se considere o agricultor. Tais resistências precisam ser discutidas e problematizadas continuamente, para que os fins da formação e as estratégias de seu desenvolvimento fiquem mais explícitos;
- J. *os espaços públicos de debate*: A construção de uma universidade popular exige um grande envolvimento dos diversos atores nos debates, discussões e definições. Ao longo de sua implementação, observa-se uma baixa na participação, motivada por diferentes razões. Uma delas, bastante desafiadora, é o esvaziamento do espaço público de debate como estratégia de sua deslegitimação. Isso, porque a ausência de debate reforça as concepções e as práticas pautadas no modelo tradicional, incluindo as de pesquisa amparadas na lógica da Capes. Recompôr e ampliar os espaços públicos de discussão é, pois, um desafio central para a consolidação de um projeto de universidade pública e popular;
- K. *a relação entre universidade e sociedade*: Para que o conhecimento científico da universidade dialogue com as necessidades e com o conhecimento produzidos nos movimentos populares é preciso estar presente, dialogando com estes espaços e atores sociais. A inexistência desse diálogo leva à disputa entre as concepções, o que acaba gerando uma dicotomia entre a lógica

acadêmica e às demandas sociais. Tal dicotomia precisa ser problematizada e superada continuamente;

- L. *a flexibilidade curricular*: Registra-se também uma dificuldade de avançar na direção de conceber um currículo que integra o ensino, a pesquisa, extensão e a cultura e que flexibilize uma parcela mais significativa da carga horária de ensino, para conferir um maior protagonismo aos discentes, bem como, fortalecer as atividades de iniciação à investigação e a interação social, de forma que elas sejam asseguradas na formação inicial dos cursos de graduação.

Como se pode evidenciar, trata-se de desafios históricos e institucionais amplos e, ao mesmo tempo, específicos da UFFS, que apontam para a natureza, a complexidade e a processualidade da implementação de uma universidade que se propõe a ser popular.

5

A REAFIRMAÇÃO DO COMPROMISSO COM O PROJETO INSTITUCIONAL

Os relatos apresentados pelos *campi* destacam o compromisso assumido nas discussões em prol do fortalecimento do projeto institucional, de construção de uma universidade popular e democrática, identificado com sua origem histórica vinculado à luta coletiva dos movimentos sociais organizados e expresso no seu PPI (Projeto Pedagógico Institucional). Reconhecem a importância da I COEPE, que lançou os principais marcos de referência institucional, do ponto de vista ético, estético, epistemológico, curricular e pedagógico, e busca consolidar a construção coletiva das linhas estruturantes do PPI da UFFS através das suas novas edições.

Para além do reconhecimento e do comprometimento com as origens históricas e sociais da UFFS, os relatos também destacam a necessidade de reconhecer a Universidade como espaço-tempo para dialogar sobre o projeto da nação, tendo presente as bases históricas do seu desenvolvimento econômico e social, marcadas pelo uso da violência física e pela afirmação de uma forte desigualdade social, bem como uma necessária problematização do modelo de globalização liberal em curso. De outro lado, sinalizaram também para a necessidade de explicitar as concepções teórico-metodológicas de uma educação popular e democrática, o exercício da observância crítica sobre os processos formativos que desenvolve, em diálogo com os princípios institucionais e com as problemáticas constituintes da realidade histórica. Finalmente, apontam para

a necessidade de enfrentar as tendências ao populismo político e ao praticismo pedagógico, que comprometem os propósitos efetivos da Instituição.

Outro aspecto destacado nos relatos diz respeito ao reconhecimento da importância dos processos de autoavaliação e de planejamento, envolvendo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e PPI, e, no âmbito dos cursos, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), reconhecidos como espaços privilegiados de realização dos anseios políticos, sociais e culturais que motivaram a construção da UFFS. Importante conferir-lhes uma orientação democrática e popular, que contraste com o modelo tradicional e desafie as tendências ao populismo político e pragmático presentes em nosso tempo histórico.

6

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS E AÇÕES

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Sobre o projeto institucional	1.1 Atuação no aperfeiçoamento e na qualificação do PPI, através de processos democráticos;
	1.2 Problematização da concepção meritocrática vinculada à concepção tradicional de universidade, fortemente arraigada no contexto da educação superior brasileira, e promoção de uma formação baseada em uma concepção democrática e popular;
	1.3 Fortalecimento da compreensão da Universidade como espaço qualificado de diálogo com os movimentos sociais e de construção de conhecimentos socialmente relevantes;
	1.4 Reconhecimento e promoção da Universidade como espaço-tempo de formação política e cultural, para além do profissional, o que envolve também a discussão, problematização e participação na construção de um projeto de nação;
	1.5 Promoção do posicionamento observacional sobre os rumos assumidos pela Universidade, em diálogo permanente com os princípios institucionais e com a comunidade regional e acadêmica;
	1.6 Construção de estratégias de comunicação para a compreensão do projeto de universidade popular no âmbito regional, buscando superar o caráter depreciativo do popular;
	1.7 Explicitação das concepções teórico-epistemológicas de uma educação popular e democrática;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
2. Estratégias para o fortalecimento do projeto institucional	2.1 Ampliação dos diálogos entre o conhecimento científico e popular, mediante o exercício teórico-conceitual e a reflexão crítica sobre a educação popular no contexto do Ensino Superior brasileiro;
	2.2 Ampliação do protagonismo dos sujeitos que fazem o dia a dia da Universidade, em especial o movimento estudantil;
	2.3 Ampliação do debate e promoção da autocrítica institucional sobre políticas de permanência, incluindo a moradia estudantil;
	2.4 Fortalecimento dos espaços de debate público no âmbito da Universidade;
	2.5 Busca de alternativas para viabilizar o acesso aos bens culturais regionais.
	2.6 Busca de novas alternativas teóricas para fortalecer o diálogo entre Universidade e movimentos sociais, e avanço na perspectiva interdisciplinar, a exemplo da teoria do signo, segundo a qual a todo conhecimento é mediatizado pela linguagem, pelo signo;
	2.7 Promoção da valorização da extensão e da cultura, constantemente apequenadas diante da pesquisa e do ensino na Universidade, como estratégia de fortalecimento do projeto de universidade popular;
	2.8 Aprofundamento do debate sobre a formação do professor do Ensino Superior, considerando que o currículo, a experiência formativa e as expectativas de parte significativa dos integrantes do quadro docente estão associadas a outro modelo de universidade;
	2.9 Organização de mais fóruns para discutir a concepção e o significado de uma universidade popular.
3. Currículo, conhecimento e interdisciplinaridade	3.1 Avanço na compreensão do currículo enquanto composição que abarca diferentes epistemologias;
	3.2 Abertura de linhas de diálogos dentro da Universidade para realizar o debate sobre seu currículo, pois a estrutura curricular criada e materializada ainda não tornou a UFFS realmente inovadora e transformadora.
	3.3 Avanço na organização do currículo dos cursos em torno de eixos integradores, em favor do fortalecimento da prática da interdisciplinaridade e da produção de um conhecimento mais rico e complexo da realidade;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	3.4 Busca de mecanismos para redimensionar a concepção curricular para além da formação voltada para a atuação profissional;
	3.5 Avanço na flexibilização curricular, tornando os estudantes mais protagonistas e responsáveis pela construção do seu próprio percurso curricular;
	3.6 Promoção da valorização do conhecimento popular;
	3.7 Avanço na diversificação e flexibilização das estratégias de ensino, buscando contemplar os 20% semipresenciais facultados legalmente;
	3.8 Avanço na discussão sobre a incorporação das atividades de pesquisa, extensão e cultura como atividades curriculares que integrem o projeto pedagógico de curso, já previsto no Plano Nacional de Educação, que destina 10% da carga horária para extensão;
	3.9 Fortalecimento do diálogo interdisciplinar no âmbito da pós-graduação, nos processos de produção do conhecimento através da pesquisa;
	3.10 Fomento da mediação entre os saberes (popular e acadêmico), buscando superar a dicotomia que parece estar posta em muitos momentos.



CAPÍTULO 9

AÇÕES AFIRMATIVAS, INCLUSÃO E EVASÃO

Fóruns realizados:

- a. *Campus* Chapecó - Processos de Inclusão: Ações Afirmativas e Evasão na UFFS;
- b. *Campus* Passo Fundo - Inclusão e Ações Afirmativas;
- c. *Campus* Erechim - Inclusão e Ações Afirmativas; Acesso, Permanência, Moradia Estudantil, Retenção e Evasão;
- d. *Campus* Laranjeiras do Sul - Inclusão e Ações Afirmativas; Interfaces Cidade-Campo-Universidade: Juventude e Vida Acadêmica.

INTRODUÇÃO

A temática “Ações afirmativas, inclusão e evasão” tem se configurado como uma das mais caras no âmbito da UFFS, na medida que demonstra a preocupação da Instituição em buscar atender tanto aos princípios que permearam sua criação quanto aos reforçados nas discussões da primeira COEPE. Assim, por ocasião das audiências públicas preparatórias da segunda edição da COEPE, os *campi* dedicaram esforços para organizar os fóruns mencionados no quadro acima.

Observa-se que alguns *campi* adaptaram a configuração de seus fóruns objetivando promover olhares mais diversificados que possibilitam contemplar o assunto conforme percepção presente em suas realidades locais. Embora a princípio possam ser tratados como diferentes em suas especificidades, os conceitos relativos a: inclusão, ações afirmativas, permanência, evasão e interfaces sociedade-universidade, a partir da ótica da vida acadêmica da juventude, demonstram possuir forte inter-relação entre si, permitindo tratá-los em tópicos agregadores que demonstram a relevância de serem abordados conjuntamente, conforme segue.

1

CONCEPÇÃO

A UFFS tem trabalhado considerando a inclusão sob mais de uma perspectiva. Uma delas remete ao processo que se dá visando incluir camadas historicamente excluídas do Ensino Superior, através de políticas de acesso que priorizam o fator escola pública ou a aplicação das ações afirmativas com reserva de vagas para hipossuficientes, pretos, pardos e indígenas ou ainda programas

como o PROHAITI, para imigrantes do Haiti, por exemplo. Outra já abarca a inclusão sob a ótica de prover condições para que pessoas com deficiência possam não apenas acessar a Universidade, mas também tenham apoio para o desenvolvimento de sua vida acadêmica, através da implementação dos Núcleos de Acessibilidade nos *campi*, dentre outras ações. Destaque para o fato de que a acessibilidade para pessoas com deficiência não se resume apenas na configuração da infraestrutura física, devendo perpassar também pela atuação no fazer pedagógico, tais como adequação tanto de materiais como de procedimentos metodológicos, o reconhecimento das realidades subjacentes aos sujeitos ingressantes na UFFS ou ainda, os trabalhos dos tradutores de Libras, dentre outros exemplos.

Nessas perspectivas a Universidade ainda tem alguns desafios importantes a enfrentar, pois, apesar de avanços significativos, as percepções das deliberações ocorridas nos fóruns dos *campi* sobre essas temáticas demonstram uma série de limitações a serem superadas para que a UFFS se consolide ainda mais enquanto instituição realmente inclusiva. Entretanto, cabe o destaque de que essas próprias limitações podem ser consideradas positivamente, na medida que as entendermos como surgidas justamente de um processo de inclusão que tem acontecido principalmente pela viabilidade de acesso ao Ensino Superior. Ou seja, se agora as proposições visam solucionar problemas relativos às necessidades de públicos diversos como o de indígenas, pardos, pretos, imigrantes, LGBTQ, trabalhadores e demais, isso significa que eles estão presentes na Universidade e demandando avanços, algo que não se configurava historicamente nas instituições públicas tradicionais de ensino superior, como será possível depreender da síntese das deliberações por categorias abordadas e das propostas oriundas dos fóruns descritas abaixo.

2

CATEGORIAS

Os debates nos *campi* demonstraram convergir para análise do que podemos considerar como quatro grandes tópicos agregadores para fins de sistematização: a) inclusão: abordando pessoas com deficiência; b) acesso: a inserção de públicos historicamente excluídos do ensino superior; c) ações afirmativas: demonstram a importância de mecanismos para garantir a efetivação de direitos; d) Permanência: perpassa fatores como moradia estudantil, retenção, interfaces cidade-campo-universidade e) evasão.

2.1

INCLUSÃO

As discussões acerca da inclusão de pessoas com deficiência destacaram a necessidade de prover institucionalmente condições que avancem para além do acesso, principalmente através de ações de formação continuada para os servidores docentes e técnico-administrativos em educação da UFFS, que permitam fornecer apoio no processo de inclusão desse público, bem como garantir que as equipes dos setores de acessibilidade possam atuar de forma qualificada visando auxiliar a permanência desses alunos, diante do alto número de desistência devido às dificuldades encontradas no seu cotidiano acadêmico.

Houve destaque também para a importância da tecnologia como ferramenta nesse processo (tal como necessidade de equipamentos que permitam trabalhar com a linguagem em Braille), e para a necessidade de, através do conhecimento e difusão de informações, quebrar paradigmas que criam situações de intolerância.

2.2

ACESSO

Neste tema, os debates destacaram o quanto foi importante o processo de interiorização e expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que deu origem a UFFS, constituindo-se em avanços em termos de democratização do acesso através da diversificação dos mecanismos de ingresso e a aplicação das ações afirmativas. Isso é demonstrativo de que as políticas de inclusão estão direcionadas a propiciarem o acesso de estudantes de menor renda e de segmentos e etnias mais estigmatizadas.

Em todos os fóruns se reforçou como sendo uma conquista o fato de o público de estudantes da UFFS ser constituído por mais de 90% (noventa por cento) oriundo da escola pública, bem como a constatação de que boa parte dos estudantes da UFFS constituem a primeira geração da família a acessar o ensino superior público. Outro fator significativo foi o fato de a instituição ofertar cursos em parcerias com outras instituições ou entidades sociais, tais como os interdisciplinares de Educação do Campo, Agronomia e História, promovendo ações diretamente voltadas às demandas de setores vulneráveis da sociedade.

Entrementes, também foram apontadas algumas problematizações oriundas desses processos, tais como: as dificuldades encontradas pelos indígenas para se adaptarem ao currículo da graduação, principalmente com relação a questão

da língua portuguesa; os baixos índices de desenvolvimento econômico de regiões em que a universidade está inserida, que implica em dificuldades para que estudantes do meio rural ou indígenas possam sair de suas comunidades para estudar na UFFS; alguns processos burocráticos nos processos seletivos que prejudicam o acesso pleno; alguns cursos tais como o de Agronomia ou os de Engenharias ainda são considerados de mais difícil acesso a determinados segmentos da população, principalmente a que necessita conciliar estudos com o trabalho; e, por fim, relatos de casos de discriminação para com membros de segmentos específicos, tais como imigrantes, pretos, pardos, indígenas, membros de movimentos sociais e público LGBTQ, demonstram o quão necessário é reconhecer que a efetiva democratização passa pelo desafio de garantir políticas de conscientização e de permanência eficazes, que levem esses jovens a conclusão dos cursos que escolheram.

2.3

AÇÕES AFIRMATIVAS

Esse foi um dos temas amplamente debatido nos fóruns e, semelhante ao que ocorreu nas discussões sobre acesso, também quando abordadas as ações afirmativas presentes na UFFS foi dado destaque à relevância delas como demonstrativas de avanços conquistados. Nos *campi* foram apresentados dados sobre o perfil dos discentes que indicam a presença preta, parda e indígena nos seus cursos, sendo as cotas uma forma de inclusão para tentar equiparar os sujeitos sociais que sempre estiveram prejudicados em sua representatividade no ensino superior. Também abordaram resgates históricos do processo de luta pela institucionalização legal das cotas para enfatizar como é importante a compreensão dessa questão tão cara a uma universidade que se pretende legitimamente democrática, além de demonstrar como essa é uma luta que apenas recentemente obteve alguns avanços.

Os debates demarcaram o quanto a Universidade é um importante espaço de luta para os povos indígenas e negros, nas questões étnicas, bem como a inclusão de públicos vulneráveis como os oriundos de escola pública e de baixa renda, pessoas com deficiência e estudantes estrangeiros, como por exemplo os haitianos. Assim, enquanto espaço de luta, também indicaram a percepção de que a Instituição ainda é elitista em alguns aspectos, por exemplo, existe a dificuldade de esses públicos acessarem os cursos ditos de maior prestígio, como o curso de medicina, mesmo com as cotas.

As deliberações também reforçaram o entendimento de que a política de cotas é um direito, e que as ações afirmativas consistem em programas voltados para o acesso de sujeitos de minorias raciais, étnicas, sexuais ou religiosas não só ao ensino superior, mas também a contratos públicos e postos de trabalho, objetivando a efetivação do princípio constitucional da igualdade e a eliminação dos efeitos da discriminação étnico-racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de constituição física, promotora de uma inclusão real e da redução dos índices de pobreza entre esses extratos populacionais.

Inferiu-se que apesar da conquista de políticas de cotas ainda existem muitas resistências, pois não basta que a igualdade esteja presente na lei e demais normas, há uma série de representações que impedem avanços na sociedade hierarquizada por classe, raça e gênero. Nos fóruns houve menção a alguns problemas derivados de discriminação, de insuficiência do atual modelo de cotas, da não organização dos grupos de diversidade para obterem maior representatividade nos espaços da Universidade e do fato de alguns regulamentos acadêmicos não serem discutidos com a participação de todos os interessados. Também houve o reconhecimento da importância de a UFFS implementar as comissões de verificação para o acesso por autodeclaração étnico-racial, garantindo que estas sejam utilizadas por pessoas de legítimo direito.

Nesse aspecto foi dado destaque também às possibilidades de avanços a partir da atuação dos Núcleos de Estudo Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) nos *campi*, bem como o estímulo de organização e ocupação de espaços para os demais segmentos representativos da diversidade, presentes na UFFS, para que o debate seja permanente e propositor de avanços na questão. Assim, é necessário reconhecer que a efetiva democratização passa pelo desafio de garantir políticas de permanência eficazes que levem esses jovens a conclusão dos cursos.

2.4

PERMANÊNCIA X EVASÃO

Os debates dos fóruns indicaram que a permanência dos estudantes se configuraria como a continuidade da efetivação do direito inclusivo de acesso ao Ensino Superior, sendo que ela é complexa e perpassa por fatores como: auxílios, retenção, interfaces cidade-campo-universidade, juventude e vida acadêmica, moradia estudantil. Destacaram que algumas dificuldades inerentes a essas questões impactam diretamente nos índices de evasão dos cursos da UFFS.

Sabe-se que a questão financeira é um dos fatores mais decisivos para a permanência dos alunos no Ensino Superior, aspecto que pode ter ainda mais peso

em uma instituição como a UFFS que tem políticas específicas para ingresso de grupos historicamente relegados nesta modalidade de ensino. Nesse quesito foram ressaltados que os auxílios socioeconômicos são fundamentais, porém ainda se configuram como insuficientes para o atendimento das demandas de estudantes oriundos de contextos mais vulneráveis, devendo portanto serem reforçadas ações já existentes, como as voltadas para os restaurantes universitários e de atendimento pelas equipes dos Setores de Atendimento aos Estudantes, pois, mesmo com suas limitações elas têm se demonstrado fundamentais para a permanência.

Além disso, deve-se procurar avançar em novas ações, sendo imprescindível que a discussão sobre a viabilidade da moradia estudantil nos moldes tradicionais ou de ações alternativas neste sentido prossigam em âmbito institucional, essa é uma das demandas mais mencionadas. Ainda no fator econômico foi mencionado que alunos advindos de outras regiões do país, ou do campo, seguidamente enfrentam preconceito na comunidade local e dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Ou então, que alunos com vínculo empregatício, muitas vezes, não conseguem conciliar a jornada de trabalho com os horários de aula e acabam optando pelo emprego. Também foram mencionadas outras questões pontuais, como dificuldades para alugar imóveis, em virtude de inúmeros requisitos exigidos pelo setor imobiliário; falta de espaços de acolhimento para os calouros; difícil acesso aos serviços públicos de transporte, pelo reduzido número de linhas de atendimento e/ou de disponibilização de passes subsidiados; dentre outras tantas, percebidas no cotidiano acadêmico.

Os debates também levantaram que a permanência não se restringe à questão econômica, mas envolve também fatores de ordem pessoal, sociocultural, acadêmica e pedagógica, tais como: identificação com o curso; relação dos cursos ofertados; localização geográfica da Instituição; falta de apoio pedagógico; desempenho acadêmico vinculado ao seu percurso escolar prévio; questões de ordem linguística cultural e interação social, entre outros. Ademais, a soma dos fatores por conta de todo o contexto (distância da família, dificuldades para arcar com as despesas de alimentação, moradia, transporte e para se sentir integrado à Universidade e à comunidade, além do preconceito) causa desgaste emocional. Quanto a isso, ressaltou-se a importância das ações de apoio pedagógico e psicológico do SAE, das comissões e de programas voltados para a permanência dos alunos. Apontou-se também a necessidade de uma maior integração dos setores e espaços de apoio pedagógico nos *campi*.

Com relação aos casos de retenção na UFFS, identificou-se a carência de estudos específicos e dados oficiais divulgados no âmbito da Instituição. Assim, a obtenção de dados de retenção nos *campi*, bem como a adequada análise de

suas causas, demandaria um estudo mais aprofundado e um maior tempo de trabalho. Depreende-se que ela deve ser abordada sob diversos aspectos e com a participação de todos os atores: estudantes, professores e servidores técnico-administrativos que atuam no atendimento aos alunos, tanto sob a perspectiva pedagógica quanto na promoção de condições materiais de permanência, principalmente levando em consideração as dicotomias entre campo e cidade e a conciliação do trabalho com os estudos.

Por fim, entende-se que a permanência dos estudantes também se refletirá na comunidade em que a UFFS está inserida, quando seu sucesso promoverá a superação de problemas da sociedade como um todo, como os relativos às questões agrárias, educacionais, desenvolvimento regional e social, que permitam diminuir as desigualdades hoje existentes e que ensejam permanente compromisso da instituição com a comunidade acadêmica.

3

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS E AÇÕES

As propostas foram agrupadas conforme suas convergências nos quatro grandes tópicos agregadores, sendo que, como já mencionado, são também complementares entre si, na medida em que sua efetivação em um dos tópicos pode impactar na resolução de problemas identificados nos demais. Há de se ressaltar que alguns fóruns elencaram propostas específicas para as realidades de seus *campi*, sendo que para essa sistematização procurou-se abordá-las em um contexto institucional mais amplo:

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Inclusão	1.2 Consolidação, integração e ampliação das políticas de inclusão já existentes;
	1.3 Promoção de formação continuada e permanente para servidores docentes e técnicos, sobre educação inclusiva e ações afirmativas para atuação na área de acessibilidade, tanto material quanto pedagógica;
	1.4 Aumento do efetivo de servidores que atuam nos setores de acessibilidade, observando os profissionais previstos conforme política de acessibilidade;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	1.5 Garantia de espaços e profissionais que possam dar suporte aos estudantes com deficiência para que estes permaneçam na UFFS;
	1.6 Permanência de política de melhorias na infraestrutura física e material para assegurar a acessibilidade;
	1.7 Destinação de esforços para oferta de serviços especializados para o devido atendimento das pessoas com deficiência conforme suas características;
	1.8 Incentivo a práticas de solidariedade entre os estudantes.
	1.9 Proposição de diálogos nos componentes curriculares articulados com as questões étnico-raciais.
2. Acesso	2.1 Fortalecimento da função social da UFFS, no sentido de atender às necessidades da classe trabalhadora e de populações vulneráveis através de políticas de aproximação com esses estudantes;
	2.2 Garantia de maior autonomia da UFFS para que suas decisões institucionais não fiquem atreladas somente ao disposto pelo MEC;
	2.3 Permanência das políticas de acesso para estudantes de escolas públicas e demais cotas;
	2.4 Constituição de espaços de debate com todos os atores envolvidos na comunidade acadêmica para proposição e avaliação de ações coletivas e estratégicas embasadas em dados estatísticos e relatos de experiências;
	2.5 Subsídio aos colegiados com relatórios qualificados para acompanhamento e avaliação das políticas de acesso e permanência no âmbito do curso;
	2.6 Permanência de programas de apoio pedagógico e inclusão para estudantes indígenas, haitianos e demais públicos que demandam atenção diferenciada.
	2.7 Manutenção e fortalecimento dos programas que realizam processos seletivos especiais como Programa de Acesso Indígena (PIN) e PROHAITI;
	2.8 Estimulo a debates e discussões sobre as questões LGBTQI nos campi.
	2.9 Realização contínua de ações com a comunidade regional, incluindo os indígenas, para a divulgação da UFFS e suas políticas de acesso e permanência;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
3. Ações Afirmativas	3.1 Qualificação dos trabalhos das comissões de avaliação das autodeclarações de pretos, pardos e indígenas;
	3.2 Promoção de ações de integração entre os estudantes para estimular a compreensão sobre a diversidade da sociedade brasileira;
	3.3 Criação de política institucional de apoio e acompanhamento dos alunos ingressantes por cotas;
	3.4 Fortalecimento dos NEABI priorizando a produção de conhecimento pelos acadêmicos;
	3.5 Realização de eventos de formação para a comunidade acadêmica e comunidade regional para ampliar o debate sobre as políticas de ações afirmativas e permanência de estudantes na UFFS.
	3.6 Reafirmação da necessidade de criação do campus indígena da UFFS;
	3.7 Busca de referências em outras instituições que possuem uma trajetória maior no campo das ações afirmativas para qualificar o debate na UFFS.
4. Permanência e Evasão	4.1 Instituição da política institucional de diagnóstico periódico dos índices e motivos da evasão nos <i>campi</i> e implementação de ações voltadas para assegurar a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes;
	4.2 Realização de ações de intervenção pedagógica em situações identificadas como geradoras de evasão, tais como altos índices de retenção em determinadas turmas;
	4.3 Fortalecimento do acompanhamento e apoio pedagógico aos estudantes com dificuldades de desempenho acadêmico, principalmente nas primeiras fases de ingresso;
	4.4 Realização de convênios com o poder público, com outras instituições, empresas e entidades sociais visando integrar os estudantes da UFFS à comunidade local, principalmente aqueles oriundos de outras regiões;
	4.5 Manutenção e ampliação das bolsas e dos auxílios socioeconômicos;
	4.6 Criação de política institucional que implemente núcleo de acompanhamento dos estudantes, principalmente para promoção de ações de acolhimento e orientação dos ingressantes no que se refere à moradia, transporte, auxílios, RU, entre outros.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	4.7 Constituição de espaços de lazer e esportes para confraternização entre a comunidade acadêmica;
	4.8 Articulação com os poderes públicos com a finalidade de obter melhores condições do transporte público para os estudantes da UFFS;
	4.9 Fomento à articulação entre os setores da UFFS para que possam somar esforços para estimular a permanência dos estudantes;
	4.10 Estabelecimento e flexibilização curricular levando em consideração as características dos trabalhadores que estudam na UFFS;
	4.11 Incentivo a políticas de capacitação dos servidores técnico-administrativos para avançar na qualificação dos serviços prestados à comunidade acadêmica;
	4.12 Retomada do debate de ações em busca da implementação da moradia estudantil no âmbito da UFFS, inclusive por meio de repúblicas de estudantes autogestionadas ou outras alternativas que contemplem a questão;
	4.13 Oferta de outros cursos em regimes de alternância;
	4.14 Implementação de programas de cuidados de crianças para fomentar a permanência das estudantes que são mães.
	4.15 Promoção do acompanhamento pedagógico aos acadêmicos indígenas por meio da criação de tutorias indígenas.
	4.16 Garantia de disponibilização de horários dos professores para atendimento aos estudantes.
	4.17 Fortalecimento e ampliação das equipes dos Setores de Assuntos Estudantis (SAEs) em todos os <i>campi</i> .
	4.18 Fortalecimento das políticas de assistência estudantil destinadas a aumentar a participação dos estudantes no cotidiano acadêmico.



CAPÍTULO 10

MOBILIDADE ACADÊMICA E INTERNACIONALIZAÇÃO

Fóruns Realizados:

- a. *Campus* Chapecó: Mobilidade Acadêmica e Internacionalização;
- b. *Campus* Laranjeiras do Sul: Mobilidade Acadêmica e Internacionalização;
- c. *Campus* Realeza: Mobilidade Acadêmica e Internacionalização;
- d. *Campus* Cerro Largo: Organização Curricular, Internacionalização e Mobilidade Acadêmica.

INTRODUÇÃO

O Fórum Mobilidade Acadêmica e Internacionalização foi realizado nos *campi* Chapecó, Laranjeiras do Sul, Realeza e Cerro Largo, porém nesse último *Campus* o tema incluiu também a discussão sobre organização curricular. De uma forma geral, o fórum foi iniciado com a apresentação do programa de mobilidade estudantil, tanto em âmbito nacional como internacional, esclarecendo algumas dúvidas dos participantes sobre os procedimentos para participação nesse programa. Os debates realizados foram sistematizados em torno das seguintes categorias: a) concepção; b) política de internacionalização da UFFS; c) política linguística; d) Programa de Mobilidade Acadêmica.

1

CONCEPÇÃO

A mobilidade acadêmica e o processo de internacionalização na UFFS vêm sendo ampliados, viabilizando e auxiliando o intercâmbio de estudantes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores através de programas com instituições estrangeiras parceiras. As experiências de internacionalização contribuem para a constante evolução da formação educacional, permitindo maior consolidação profissional e ainda agregando contribuições para a vida pessoal.

No que se refere à mobilidade internacional, foi discutido que é apenas um dos aspectos da internacionalização da Universidade e que requer o estabelecimento de uma política, que tenha por base a resposta às seguintes questões: O que é internacionalização na perspectiva de uma universidade popular? Ela pode ser confundida com a capacitação de mão de obra para multinacionais ou com a abertura e fortalecimento dos mercados globais? Ou ainda, com desenvolvimento da região/país/mundo? Ou, alternativamente, com a promoção da

cooperação com simetria, da solidariedade, da paz, da tolerância, da multiculturalidade? Quais os objetivos e prioridades da UFFS em relação ao processo de internacionalização? Em que queremos e podemos ser excelentes? O que temos a contribuir para o mundo? Que países e instituições seriam nossos parceiros prioritários? A que redes poderíamos nos vincular?

As discussões convergiram para o entendimento do processo de internacionalização como o desenvolvimento, pela comunidade acadêmica, de experiências internacionais que proporcionem o compartilhamento de conhecimentos e técnicas, a abertura à diversidade cultural e o desenvolvimento de ações conjuntas convergentes com os objetivos institucionais, visando cultivar a paz, a solidariedade e a cooperação entre instituições, nações, povos e culturas.

Três dimensões são fundamentais para a definição de diretrizes e metas frente a internacionalização: aspectos institucionais, aspectos regionais e a mobilidade acadêmica. Dentro dessas dimensões surgiram categorias prioritárias para a construção da agenda de mobilidade e internacionalização da UFFS. O processo de internacionalização requer a definição de políticas que, necessariamente, devem estar articuladas: a política de internacionalização, a política linguística e a mobilidade acadêmica.

2

A POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFFS

Para a construção da política de internacionalização, foram propostos dois eixos prioritários, considerando os princípios, objetivos e história da UFFS, a saber: a) A fronteira e a América Latina (desenvolvimento regional); b) Ciência e Tecnologia nas áreas prioritárias (estas são as áreas que foram definidas para a realização dos fóruns da I e da II COEPE).

A política de internacionalização tem como objetivo fortalecer o diálogo e a cooperação com os países da América Latina, nomeadamente do Mercosul e, prioritariamente, com os vizinhos dos estados do Sul, onde a UFFS está inserida – Argentina, Paraguai e Uruguai. Esse objetivo parte do entendimento de que a promoção do desenvolvimento regional supõe que o conceito de “regional” não seja restrito aos limites definidos pelas fronteiras da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Ao contrário, é necessário compreender que o que acontece localmente faz parte de um sistema geopolítico e ecológico que afeta a América Latina como um todo e, portanto, as trocas de experiências e

de conhecimentos entre todos os países do continente são essenciais para a solução dos problemas que afetam a todos.

Alguns problemas a serem enfrentados pela UFFS foram apontados pelos fóruns, dentre os quais: a) o foco atual do Governo Federal em realizar parcerias com países desenvolvidos, o que dificultará a operacionalização das relações sul-sul; b) embora a pós-graduação e a pesquisa sejam considerados os carros-chefes da internacionalização e a CAPES apenas financie a internacionalização da pós-graduação, não podemos ficar reduzidos a esse nível nem a apenas uma área fim. A internacionalização pode alavancar a integração entre ensino, pesquisa, extensão e cultura; c) o Brasil envia muitos estudantes para o exterior e recebe poucos; d) as verbas para internacionalização, sobretudo para mobilidade são muito restritas; e) falta de divulgação dos programas de mobilidade acadêmica.

3

A POLÍTICA DE LINGUÍSTICA

A política de linguística reitera as prioridades que constituem a razão de ser da própria UFFS, orientando a elaboração de projetos e a política de investimentos nas áreas acadêmicas. No que se refere à internacionalização, a clareza dessas prioridades é fundamental para a escolha de parceiros internacionais, tanto países como universidades, e para a tomada de decisão sobre em que redes a UFFS deve se inserir. A busca de parceiros que trabalhem conjunta e solidariamente na produção do conhecimento nessas áreas prioritárias, implica também na diversificação das ofertas de idiomas pelos Centros de Línguas da UFFS, atendendo às necessidades dessas parcerias. A opção por este eixo implica em que o ensino do espanhol na Universidade receba uma atenção especial na elaboração da política linguística. Mas, obviamente, sendo o inglês a língua que hoje em dia é considerada a língua franca para o intercâmbio acadêmico e para as relações comerciais, a implantação e implementação de seu ensino em todos os *campi* já é uma necessidade, mas isso não impede que outros idiomas sejam oferecidos.

Alguns problemas levantados nos debates e que desafiam a UFFS, são: a) grande evasão nos cursos de línguas e provas de proficiência; b) não definição de critérios de aceitação de alunos estrangeiros, tanto regulares como intercambistas, sobretudo no que se refere ao nível de português; c) proficiência em línguas estrangeiras está sendo cobrada na pós-graduação e em breve não teremos estudantes aptos a frequentarem os cursos de pós-graduação; d) dificuldade em implementar cursos e oficinas por falta de recursos financeiros e humanos.

4

O PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA

A mobilidade acadêmica como um processo de globalização, integração entre acadêmicos e servidores de diferentes instituições e a competitividade no mercado de trabalho exigem o conhecimento de um segundo idioma. A UFFS tem a oportunidade, por meio de programas e políticas, de fomentar essa mobilidade, além de dar espaço para os povos nativos e estrangeiros circularem pelas diferentes culturas e conhecimentos técnicos científicos, bem como, produzir saberes, divulgá-los e intervir positivamente na realidade local e regional.

É importante ressaltar que a mobilidade acadêmica e internacionalização não são a mesma coisa, mas a internacionalização deve ser uma política da UFFS e a mobilidade acadêmica deve fazer parte dessa política, como eixo estratégico.

O programa Ciência sem Fronteiras do governo federal, por exemplo, colocou o Brasil em um bom patamar na procura por parte de alunos estrangeiros na graduação e pós-graduação brasileira, assim como, dos alunos brasileiros por universidades do exterior. Porém, com a austeridade fiscal aplicada nos últimos dois anos, essa política foi restringida e gravemente prejudicada afetando todas as universidades brasileiras.

Dada a conjuntura política e econômica brasileira e os impactos sobre o programa Ciência sem Fronteiras, a UFFS precisa desenhar o seu plano de internacionalização considerando que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) está investindo fortemente nesta modalidade. Desta forma, os cursos e grupos de pesquisas devem se manifestar com propostas que vão ao encontro dos eixos centrais que compreendem: relações de fronteira; biodiversidade; ambiente e idiomas sendo que a *Universidad Nacional de Misiones (UNaM)*, da região de Posadas, na Argentina, colaborará com este eixo. Para além desses, compreende-se também como áreas prioritárias da UFFS os eixos: saúde coletiva, agricultura familiar e formação de professores.

A mobilidade acadêmica internacional é realizada entre a UFFS e as instituições com as quais foram firmados acordos de cooperação. Atualmente a UFFS possui acordos com: Universidade do Minho, em Portugal; Universidad Nacional de Misiones (UNaM), na Argentina; Mondragon Unibertsitatea (MU), na Espanha; Universidad Popular Madres de Plaza Mayo (UPMPM), na Argentina e Universidad Agraria de La Habana (UNAH), em Cuba.

Além de ampliar e consolidar a mobilidade internacional, a UFFS ainda apresenta o desafio de implementar e ampliar a mobilidade nacional e *intercampi* na Universidade. Ademais, a UFFS está se credenciando para implantar

o exame de proficiência em português para alunos estrangeiros que pretendem estudar na Instituição e, também, na disponibilização de aulas de português para estrangeiros. Hoje temos projetos de extensão que oferecem essas aulas. Contudo, também devemos incorporar os estudantes que já ingressaram, mas ainda têm dificuldade com a língua portuguesa.

5

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS E DE AÇÕES

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. A Política de Internacionalização da UFFS	1.1 Busca de outras formas de apoio, como parcerias com países do hemisfério norte para realização de projetos em conjunto nos países em desenvolvimento (trilaterais ou multilaterais), respeitando os eixos prioritários definidos na política de internacionalização;
	1.2 Estabelecimento de parcerias com universidades vinculadas a redes que priorizam a promoção social e que convergem com os objetivos da UFFS e incluem as ações de extensão;
	1.3 Investimento em pesquisa vinculada a projetos de extensão, para que o conhecimento produzido possa ser aplicado e para que as intervenções realizadas sejam avaliadas e possam resultar em produção de novos conhecimentos;
	1.4 Fomento a vinda de professores estrangeiros que possam, além de trabalhar na pós-graduação, dar seminários para a graduação;
	1.5 Promoção de ações de <i>internationalization at home</i> , utilizando diferentes possibilidades tecnológicas para comunicação e videoconferências (iniciativas dentro de cada curso ou interdisciplinares, por meio de projetos de extensão ou pesquisa);
	1.6 Discussão com os estudantes sobre o programa de acolhimento, cujo primeiro esboço foi proposto pela Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI);
	1.7 Discussão com os colegiados de curso sobre as possibilidades de aproveitamento das atividades, indicando pessoas em cada curso que fiquem responsáveis por esse estudo;
	1.8 Fomento da imagem da região e da UFFS no exterior para motivar a vinda de alunos/professores;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	<p>1.9 Desenvolvimento de projetos na UFFS que provoquem a vinda de alunos e professores estrangeiros;</p> <p>1.10 Abertura de vagas suplementares nos cursos de pós-graduação para alunos estrangeiros;</p> <p>1.11 Início do processo pela elaboração de projetos conjuntos entre professores de diferentes universidades nacionais e estrangeiras;</p> <p>1.12 Produção de publicações conjuntas com instituições internacionais;</p> <p>1.13 Participação na organização de eventos internacionais;</p> <p>1.14 Associação dos PPGs a redes internacionais nas áreas de pesquisa dos programas;</p> <p>1.15 Desenvolvimento de projetos e outras atividades conjuntas por videoconferência (<i>internationalization at home</i>).</p>
2. A Política de Linguística	<p>2.1 Pesquisa para identificar as causas da grande evasão nos cursos de línguas e provas de proficiência e tomar medidas para minimizar o problema;</p> <p>2.2 Definição da priorização dos exames oficiais e o nível de proficiência para ingresso de todos os estrangeiros;</p> <p>2.3 Definição das exigências sobre proficiência que serão adotadas em todos os cursos;</p> <p>2.4 Implementação do ensino de línguas estrangeiras na graduação, evitando que nossos estudantes sejam impedidos de acessar a pós-graduação por falta de proficiência em outra língua.</p>
3. O Programa de Mobilidade Acadêmica	<p>3.1 Aperfeiçoamento da comunicação e estendê-la aos professores que estão pouco esclarecidos sobre esses programas;</p> <p>3.2 Definição de prioridades de internacionalização de cada curso;</p> <p>3.3 Estudo da possibilidade de recebimento de taxas de valores abaixo do mercado – criação de soluções administrativas para viabilizar esses pagamentos;</p> <p>3.4 Estabelecimento de parcerias com ONGS, empresas e consulados estrangeiros visando a colaboração para o pagamento dos professores dos cursos de línguas.</p>



CAPÍTULO 11

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Fóruns realizados:

- a. *Campus* Chapecó: Direitos Humanos e Cidadania;
- b. *Campus* Laranjeiras do Sul: Direitos Humanos e Cidadania;
- c. *Campus* Realeza: Direitos Humanos e Cidadania;
- d. *Campus* Erechim: Direitos Humanos, Cidadania e Movimentos Sociais;
Relações Étnico-raciais, Diversidade Sexual e de Gênero;
- e. *Campus* Passo Fundo: Direitos Humanos, Saúde e Cidadania.

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul notadamente pauta os direitos humanos como princípio fundante da instituição. A preocupação com a cidadania e a defesa dos direitos humanos constam dos principais documentos institucionais (Estatuto, Regimento, PDI, etc.) e se reafirmam nos documentos acadêmicos (PPCs) como iniciativas de ensino, pesquisa extensão e cultura, como componentes curriculares indissociáveis da formação dos estudantes e do perfil dos egressos.

A atuação da UFFS inserida na comunidade regional inclui iniciativas de pesquisa e extensão amparadas em projetos com financiamento interno e externo, mobilizando docentes, técnicos, estudantes e a comunidade regional como agentes efetivos. A instituição mantém em sua estrutura um Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial atuando no atendimento dos casos de violação, prestando suporte às vítimas e constituindo-se como referência dos diferentes agentes públicos e privados que atuam na área.

1

CONCEPÇÃO E CATEGORIAS

A intervenção em direitos humanos e cidadania da (e na) universidade foram discutidos a partir das realidades relatadas e das propostas levantadas. A discussão pode ser categorizada a partir de grupos mais amplos de análise e propostas, quais sejam: a) intervenções acadêmicas, englobando a atuação em ensino, pesquisa, extensão e cultura, planejamento e gerência dos processos constitutivos da produção de saber universitário; b) intervenções administrativas, tratando da organização da Universidade com setores especificamente

voltados ao tratamento dos casos de violação de direitos e da organização do papel da universidade frente a sociedade nesses processos; c) relacionamento com o Estado, apontando áreas de iniciativa prioritária para o relacionamento da UFFS com os governos em âmbito municipal, estadual e federal; d) abertura para gestão comunitária, pautada na necessidade de que a gestão da UFFS seja permeável às pautas, demandas e contribuições administrativas dos grupos organizados da sociedade civil, inclusive em espaços administrativos deliberativos.

2

INTERVENÇÕES ACADÊMICAS

Os fóruns setoriais descentralizados apontaram, de modo unânime, a necessidade de fortalecer a temática dos direitos humanos e cidadania de forma clara nas atividades de ensino. Aponta-se uma fragilidade curricular nesse sentido, embora o componente curricular “Direitos e Cidadania” contemple de algum modo as discussões. Impõe-se a necessidade concreta de tratar a temática na graduação, enquanto tema transversal, interdisciplinar, mas também de constituí-lo como componente curricular em disciplinas específicas, ofertadas em todos os cursos, de modo a formar os estudantes nos preceitos básicos da vida em sociedade e do respeito mútuo, dando-lhes instrumentos para reflexão sobre os processos de discriminação e exclusão e ferramentas para atuação nas situações concretas, fundamentos imprescindíveis ao exercício da cidadania.

O fortalecimento de iniciativas de pós-graduação é igualmente apontado como fundamental. Ganham destaque as discussões sobre a necessidade de oferta de cursos livres, de especialização e mestrado na área, aproveitando-se da experiência acumulada, por exemplo, no *campus* Realeza. Resta claro que, sendo a UFFS uma instituição de produção e disseminação de saberes, a comunidade espera um direcionamento para os saberes cidadãos, não somente a nível básico, mas fortalecido pela produção científica, por pesquisas específicas e pela possibilidade de carreiras acadêmicas especificamente vinculadas aos direitos humanos. Atestam esse anseio por pesquisas específicas, as propostas apresentadas em vários *campi* pelo envolvimento da PROPEPG na construção dos cursos de pós-graduação e na formulação de editais específicos para pesquisa temática, nos diversos níveis.

As propostas de formulação de editais específicos também estão presentes no âmbito da extensão universitária, evidenciando a necessidade de formulação de política global em direitos humanos e cidadania, coordenada pelas Pró-reitoras

de Graduação, Pesquisa e Pós-graduação e Extensão e Cultura. Merece destaque a forte demanda apresentada por cursos livres, evidenciando que a UFFS é identificada como a referência para formação dos agentes sociais na região, independente da carreira acadêmica. Há o reconhecimento de iniciativas promotoras dos direitos humanos e da formação cidadã, mas aponta-se a necessidade de abertura de atividades formativas em diversos cenários de aprendizagem e em escalas que não dependam de requisitos acadêmicos, articulando o ensino, a pesquisa e a intervenção da extensão, aproveitando a experiência dos agentes sociais e capacitando-os para atuar profissional e humanamente.

3

INTERVENÇÕES ADMINISTRATIVAS

Foram apresentadas análises acerca da estrutura administrativa da UFFS, apontando fragilidades internas no tratamento dado a situações concretas de violação de direitos e orientação cidadã. Os fóruns locais apresentaram numerosos relatos de discriminação, preconceito, assédio, abuso e violação de direitos humanos ocorridos nas dependências da UFFS ou envolvendo membros de sua comunidade. Foram apontadas necessidades que extrapolam o caráter formativo em direitos humanos e cidadania, mas que apontam para a necessidade de constituição de estruturas administrativas específicas para atuar nos casos, acompanhar as vítimas e inibir ações de violação. Ainda, que sejam capazes de prestar orientações gerais em caráter cidadão para a comunidade acadêmica e regional. Compreende-se, portanto, ser insuficiente que a UFFS seja uma instituição formativa em direitos humanos, mas que tenha concreta atuação dentro e fora de seus espaços.

Os relatos dos fóruns aglutinam um reconhecimento à existência do Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial Marcelino Chiarello, mantido e coordenado pela UFFS, mas aponta a necessidade de capilarização das atividades. Sobre essa estrutura especificamente, vários *campi* apontam para a necessidade de instalação de sedes locais, funcionando como espaços de referência em todas as cidades onde a UFFS possui sede administrativa. Ainda, que o CRDHIR se torne indutor das políticas internas e melhore o fluxo de informação sobre as atividades promovidas, que hoje priorizam a comunidade regional em detrimento da acadêmica.

Para além da estrutura já existente, o volume de relatos de violação amparou a proposta de criação de estruturas administrativas especificamente constituídas

para atender a vítimas e apurar os casos. Foi claramente apontada a ineficiência institucional nessa área, a falta de especialização e, em alguns casos, a falta de interesse em levar a fundo as denúncias. Nesse ínterim, a demanda mais imediata é a formulação de protocolo interno de atuação, definindo fluxos de recebimento de denúncias, apuração, suporte às vítimas e punição dos responsáveis. Aponta-se claramente para que essa atuação seja objeto de estrutura administrativa nova, com equipe multiprofissional exclusiva, em adição à já existentes.

4

RELACIONAMENTO COM O ESTADO

A relação da UFFS com os órgãos estatais (nos níveis municipal, estadual e federal) foi objeto de debate, contudo o foco organizou-se em relações demanda-serviço específicas. Compreende-se que a instituição deve ocupar papel central na proposição de políticas, no aperfeiçoamento de programas e na fiscalização de sua eficácia, sendo referência para o poder público. Deve funcionar ainda, conforme proposições apresentadas, como interlocutor entre a sociedade e os poderes da república, fiscalizando a atuação do Estado na garantia de direitos e evitando que o próprio Estado os viole. Para tanto, nas propostas apresentadas discorre-se sobre situações específicas apontadas como prioridade para cumprimento da função social da Universidade.

5

ABERTURA PARA GESTÃO COMUNITÁRIA

As discussões nos fóruns locais apontaram em sua maioria, a preocupação com a governança democrática e controle social. Eles são apontados como fundantes na construção de uma universidade que efetivamente construa atuação cidadã articulada com a comunidade regional. Foram apontadas várias dificuldades na interação da sociedade com a Universidade e houve ainda a crítica de que a Instituição se coloca muitas vezes como prestadora de serviços.

Resulta visível a disposição da sociedade civil organizada em participar da definição de rumos e implementação das ações Institucionais. Para tanto, sugere-se o fomento à organização de coletivos internos independentes, a articulação

dos espaços administrativos institucionais com os coletivos representativos internos e regionais e a criação de estruturas específicas, deliberativas, onde a vontade social possa ser expressa por representantes sem intermédio. Reconhece-se o papel representativo nos conselhos superiores, entretanto a capacidade de atuação na estrutura atual é insuficiente e o caráter apenas consultivo do Conselho Estratégico Social inibe uma participação efetiva.

6

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS E DE AÇÕES

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Intervenções acadêmicas	1.1 Retomada do debate em torno da criação do curso de graduação em direito na UFFS, cuja formação seja capaz de representar a população marginalizada do país;
	1.2 Proposição da incorporação das temáticas de gênero, diversidade sexual e relações étnico-raciais, bem como direitos humanos, nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação e demais atividades ligadas à pesquisa;
	1.3 Desenvolvimento dos estudos e pesquisas nas áreas de bioética e dos responsáveis pelo acesso ao direito humano à saúde levantando de que forma os agentes previstos, de fato, concorrem para tal;
	1.4 Fortalecimento da formação em agroecologia e do fomento às alternativas populares de produção;
	1.6 Garantia de políticas de cotas para ingresso de estudantes na UFFS, com ampla divulgação;
	1.7 Promoção de ações efetivas de educação em direitos humanos nos diversos níveis;
	1.8 Avanço na incorporação dessas temáticas nos conteúdos das disciplinas, como Direito e Cidadania e similares, capazes de tratar de tais questões, e com destaque nos cursos de licenciatura, que, por formarem professores, necessitam trabalhar com seus alunos tais questões;
	1.9 Conservação de organização curricular da UFFS (domínios comum, conexo e específico), garantindo a carga horária suficiente para proporcionar formação humana aos licenciados e bacharéis.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	1.10 Manutenção de ensino, pesquisa e extensão indissociáveis enquanto tripé do Ensino Superior na UFFS;
	1.11 Fortalecimento de ações de ensino, pesquisa e sobretudo extensão que trabalhem e desenvolvam ações concretas de formação/educação/conscientização com o público vulnerável em termos de direitos humanos e cidadania;
	1.12 Promoção de espaços educacionais em direitos humanos no âmbito da Universidade, principalmente no sentido do letramento para esta temática;
	1.13 Implementação dos direitos humanos não somente como temas transversais, mas também como Componente Curricular nos diversos níveis;
	1.14 Criação de novos campos de prática em saúde, com serviço “móvel” que possa atender à população residente em ocupações urbanas (Passo Fundo);
	1.15 Expressão do direito humano como normativa, conteúdo, metodologia e estratégia de ação em todos os documentos institucionais (PPI, PDI, PPCs, Regimentos, etc.);
	1.16 Organização de eventos com temáticas relacionadas como aula inaugural, palestras, debates, etc. impulsionados pela instituição e abertos à comunidade;
	1.17 Incorporação, nas atividades de extensão e cultura da Universidade, de atividades ligadas às questões de gênero, diversidade e relações étnico-raciais, seguindo o calendário de datas que marcam os movimentos sociais ligados, por exemplo, o 08 de março como dia da luta da mulher, o 28 de junho como o dia internacional do orgulho LGBT, o dia da consciência negra, etc;
	1.18 Reflexão sobre a forma sistemática (através da criação de fóruns específicos, com calendário estabelecido) sobre qual modelo de desenvolvimento se espera/deseja para a região, e que tipo de inserção a UFFS pode promover como parte integrante desse processo, refletindo, como Instituição de Ensino Federal, sobre o seu papel para com o restante da população brasileira;
	1.19 Promoção de ações de reconhecimento de gênero, étnico, cultural (que passam, inclusive, pela demanda anterior). Parceria com entidades (Associações comerciais e empresariais, CDLs, Prefeituras, CREs) para estágio e trabalho para os alunos. Estabelecimento de uma política de permanência coerente com o público-alvo, para além das bolsas e auxílios. Implementação da moradia estudantil;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	<p>1.20 Diagnostico do universo desse público e proposição de alternativas para um espaço para as crianças na Universidade. A sistematização das “cirandas” aparece como sugestão a partir de projetos com a participação dos cursos de pedagogia.</p>
	<p>1.21 Criação de mecanismos que possibilitem a proposição de projetos conjuntos, com membros das comunidades acadêmicas e regional, abrigando-os e executando-os como projetos Institucionais.</p>
	<p>1.22 Investimento em esforços no estabelecimento de parcerias com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e outras organizações multilaterais, no sentido de qualificar recursos humanos e viabilizar o aporte de recursos financeiros para ações de formação e capacitação.</p>
<p>2. Intervenções administrativas</p>	<p>2.1 Responsabilização da PROPEPG pelo direcionamento de esforços claros para viabilizar a criação de um programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em direitos humanos;</p>
	<p>2.3 Promoção da qualificação permanente e continuada de TAEs e a possibilidade de proposição e coordenação de projetos acadêmicos em função de que através de projetos dessa natureza acontece a articulação de pesquisa, ensino e extensão bem como a sistematização de ações;</p>
	<p>2.4 Resgate e oferta, com recursos internos, de especialização em direitos humanos;</p>
	<p>2.5 Publicação de editais específicos para incentivo a trabalhos na temática dos direitos humanos;</p>
	<p>2.6 Priorização das discussões sobre direitos humanos, garantindo liberações da comunidade universitária para participar;</p>
	<p>2.7 Criação de cursos ou projetos de extensão em controle social, democracia participativa e direitos humanos;</p>
	<p>2.8 Organização de programas de pesquisa e extensão específicos, com destinação de bolsas;</p>
	<p>2.9 Fortalecimento da atuação do CRDHIR no âmbito da Universidade, por meio de dotação de estrutura mínima em cada <i>campus</i>;</p>
	<p>2.10 O CRDHIR Marcelino Chiarello precisa criar estruturas locais nos <i>campi</i> da UFFS e se aproximar dos CRAS e CREAS existentes na região;</p>

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	2.11 Reestruturação do CRDHIR e estabelecimento de protocolos e procedimentos de ação. Reversão de atribuições de carga horária para participação de TAEs, docentes e discentes nesses espaços;
	2.12 Publicização das ações do CRDHIR Marcelino Chiarello com acesso direto na página principal da UFFS na internet e alocando profissional de comunicação dedicado;
	2.13 Converter o PIN em setor do <i>campus</i> com possibilidade de gestão de recursos e autonomia para propor iniciativas e encaminhar demandas. Criação de um espaço de apoio e monitoria específica para áreas do conhecimento que estão vulneráveis, especialmente no tocante aos estudantes indígenas (Erechim);
	2.14 Comprometimento em resolver os casos de discriminação e outras violações de direitos humanos em todos os espaços institucionais, onde ocorrerem. Estabelecimento de fluxos para atendimentos nos casos de violação de direitos humanos ocorridos na UFFS, articulando os setores já existentes.
3. Relacionamento com o Estado	3.1 Observação, de forma mais clara, das diretrizes e ações propostas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos;
	3.2 Estruturação física e de equipe multidisciplinar, no município de Laranjeiras do Sul, do Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial da UFFS, objetivando auxiliar os municípios da Região da Cantuquiriguaçu no atendimento às demandas relativas a direitos humanos;
	3.3 Interação com os municípios, o estado e escolas visando a capacitação da sociedade em geral para a temática dos direitos humanos – principalmente em relação daqueles que trabalham diretamente com a educação, assistência social, justiça, etc;
	3.4 Incorporação em suas atividades ou realização de ampla divulgação interna das campanhas nacionais impulsionadas pelo Governo Federal referentes ao combate ao preconceito e outras políticas públicas voltadas para a inclusão das chamadas “minorias”;
	3.5 Auxílio na criação dos conselhos municipais LGBTT;
	3.6 Construção de uma política, a nível estadual, de compensação pelos prejuízos causados pelas hidrelétricas, envolvendo os acadêmicos na construção de propostas para a solução desses problemas.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
4. Abertura para gestão comunitária	4.1 Desenvolvimento de ações de pesquisa/extensão, formativas com mulheres camponesas de áreas de reforma agrária, considerando a realidade de negação e violação de direitos;
	4.2 Criação de um órgão não governamental, comunitário e participativo, em forma de conselho, para garantia da defesa dos direitos humanos;
	4.3 Manifestação pública sobre os temas da conjuntura a favor dos trabalhadores e dos setores populares contra retrocessos em direitos;
	4.4 Criação de novas turmas PRONERA para filhos de assentados do MST e movimentos sociais populares, especialmente nos cursos de medicina (Passo Fundo);
	4.5 Criação de uma modalidade de intervenção da UFFS em parceria com os movimentos sociais de forma a capilarizar as ações de divulgação da UFFS na comunidade regional com temas centrais tais como agricultura, educação básica, resistência, etnia, gênero; Revisão das limitações dos espaços oficiais e formais de participação dos movimentos sociais nas dinâmicas da UFFS, tendentes a burocratização e mera recomposição dos quadros dirigentes da Instituição. Avaliação de formas de participação efetiva que incidam efetivamente na concepção das políticas de ensino, pesquisa e extensão da UFFS;
	4.6 Reconhecimento dos grupos que pretendem se constituir como coletivos sociais. Estabelecimento de mecanismos de política de gestão da UFFS que impeçam quaisquer tipos de ações inibidoras ou coercitivas sobre as iniciativas de ação coletiva que surjam no âmbito da instituição. Considerando o perfil institucional voltado para os movimentos sociais e a Universidade, sob preceitos de liberdade de pensamento e expressão, que tais iniciativas sejam reconhecidas para além de disputas políticas existentes na UFFS enquanto instituição;
	4.7 Implementação do plano de estratégias para trabalhar a violência contra a mulher onde ocorre (campo e cidade);
	4.8 Apoio, técnico e científico, em audiências públicas sobre reforma agrária.



CAPÍTULO 12

CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO

Fóruns realizados:

- a. *Campus* Cerro Largo: Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão na Graduação e Pós-graduação;
Produção Acadêmica e Inserção da Universidade
- b. *Campus* Chapecó: Consolidação e Expansão
- c. *Campus* Erechim: Consolidação e Expansão
- d. *Campus* Laranjeiras do Sul: Consolidação e Expansão da UFFS
- e. *Campus* Passo Fundo: A Formação Profissional em Saúde e a Expansão do Campus
- f. *Campus* Realeza: Consolidação e Expansão

INTRODUÇÃO

O fórum temático voltado para a “Expansão e Consolidação” da Universidade foi desenvolvido em todos os *campi*, com variação dos enfoques, conforme indicado no quadro acima. Os aspectos centrais das discussões realizadas nos *campi* e registradas nos relatos foram agregadas em torno dos seguintes tópicos: a) projeto de universidade a ser consolidado e expandido; b) consolidação e expansão da Universidade no contexto atual. Este segundo tópico abarca uma análise das perspectivas de expansão diante do cenário político atual, uma indicação das particularidades dos posicionamentos de alguns *campi* e uma avaliação dos impasses e desafios que se colocam para a consolidação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na sequência, são apresentados os principais argumentos relacionados ao desenvolvimento desses tópicos. E, ao final, é apresentada uma tabela que agrega as propostas de encaminhamento, ordenadas a partir das categorias de análise acima referidas.

1

SOBRE O PROJETO DE UNIVERSIDADE A SER CONSOLIDADO E EXPANDIDO

Os debates e encaminhamentos relacionados à temática envolvem um posicionamento em defesa do projeto institucional, um diálogo com processos históricos que lhe deram origem e uma avaliação do seu processo de implantação, além de reflexões sobre sua consolidação e expansão. As referências recolhidas

nos relatos encaminhados pelos *campi* a partir de diferentes interlocutores que integraram a Conferência sistematizam essa reflexão:

- A. A Universidade deve continuar seguindo os propósitos iniciais de sua construção e renovar a expectativa e o compromisso originário de ser pública, popular e de qualidade;
- B. A Universidade deve ser fonte produtora de conhecimento que atenda às necessidades da região e deve traduzir o conhecimento produzido para que a sociedade compreenda e transforme sua realidade;
- C. A Universidade tem o papel de ensinar os princípios básicos do conhecimento e do pensar científico, constituir-se em um espaço e tempo de compreensão das coisas com rigor científico, metodológico e raciocínio lógico;
- D. A Universidade deve promover um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana e a inclusão social, a preservação das riquezas, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior;
- E. A UFFS deve consolidar-se como um centro de referência em pesquisa comprometida com o desenvolvimento sustentável das comunidades da região de Fronteira Sul, o que pressupõe a aproximação do debate social e da competência acadêmica;
- F. Os princípios da UFFS, definidos na I COEPE, continuam servindo de base para a construção da Universidade nos dias de hoje;
- G. A II COEPE, como um segundo momento para a Universidade, deve contribuir com o resgate histórico da constituição da UFFS, envolvendo o reconhecimento da importância dos movimentos sociais para a implantação da universidade e seu diálogo com a produção acadêmica;
- H. O desenvolvimento da Universidade requer a renovação do desafio da participação e integração acadêmica e regional, como identificado na própria COEPE, que contou com baixa adesão de alunos, servidores e integrantes da comunidade regional.
- I. A UFFS deve promover a participação contínua dos movimentos sociais no seu processo de desenvolvimento.
- J. A política de acesso da UFFS deve ser mantida e é exemplar para o país.

2

A CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE NO CONTEXTO ATUAL

No âmbito da Conferência, de um modo geral, enfatizou-se a complementaridade entre consolidação e expansão, embora se tenha reconhecido que, em termos do Sistema de Ensino, sejam tratadas de forma distinta, caracterizando momentos sucessivos (implantação, consolidação e expansão). Os debates contemplaram esboços de análise de conjuntura e apontaram estratégias para avançar em direção à consolidação e expansão das ações da Universidade. Em alguns *campi*, as reflexões se ocuparam também da expansão da oferta de cursos de graduação no âmbito de sua abrangência, em diálogo com os debates acumulados nos anos anteriores quando da formulação do plano de expansão requerido pelo Conselho Universitário.

Para além desses aspectos, os relatos também registram um conjunto de debates e reflexões relacionados ao desenvolvimento das políticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura, identificados como dimensões da consolidação do projeto institucional.

Os argumentos centrais relacionados a esses três movimentos de análise e reflexão são apresentados na sequência.

2.1

A EXPANSÃO DIANTE DO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

No conjunto dos registros, observa-se o reconhecimento de que o panorama político atual é bastante pessimista com relação às possibilidades de expansão, uma vez que a expansão de vagas no ensino superior público, que incluiu a criação da UFFS, é parte integrante de uma política pública interrompida com o *impeachment* da presidente Dilma Roussef. Mais do que isso, que ela não encontra viabilidade financeira e administrativa após a promulgação da Emenda Constitucional vinculada à PEC 55/2016, que limita recursos e investimentos na educação e saúde por um período de 20 (vinte) anos, considerando os seus efeitos sobre a educação superior, cujo padrão de financiamento é o ano de 2017.

Diante desse cenário, no âmbito da expansão de cursos e vagas na graduação, evidenciam-se dois posicionamentos distintos, que se complementam entre si, pelos menos em alguns aspectos: 1) reconhece a dificuldade para

pensar a expansão diante das limitações impostas à Universidade. Como não há viabilidade de expansão das universidades no cenário político atual, a questão central é trabalhar em prol da mudança do perfil do estado atual, que requer mobilização da Universidade e da sociedade; 2) reconhecendo os limites associados ao contexto político atual, ajustes internos podem resultar na otimização de recursos humanos e/ou agregação de áreas (onde isso for possível) para produzir alternativas de ampliação da oferta de vagas e/ou alguns cursos de graduação.

Com relação ao primeiro posicionamento, os relatos registram a importância do plano de expansão construído no período de 2013-14, em diálogo com a comunidade regional, bem como os critérios utilizados para o desenho das prioridades. Destacam a necessidade de fortalecer cada vez mais a relação entre a comunidade acadêmica e a comunidade regional, a fim de construir uma mobilização permanente em favor da consolidação e da expansão da UFFS. Reforçam a importância do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que estabelece diretrizes, objetivos e metas a serem cumpridas pelo Estado brasileiro (nas esferas municipal, estadual e federal), no período de 2015 e 2024, que contrastam a PEC 55/2016, que limita os investimentos na educação pública. O posicionamento requer a mobilização política, no âmbito interno, regional e das instituições de ensino em favor da mudança do projeto político em curso.

Com relação ao segundo posicionamento, focado na expansão interna das ações da Universidade mediante ajustes e qualificação das ações, os debates apontam para a necessidade de: a) retomar a discussão da consolidação e expansão diante do cenário atual, bastante distinto do período de confecção do plano de expansão construído pelos *campi*; b) recolocar a discussão na Universidade como um todo, para reconstituir o equilíbrio, que se perdeu, entre as demandas de formação e a forma como ela distribui seus esforços no seu raio de atuação; c) fazer um balanço dos movimentos de expansão e retração dos cursos nos *campi* da UFFS ao longo dos últimos anos; d) analisar a atuação da Universidade na região onde está inserida. Nesse sentido, será preciso conciliar as demandas internas da Instituição, focadas na verticalização (graduação x pós-graduação) com demandas externas da comunidade, focadas em novas iniciativas de cursos e áreas de atuação. Isso implica dialogar com os debates já realizados, mas também estabelecer critérios para definição de prioridades capazes de articular essas dimensões. Dentre estas, destaca-se a necessidade de não perder de vista a graduação como eixo estruturante da consolidação e expansão.

2.2

EXPANSÃO: ALGUMAS PARTICULARIDADES RELACIONADAS À AVALIAÇÃO DOS CAMPI

Nos relatos apresentados, o foco na expansão do *campus* ganhou maior ou menor relevância nos diferentes *campi* que se ocuparam com a temática da consolidação e expansão. Considerando que no item anterior foram apontadas as reflexões relacionadas à expansão da Universidade como um todo, apresentamos na sequência as teses principais relacionadas à expansão dos *campi*, limitada aos casos em que os debates avançaram nesta direção.

2.2.1

CAMPUS ERECHIM

De acordo com os relatos apresentados, a Conferência referenda o Plano de Desenvolvimento do *Campus* Erechim, conforme debate ocorrido em 2014 e registrado no memorando nº 158/GABDERE/UFFS/2014, enviado pela direção local à Reitoria, tendo por base as cinco diretrizes que o inspiraram: a) expansão com qualidade; b) adensamento de áreas; c) economicidade do bem público; d) fortalecimento do caráter de universidade popular; e) desenvolvimento sustentável. O Plano sinaliza para a duplicação do *Campus* Erechim, tanto no que se refere a sua capacidade física instalada, como à oferta de cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, como caminho fundamental para a sua consolidação. Também referenda as prioridades de cursos definidas pelo Conselho de *Campus*, conforme exposto no Memorando nº 072/GDIR-ER/UFFS/2016, enviado pela direção local à Reitoria, em 06 de maio de 2016.

2.2.2

CAMPUS CHAPECÓ

As reflexões apontam mais fortemente para o reconhecimento das dificuldades de expansão diante do cenário político, a partir das quais sinaliza para a necessidade de avaliar as possibilidades de expansão da oferta de vagas, turmas e eventualmente algum curso. Para além dessas reflexões, o Conselho do *Campus* Chapecó aprovou um plano de expansão para os cursos de graduação, da seguinte forma: Engenharia Civil (ênfase em Infraestrutura), Fisioterapia, Música (licenciatura), Ciências Contábeis, Engenharia Elétrica, Direito, Engenharia Química, Ciências Econômicas, Farmácia e Artes Visuais (licenciatura).

Conforme os relatos encaminhados, o *Campus* sinaliza também para a expansão dos cursos de pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado.

2.2.3

CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

Os debates realizados no âmbito do *campus* Laranjeiras do Sul, não dialogam diretamente com o Plano de Expansão construído anteriormente. Traduzem uma tentativa de identificação de diretrizes orientadoras para um possível processo de expansão. Não se trata, neste caso, de uma proposição fechada, como se pode observar nos argumentos apresentados no relato, que apontam inclusive para direções diferentes, envolvendo uma combinação de fatores internos e externos:

- A. Ao levantar a indagação sobre a quem a UFFS deve servir, os relatos reforçam o compromisso com a criação de cursos voltados para a realidade regional. A título de realidade regional, aparecem argumentos em defesa de se pensar cursos que atentem para a característica dos propensos estudantes, que são trabalhadores, e da oferta de cursos noturnos para atendê-los. Numa outra direção, aparecem argumentos em defesa da oferta de cursos atrativos, no intuito de administrar a evasão, e de cursos focados no empreendedorismo e voltados para o atendimento das demandas do mercado de trabalho;
- B. No diálogo com a realidade acadêmica do *Campus*, aponta-se para a necessidade de a expansão tomar por referência as áreas de estudo já existentes, de forma a otimizar os recursos humanos e fortalecer as demandas já identificadas no ato da criação da Universidade, cujo foco é o desenvolvimento regional. Neste sentido, a expansão de cursos poderia avançar na direção das ciências sociais aplicadas, que dialogariam com o curso de Ciências Econômicas.

2.2.4

CAMPUS REALEZA

As discussões apresentaram um quadro comparativo de vagas ofertadas por ocasião da criação da UFFS e o cenário atual. Evidenciou-se, a partir dos dados dos processos seletivos ano a ano (da instituição como um todo), a necessidade de se promoverem esforços no sentido de adequar as ofertas de vagas e cursos às demandas regionais, especialmente onde há maior procura. Nesse sentido, sinalizou-se que ajustes internos podem resultar na otimização de recursos humanos para produzir alternativas de ampliação da oferta de vagas e/ou alguns cursos de graduação.

Os relatos envolvem uma reflexão sobre o processo de criação do *Campus* e da Universidade a partir de uma mobilização social e reconhecem a sua importância para a constituição do projeto que está em andamento nos dias atuais. Com relação ao projeto de expansão, que envolveu a realização de um conjunto de audiências públicas e discussões ao longo dos anos de 2013 e 2014, reconhecem a necessidade de retomada dos debates, considerando as mudanças no cenário político e a realidade atual do desenvolvimento institucional. Sinalizam que no projeto inicial do *Campus* foi dada atenção demasiada ao hospital veterinário, de forma que a consolidação e expansão requerem investimentos em outras partes da estrutura física do *Campus*, como bloco administrativo, biblioteca, mais um bloco de laboratório, centro de avaliação, fomento e certificação de alimentos, além da criação de novos cursos de graduação que dialoguem e fortaleçam os existentes.

2.2.5

CAMPUS PASSO FUNDO

No caso do *Campus* Passo Fundo, os relatos também apontam para a reafirmação do Plano de Expansão aprovado no Conselho Comunitário e de *Campus*, além de referências à expansão da pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. O argumento é a defesa da manutenção da linha de formação focada na atenção básica em saúde e a ampliação das relações com mais entidades da região.

2.3

CONSOLIDAÇÃO: ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

Os relatos apresentados pelos *campi* apontam a relação entre Universidade e sociedade como orientação central da consolidação. Nesse sentido, destacam um conjunto de preocupações associadas ao desenvolvimento das ações voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão, a arte e a cultura, dentre as quais se destaca a necessidade de avançar na articulação do ensino com a pesquisa e a extensão na definição das políticas institucionais e no desenvolvimento das ações que lhe são correspondentes, bem como a valorização da arte e da cultura.

2.3.1

DESAFIOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Os desafios apontados envolvem preocupações com a integração da pesquisa e extensão com o ensino, incluindo a presença da pesquisa e extensão nos PPCs

dos cursos, o estabelecimento de uma linha de continuidade entre graduação e pós-graduação, o fortalecimento da relação com a escola e a formação dos docentes formadores. Também sinalizam para a importância da oferta de cursos em áreas ainda não contempladas pela UFFS.

2.3.2

DESAFIOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Os desafios apontados envolvem um conjunto de preocupações que envolvem a definição das demandas da pesquisa, as prioridades de financiamento, a participação dos estudantes, a formação de grupos de pesquisa, a devolutiva social dos resultados da pesquisa, entre outros, conforme registrado nos apontamentos que seguem:

- A. Há necessidade de rever, não os princípios, mas o desenvolvimento da pesquisa na Instituição;
- B. A pesquisa deve estar direcionada para a preocupação com a preservação ambiental, a produção de alimentos saudáveis e a melhoria das condições de vida da população na região de abrangência da UFFS;
- C. Os GTs devem ter autonomia no fomento da pesquisa integrada com as demandas da sociedade, discutindo os programas de pesquisa e definindo temáticas;
- D. É preciso criar mecanismos para manter o aluno o dia todo na Universidade, para que possa ser iniciado efetivamente na pesquisa;
- E. É preciso investir na divulgação para que a comunidade conheça e reconheça de fato a universidade e as práticas de pesquisa devem ser mais visíveis para a sociedade;
- F. As exigências para a criação de núcleos de estudos avançados limitam a criação desses grupos, especialmente nos *campi* menores, pois requer a vinculação dos professores a um programa de pós-graduação *strictu sensu*, com produtividade reconhecida pelo CNPQ;
- G. O plano de qualificação dos servidores precisa avançar para reconhecer sua contribuição na consolidação da Universidade em suas ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura.

2.3.2

DESAFIOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO E CULTURA

Os desafios apontados para a extensão envolvem um conjunto de preocupações relacionadas à necessidade de um reconhecimento mais efetivo das

atividades de extensão, cultura e arte na Universidade, à problematização da concepção, à indicação da existência de um excesso de burocracia na institucionalização de programas e projetos, ao número limitado de bolsas e à participação dos técnicos, entre outros, conforme registrado nos apontamentos que seguem:

- A. A extensão não tem se caracterizado como prioridade institucional;
- B. A cultura não é vista como extensão; as artes e a Universidade estão muito afastadas; a arte e a cultura não são valorizadas nos editais e bolsas oferecidas pela UFFS; são raras as bolsas e projetos que são contemplados para a cultura e extensão;
- C. Embora não seja possível viver fora da dimensão cultural e a Universidade receba diversas culturas, observa-se uma grande dificuldade para trabalhar com a diversidade cultural;
- D. Há uma burocracia exagerada para encaminhar e institucionalizar projetos de extensão. A própria logística da Universidade impede a política Institucional. Existem muitos professores da UFFS que desenvolvem cursos de extensão em outras universidades, pois a burocracia e a política de extensão oferecem muitos empecilhos;
- E. Os editais não viabilizam a concretização da política de extensão;
- F. A participação dos técnicos administrativos em educação em projetos de extensão é limitada, uma vez que não podem atuar como orientadores de bolsistas.

3

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS E AÇÕES

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Consolidação e expansão da UFFS: aspectos gerais	1.1 Avanço na solidificação dos princípios fundamentais da Instituição;
	1.2 Reflexão da Universidade quanto à condição econômica dos estudantes;
	1.3 Investimento na divulgação para que a comunidade conheça e reconheça de fato a Universidade, o perfil de seus estudantes, os programas e projetos que desenvolve;
	1.4 Realização de uma integração maior entre comunidade acadêmica e regional da UFFS, para que os eventos de grande importância sejam mais discutidos;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	1.5 Criação da rádio universitária;
	1.6 Manutenção e aprimoramento dos auxílios socioeconômicos e da política de permanência da UFFS;
	1.7 Concepção de permanência efetiva a partir do perfil de aluno diferenciado da UFFS, por meio da oferta de serviços, programas e projetos;
	1.8 Ampliação do diálogo com a comunidade, visando a permanência do estudante na Universidade;
	1.9 Construção da Casa do Estudante;
	1.10 Cultivo do diálogo permanente com o poder público para superar o descompasso da ação da Universidade com as entidades locais e regionais;
	1.11 Criação de mecanismos de diálogo entre as IES da região para potencializar as ações da Universidade;
	1.12 Defesa das políticas de acesso da UFFS e busca de estratégias para não perder os direitos já garantidos;
	1.13 Elaboração de propostas dialogadas de formação para os agricultores, estabelecendo polo de referência, na tentativa de dar resposta ao movimento que constituiu a Universidade;
	1.14 Estimular a participação dos professores, alunos e representantes da comunidade nas instâncias da Universidade;
	1.15 Promoção da qualificação do corpo técnico da Universidade;
	1.16 Construção de espaços de diálogo com a região no sentido de viabilizar oportunidades de trabalho para os alunos formados pela UFFS atuarem na região;
	1.17 Discussão do tema da consolidação e expansão diante da realidade atual, fazer um balanço dos movimentos de expansão e retração dos cursos nos <i>campi</i> da UFFS;
	1.18 Análise da atuação da Universidade na região onde está inserida, resgatando os debates que já foram realizados e incluí-los no plano de expansão e consolidação;
1.19 Politização da população sobre a importância de se mobilizar em busca da manutenção e expansão da estrutura da Universidade;	

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	1.20 Promoção da aproximação das entidades de ensino superior existentes na região de forma a potencializar/fomentar a estrutura existente a partir do potencial da região;
	1.21 Expansão das vagas nos cursos, com os códigos de vagas que já existem na UFFS;
	1.22 Consolidação da infraestrutura física dos <i>campi</i> mediante complementação das obras prioritárias de cada unidade;
	1.23 Fortalecimento da relação entre a comunidade acadêmica regional a fim de construir uma forte mobilização contínua em favor da consolidação e expansão da UFFS, enfrentando a conjuntura adversa na qual se aprofundam as políticas neoliberais nas áreas sociais, especialmente na educação;
	1.24 Realização de um processo contínuo e amplo de mobilização, nos três estados do Sul do Brasil, exigindo o cumprimento de todas as metas do Plano Nacional de Educação - especialmente a Meta 20, que prevê a aplicação do patamar de 7% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2020 -, coordenado por membros da comunidade acadêmica e regional;
	1.25 Promoção de um posicionamento contínuo e permanente dos órgãos da direção e da comunidade acadêmica e regional contra a PEC 241 ou PEC 55, também conhecida como a PEC do Teto dos Gastos, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Temer em 2016.
	1.26 Criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, em conformidade com o Plano de Expansão dos <i>campi</i> ;
	1.27 Priorização dos esforços de consolidação e expansão dos atuais <i>campi</i> , em relação a criação de novos;
	1.28 Elaboração de um plano de expansão institucional, a partir dos plano dos <i>campi</i> , levando em conta: a) o investimento de esforços institucionais na elaboração de um diagnóstico da distribuição de vagas discentes na graduação, a partir das demandas dos processos seletivos historicamente acumulados pela instituição; b) o direcionamento de esforços institucionais na revisão da distribuição de vagas docentes entre os <i>campi</i> , considerando a abertura e encerramento de ofertas nos cursos existentes já promovidas.
2. Consolidação das atividades de ensino	2.1 Observação das ênfases curriculares de cada curso;
	2.2 Aproximação Universidade e escola;
	2.3 Reflexão sobre a formação dos docentes;

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	2.4 Reconhecimento da produção de material didático;
	2.5 Promoção da educação para diversidade e aprofundamento do conhecimento das etnias regionais;
	2.6 Reafirmação da imersão como estratégia pedagógica de garantia de uma formação integral e de qualidade na área da medicina e manutenção da linha de formação focada na atenção básica em saúde;
	2.7 Fortalecimento das atividades de ensino mediante a inclusão da pesquisa e da extensão em todos os PPCs;
	2.8 Avaliação da possibilidade de ampliar minimamente os cursos de graduação e as vagas nas turmas ofertadas dentro dos cursos diante do cenário político atual de restrição fiscal;
	2.9 Manutenção da graduação como base das atividades e fortalecer suas relações com a pós-graduação.
3. Consolidação das atividades de pesquisa	3.1 Ampliação do campo de pesquisa por meio da identificação de demandas vinculadas às prioridades institucionais, buscando também estabelecer parcerias com outras instituições;
	3.2 Valorização/priorização das demandas coletivas de pesquisa sobre as individuais;
	3.3 Fomento do diálogo entre a comunidade acadêmica e Instituições de Ensino Superior, visando construir GTs e linhas de pesquisa de interesse regional;
	3.4 Fortalecimento dos GTs, integrando diferentes áreas do conhecimento, definindo as linhas de pesquisa em função dos projetos de pesquisa amplamente discutidos no âmbito dos GTs;
	3.5 Garantia de uma linha de pesquisa que tenha o compromisso voltado para o desenvolvimento sustentável, produção de alimentos e o uso de tecnologias direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar;
	3.6 Estabelecimento de parcerias com as Instituições de Ensino Superior para publicação e divulgação de materiais científicos, resultantes do trabalho integrado de pesquisa na região;
	3.7 Qualificação de jovens cientistas comprometidos com a política social da UFFS;
	3.8 Ampliação das pesquisas para consolidar a pós-graduação e viabilizar a criação de projeto de doutorado na UFFS.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
4. Consolidação das atividades de extensão, cultura e arte	4.1 Fortalecimento da relação da Universidade com a sociedade por meio da extensão;
	4.2 Valorização da arte e a cultura, entendendo-as como espaços privilegiados de realização da interdisciplinaridade, de intercâmbio social e de promoção da autonomia intelectual;
	4.3 Realização de oficinas de arte;
	4.4 Ampliação dos programas e bolsas de extensão e cultura;
	4.5 Desburocratização dos processos de encaminhamento de projetos, principalmente de extensão;
	4.6 Inclusão da extensão nos PPCs de todos os cursos, não os concebendo apenas como projetos e programas isolados;
	4.7 Permissão e incentivo à participação dos servidores técnico-administrativos em educação em projetos de pesquisa, extensão e cultura.



ANEXO A
REGIMENTO
DA II COEPE



II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS

*“O Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura
na perspectiva de uma Universidade Popular”*

REGIMENTO

Aprovado em 26 de abril de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó-SC.

Reitor: Jaime Giolo

Vice-Reitor: Antonio Inácio Andrioli

Pró-Reitor de Graduação: João Alfredo Braidá

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vítório Trevisol

Pró-Reitor de Planejamento: Charles Albino Schultz

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Péricles Luiz Brustolin

Pró-Reitor de Cultura e Extensão: Emerson Neves da Silva

Dirigentes de Chapecó-SC

Diretora de *Campus*: Lísia Regina Ferreira

Coordenadora Administrativa: Ana Cláudia Lara Prado

Coordenador Acadêmico: Rosane Rossato Binotto

Dirigentes de Cerro Largo-RS

Diretor de *Campus*: Ivann Carlos Lago

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider

Coordenadora Acadêmica: Lauren Lúcia Zamin

Dirigentes de Erechim-RS

Diretor de *Campus*: Anderson Andre Genro Alves Ribeiro

Coordenador Administrativo: Guilherme Romero

Coordenadora Acadêmica: Juçara Spinelli

Dirigentes de Passo Fundo-RS

Diretor de *Campus*: Vanderlei de Oliveira Farias

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Rafael Kremer

Dirigentes de Laranjeiras do Sul-PR

Diretora de *Campus*: Janete Stoffel

Coordenador Administrativo: Sandro Neckel da Silva

Coordenadora Acadêmica: Katia Aparecida Seganfredo

Dirigentes de Realeza-PR

Diretor de *Campus*: Antonio Marcos Myskiw,

Coordenador Administrativo: Maikel Douglas Florintino

Coordenador Acadêmico: Marcos Antonio Beal

Comissão de Documentos (PORTARIA nº 1219GR/UFFS/2016)

Dezembro de 2016



Sumário

CAPÍTULO I – DA DEFINIÇÃO.....	4
CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS.....	4
CAPÍTULO III – DA ESTRUTURA, DA ORGANIZAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO.....	5
CAPÍTULO IV – DAS COMISSÕES.....	6
CAPÍTULO IV – DOS FÓRUMS TEMÁTICOS.....	8
CAPÍTULO V – DA METODOLOGIA DAS ETAPAS DA CONFERÊNCIA.....	9
CAPÍTULO VI – PROGRAMAÇÃO DO EVENTO.....	11
CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	11



CAPÍTULO I – DA DEFINIÇÃO

Art. 1º A Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE) é um evento institucional, que visa promover e fortalecer os espaços de participação da comunidade acadêmica e regional na definição das políticas, diretrizes e ações que devem orientar o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura da UFFS.

Art. 2º A COEPE orienta-se pelos princípios norteadores presentes no Estatuto e no Regimento Geral e demais regramentos institucionais da UFFS.

Art. 3º A COEPE, enquanto evento institucional, será coordenada pelas pró-reitorias acadêmicas e realizada em todos os *campi* da UFFS, envolvendo todas as instâncias institucionais e todos os segmentos que integram a comunidade acadêmica e regional.

Art. 4º A II COEPE terá como tema central: “O Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura na perspectiva de uma Universidade Popular”.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 5º A II COEPE tem como objetivo geral fortalecer a conferência enquanto espaço de participação da comunidade acadêmica e regional na definição das políticas, diretrizes e ações que devem orientar o planejamento institucional da UFFS para o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura.

Art. 6º A II COEPE tem como objetivos específicos:

I – Envolver a comunidade acadêmica e regional na avaliação da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão, tomando como referência as políticas e as ações estabelecidas para o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura no Documento Final da I COEPE;

II – Promover a cultura da participação no processo de avaliação e de planejamento das áreas acadêmicas da UFFS;

III – Fomentar a integração universidade-sociedade e a participação da comunidade regional nos processos de definição das diretrizes e ações institucionais;

IV – Construir as (novas) diretrizes e ações prioritárias que devem orientar o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura da UFFS de forma integrada no próximo quinquênio;

V – Aprofundar os debates sobre o projeto institucional da UFFS, particularmente sobre os seus compromissos enquanto universidade popular situada numa região de fronteira.



CAPÍTULO III – DA ESTRUTURA, DA ORGANIZAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO

Art. 7º A II COEPE terá as seguintes etapas:

- I – Pré-Conferência
- II – Abertura;
- III – Sessões da Conferência em todos os *campi*;
- IV – Plenária Final.

Art. 8º A Pré-Conferência será realizada em todos os *campi* da UFFS por meio de audiências públicas e outras atividades, em dias e horários que permitirão a participação da comunidade acadêmica e regional.

§ 1º – As audiências públicas, previamente agendadas, visam avaliar os avanços e as lacunas da I COEPE, assim como envolver a comunidade no processo preparatório da II COEPE.

§ 2º – Cabe à Direção de *Campus* e à Comissão Organizadora Local a tarefa de organizar e realizar a(s) audiência(s) pública(s) no âmbito do *Campus*.

Art. 9º A abertura da COEPE será realizada em Erechim, no dia 29 de março de 2017, em local e horário que permitam a participação da comunidade regional, dos estudantes e dos servidores da UFFS.

§ 1º – A abertura visa instalar oficialmente os trabalhos da II COEPE e apresentar à comunidade, para o debate, o Documento-Referência, o Regimento, a metodologia e a programação da Conferência..

§ 2º – Cabe à Reitoria, à Comissão Organizadora Geral e à Secretaria-Geral da II COEPE a organização e realização da solenidade e dos trabalhos de instalação da Conferência.

Art. 10º As sessões da Conferência serão realizadas em todos os *campi* da UFFS, em datas e horários previamente agendados, por meio da realização de fóruns temáticos (FT).

§ 1º – Os fóruns temáticos visam à análise e deliberação sobre as políticas e ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura e sobre a atuação da UFFS na mesorregião da Fronteira Sul;

§ 2º – Cabe à Direção de *Campus* e à Comissão Organizadora Local a tarefa de organizar as sessões dos fóruns temáticos.

Art. 11 A Plenária Final da II COEPE será realizada em Chapecó, nos dias 14 e 15 de setembro de 2017, em local e horário que permitam a participação dos delegados representantes dos diferentes *campi* e segmentos da comunidade acadêmica e regional.

§ 1º – A Plenária Final será composta por delegados previamente escolhidos, cabendo-lhes a tarefa de analisar e deliberar sobre as proposições apresentadas ao Documento-Base, devidamente sistematizadas e organizadas pela Comissão Geral de Sistematização.

§ 2º – Cabe à Comissão Organizadora Geral e à Secretaria-Geral da II COEPE a organização dos trabalhos da Plenária Final da Conferência.

§ 3º – A Plenária Final será composta pelos delegados, previamente escolhidos e indicados, e pelo público em geral, sendo que a voz e o voto serão exercidos apenas pelos delegados presentes.

§ 4º – O Documento-Base aprovado pela Plenária Final será publicado como Documento Final da II COEPE, passando a ser uma peça institucional que propõe políticas, diretrizes e ações para o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura da UFFS.



Art. 12 A escolha dos delegados da Plenária Final tomará como referência os critérios observados para composição do corpo de conselheiros no CONSUNI, respeitada a representatividade dos *campi* e segmentos.

§ 1º – O número de delegados será o dobro de conselheiros por segmento dos *campi* no CONSUNI, ficando assim definidos os quantitativos:

- a) *Campus* Chapecó – 24 delegados;
- b) *Campus* Cerro Largo – 14 delegados;
- c) *Campus* Erechim – 18 delegados;
- d) *Campus* Laranjeiras do Sul – 14 delegados;
- e) *Campus* Realeza – 16 delegados;
- f) *Campus* Passo Fundo – 10 delegados.

§ 2º – A composição da delegação dos *campi* deve garantir a representação de, no mínimo, um delegado de cada segmento.

- a) As indicações são de livre escolha por segmento dentre os representantes que registraram participações nas discussões em fóruns temáticos dos *campi*.

CAPÍTULO IV – DAS COMISSÕES

Art. 13 A II Conferência de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da UFFS será organizada por meio das seguintes comissões:

- I – Comissão Organizadora Geral;
- II – Secretaria-executiva Geral;
- III – Comissão Organizadora Local do *Campus*;
- IV – Comissão de Documentos;
- V – Comissão Geral de Sistematização.

Parágrafo único. Os membros de cada uma das comissões são designados em Portaria específica do Gabinete do Reitor, com a possibilidade de alterações a qualquer tempo, de acordo com a necessidade.

Art. 14 À Comissão Organizadora Geral compete:

- I – Elaborar o projeto geral da II COEPE;
- II – Aprovar o Regimento Geral e os documentos norteadores da Conferência;
- III – Aprovar a proposta metodológica da II COEPE;
- IV – Estimular a participação da comunidade acadêmica e regional nas etapas da II COEPE;
- V – Acompanhar o desenvolvimento das Conferências, nas suas diferentes etapas;
- VI – Coordenar e acompanhar os trabalhos das demais comissões;
- VII – Acompanhar o processo de comunicação e divulgação da II COEPE.

Parágrafo único – A Comissão Organizadora Geral será presidida pelas pró-reitorias acadêmicas.

Art. 15 À Secretaria-executiva Geral compete:



- I – Divulgar, organizar e assessorar a realização da II COEPE;
- II – Executar os procedimentos operacionais;
- III – Encaminhar e receber os formulários específicos de registro das deliberações da II COEPE;
- IV – Manter o registro e a guarda de documentos produzidos durante a II COEPE
- V – Coordenar o calendário da II COEPE;
- VI – Organizar o registro das diferentes etapas e encaminhar para certificação dos participantes;
- VII – Apoiar a Comissão Organizadora Geral.

Art. 16 Às Comissões Organizadoras Locais compete no âmbito do *Campus*:

- I – Divulgar o projeto geral da II COEPE, Regimento Geral e os documentos norteadores da Conferência;
- II – Organizar a execução da proposta metodológica da II COEPE;
- III – Viabilizar a participação da comunidade acadêmica e regional nas etapas da II COEPE;
- IV – Coordenar o desenvolvimento da Conferência nas suas diferentes etapas;
- V – Acompanhar os trabalhos das demais comissões;
- VI – Consultar a Comissão Organizadora Geral sobre questões não previstas neste Regimento;
- VII – Promover o processo de comunicação e divulgação da II COEPE;
- VIII – Receber e encaminhar os formulários específicos de registro das deliberações da II COEPE;
- IX – Registrar e sistematizar as contribuições dos fóruns temáticos;
- X – Executar o calendário da II COEPE,
- XI – Apoiar a Comissão Organizadora Geral.

Art. 17 À Comissão de Elaboração de Documento compete:

- I – Elaborar a proposta preliminar estruturante da II COEPE;
- II – Organizar a proposta metodológica da II COEPE;
- III – Buscar junto às instâncias da UFFS informações e textos relativos à graduação, pesquisa, pós-graduação, extensão e cultura;
- IV – Sistematizar dados e indicadores para subsidiar os trabalhos das pré-conferências;
- V – Elaborar o Regimento da II COEPE;
- VI – Organizar o documento que sirva de base às discussões e deliberações a serem desenvolvidas nas primeiras etapas da II COEPE;

Art. 18 À Comissão Geral de Sistematização compete:

- I – Elaborar formulários de registro e sistematização das etapas da II COEPE;
- II – Subsidiar as comissões organizadoras locais na sistematização das etapas da II COEPE;
- III – Compilar e sistematizar a versão do Documento-Base para aprovação na plenária final;
- IV – Organizar a publicação do Documento Final da II COEPE.

Art. 19 As conferências nos *campi* serão organizadas pela Comissão Organizadora Local e poderão ter a participação de membros das pró-reitorias acadêmicas e convidados externos nos fóruns temáticos.



§ 1º – As comissões organizadoras dos *campi* terão como referência, para o desenvolvimento dos trabalhos, os procedimentos aprovados pela Comissão Organizadora Geral e pelo Regimento da II COEPE.

§ 2º – A instalação da II COEPE, a Plenária de Abertura e a Conferência Final em Chapecó-SC serão organizadas pela Comissão Organizadora Geral e pela Comissão Organizadora Local do *Campus* Chapecó.

CAPÍTULO IV – DOS FÓRUNS TEMÁTICOS

Art. 20 Os fóruns temáticos que sistematizarão os grandes temas a partir dos quais a UFFS e a comunidade regional elegerão as ações prioritárias nos campos do ensino, da pesquisa, da extensão e da cultura estão organizados nos seguintes eixos temáticos:

Campus Cerro Largo

1. Acesso, Permanência, Retenção e Evasão;
2. Inovação Social e Tecnológica;
3. Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura na Graduação e na Pós-graduação;
4. Organização Curricular, Internacionalização e Mobilidade Acadêmica;
5. Produção Acadêmica e Inserção da Universidade;
6. Projeto Político Institucional da UFFS e Educação Popular e Democrática;
7. UFFS e a Educação Básica.
8. Universidade e Desenvolvimento Regional;

Campus Chapecó

1. Agricultura Familiar e Agroecologia;
2. Conhecimento, Currículo e Interdisciplinaridade na Perspectiva da Universidade Popular;
3. Consolidação e Expansão, Inclusão, Ações Afirmativas e Evasão;
4. Desenvolvimento Regional e Urbano;
5. Direitos Humanos e Cidadania;
6. Educação Básica e Formação de Professores;
7. Educação do Campo;
8. Gestão, Cooperativismo e Economia Solidária.
9. Meio Ambiente e Sustentabilidade;
10. Mobilidade Acadêmica e Internacionalização;
11. Saúde Pública;
12. Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social;

Campus Erechim

1. Acesso, Permanência, Moradia Estudantil, Retenção e Evasão.
2. Agricultura Familiar e Agroecologia;
3. Consolidação e Expansão;
4. Direitos Humanos, Cidadania e Movimentos Sociais;
5. Educação Básica e Formação de Professores;
6. Educação Popular, Democrática e Participação da Comunidade Regional;



7. Gestão, Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Social;
8. Inclusão e Ações Afirmativas;
9. Integração Acadêmica, Currículo e Interdisciplinaridade;
- 10 Meio Ambiente, Sustentabilidade e Energias Renováveis;
11. Relações Étnico-raciais, Diversidade Sexual e de Gênero;
12. Universidade, Sociedade e Formação Crítica;

Campus Laranjeiras do Sul

1. Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Agroecologia;
2. Consolidação e Expansão da UFFS;
3. Direitos Humanos e Cidadania;
4. Educação Básica;
5. Educação do Campo, Educação Popular e Democrática;
6. Inclusão e Ações Afirmativas;
7. Integração Acadêmica, Currículo e Interdisciplinaridade;
8. Meio Ambiente e Sustentabilidade;
9. Mobilidade Acadêmica e Internacionalização;
10. Políticas Públicas, Economia e Desenvolvimento Regional;
11. Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social;
12. Interfaces Cidade-Campo-Universidade: Juventude e Vida Acadêmica.

Campus Passo Fundo

1. Saúde Pública.

Campus Realeza

1. Agricultura familiar, agroecologia e segurança/soberania alimentar;
2. Consolidação e expansão;
3. Direitos Humanos e Cidadania;
4. Educação Básica;
5. Educação Popular e democrática;
6. Gestão Pública e Políticas Públicas.
7. Inclusão e Ações Afirmativas;
8. Integração acadêmica, currículo e interdisciplinaridade;
9. Meio Ambiente, sustentabilidade, saúde e bem estar animal;
10. Mobilidade acadêmica e internacionalização;
11. Saúde Pública;
12. Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social;

CAPÍTULO V – DA METODOLOGIA DAS ETAPAS DA CONFERÊNCIA

Art. 21 Os fóruns temáticos poderão ser organizados por meio de mesas-redondas, plenárias, grupos de discussão e demais metodologias participativas que garantam as especificidades do ensino, da pesquisa, da extensão e da cultura.

Parágrafo único – Os trabalhos dos fóruns temáticos serão norteados pelo Documento-Referência com Indicadores da UFFS 2010-2016.



Art. 22 A discussão nos fóruns temáticos seguirá a seguinte metodologia:

I – Cada fórum temático será coordenado por um servidor da UFFS e contará com, no mínimo, dois relatores vinculados à UFFS.

II – A coordenação do fórum deverá garantir que o texto correspondente à temática, presente no documento-referência para o debate, seja o norteador dos trabalhos;

III – Os painelistas dos fóruns temáticos serão representantes dos movimentos sociais e sindicais, das ONGs, de entidades civis, de instituições públicas federais, estaduais e municipais, de empresários, de grupos de pesquisa, professores pesquisadores e outros, e serão definidos pelos coordenadores responsáveis pelos fóruns temáticos em conjunto com a Comissão Organizadora Local.

IV – Caberá à Comissão Organizadora Local formalizar o convite aos painelistas.

V – As exposições, os debates e as propostas devem contribuir para os objetivos dos fóruns temáticos. Os painelistas devem orientar as suas exposições, que terão em torno de 30 minutos, apresentando considerações acerca da materialização da extensão e cultura e/ou pesquisa e/ou ensino de uma Universidade Popular nos próximos anos.

VI – Após a fala dos painelistas será aberto espaço para a contribuição dos participantes.

VII – Após a apresentação dos painelistas e a contribuição dos demais participantes, caberá ao coordenador fazer um comentário final, articulando as principais considerações e deliberações levantadas no fórum temático.

VIII – Caberá aos relatores anotar e sistematizar as discussões ocorridas e as proposições de objetivos e metas para cada eixo das áreas acadêmicas indicadas na metodologia da II COEPE.

IX – O coordenador e os relatores de cada fórum temático deverão apresentar as proposições de objetivos e metas em plenária para aprovação e, posteriormente, encaminhar o registro da aprovação e o documento à Comissão Organizadora Local.

Art. 23 A Comissão Organizadora Local, juntamente com os coordenadores dos fóruns temáticos, produzirá um documento único, que deverá incluir os objetivos e as metas para os eixos elaborados a partir das aprovações em plenária, e o enviará à Comissão de Sistematização Geral.

Parágrafo único – Cada *campus* deverá encaminhar os formulários dos fóruns temáticos para a Comissão de Sistematização Geral 10 dias úteis após a sua realização.

Art. 24 Dos relatos de cada fórum temático, os coordenadores terão a incumbência de organizar a elaboração de um texto acadêmico que represente o conjunto das discussões de cada fórum temático em cada *campus*, que comporá o Documento Final da II COEPE.

Parágrafo único – Cada *campus* deverá encaminhar os textos acadêmicos elaborados em seus fóruns temáticos para a Comissão de Sistematização Geral conforme prazos e metodologias indicados pela mesma.



Art. 25 Na Conferência Final da II COEPE será apresentado o Documento-Base com as políticas de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e cultura da UFFS, organizado pela Comissão de Sistematização Geral.

I – Antes da Conferência Final, os participantes da II COEPE terão acesso ao Documento-base para facilitar a apresentação e o debate das propostas levantadas.

II – Os itens não consensuados nos fóruns temáticos serão submetidos para a plenária antes da aprovação do Documento Final.

III – A mesa coordenadora terá no mínimo dois relatores, com responsabilidade de registrar as definições encaminhadas em plenária a respeito do Documento Final.

IV – A Conferência Final deve prever um momento de votação e aprovação do documento na íntegra após os debates efetivados nesta etapa.

V – O Documento Final indicará as diretrizes para a definição das políticas de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e cultura da UFFS.

Art. 26 O resultado das discussões da Conferência será publicado nos Anais da II COEPE.

Parágrafo único: O Documento Final aprovado em plenária passará por revisão linguística e adequações de cunho metodológico conforme normas padrão antes da publicação definitiva.

CAPÍTULO VI – PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Art. 27 A programação e a divulgação da II COEPE serão disponibilizadas nos meios de comunicação da UFFS com apoio da Diretoria de Comunicação.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora Geral da II COEPE.



ANEXO B

PROGRAMAÇÃO GERAL DA II COEPE

PROGRAMAÇÃO GERAL

Etapa	Quando	O que é	Local
Pré-conferência	2016	Audiências públicas preparatórias	Campi da UFFS
Plenária de abertura	Março de 2017	Conferência com Gaudêncio Frigoto	Campus Erechim
Fóruns temáticos	Março a setembro de 2017		Campi da UFFS
Plenária final	Março de 2018		Campus Chapecó

ETAPAS

1

PRÉ-CONFERÊNCIA

Audiências públicas preparatórias

Campus	Data	Horário
Laranjeiras do Sul	20 de outubro de 2016	18h
Cerro Largo	16 de novembro de 2016	14h
Realeza	17 de novembro de 2016	8h
Chapecó	21 de fevereiro de 2017	14h
Erechim	06 de abril de 2017	14h
Passo Fundo	24 de março de 2017	13h30

2

PLENÁRIA DE ABERTURA

Conferencista: Gaudêncio Frigotto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Temática: “Os desafios do Ensino, da Pesquisa e Extensão no contexto da universidade pública, democrática e popular”

Campus	Data	Horário	Local
Erechim	29.03.2017	19h	Associação Comercial e Industrial de Erechim (AC-CIE), Rua Henrique Pedro Salomoni, s/nº, Bairro Frinape

3

PLENÁRIA FINAL

Campus	Data	Horário	Local
Chapecó	29.03.2018	08h	Auditório do Bloco B – Campus Chapecó



ANEXO C

**PROGRAMAÇÕES
LOCAIS E PAINELISTAS
DA II COEPE**

Fóruns Temáticos por Campus

CAMPUS CHAPECÓ

Fórum Temático	Coordenador	Relator	Expositor	Entidade
Agricultura Familiar e Agroecologia	Valdete Boni	Geraldo Ceni Coelho; James Luiz Berto	Márcio Gazolla; Justina Inês Cima; Genes da Fonseca	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC-SC); União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES-SC)
Saúde Pública	Daniela Savi Geremia	Paulo Barbató; Larissa Hermes Thomas Tombini	Aida da Silva; Izelda Terezinha Oro; Vivanceli Brunello Kiaz; Otília Cristina Rodrigues	Conselho Municipal de Saúde de Chapecó-SC; Secretaria Municipal de Saúde de Chapecó-SC; Agência de Desenvolvimento Regional de Chapecó
Meio Ambiente e Sustentabilidade	Paulo Roger Lopes Alves	Aline de Almeida Mota; Manuella de Moraes	Antonio Baptistston; Janete Facco; Fabio Luiz Carasek; Leandro Bassani; Alcione Belache;	Consórcio Iberê; Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN); Projeto Rede Guarani Serra Geral; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Fundação Científica e Tecnológica em Energias Renováveis (FCTER)
Educação do Campo	William Simões			
Tecnologia Inovação e Desenvolvimento Social	Roberto Mauro Dallagnol	Moacir F. Deimling	André Telocken; Rafael Nadel; Humberto Tona- ni Tosta	Associação Pólo Tecnológico do Oeste Catarinense (Deattec); Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CMCTI); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Desenvolvimento Regional e Urbano	Alexandre Matiello	Alexandre Matiello; Monica Hass/Ederson Nascimento	Franklin S. de Brum Junior; Alcides Ziglioli; Claudio Machado Maia.	Prefeitura Municipal de Chapecó-SC; Sociedade Amigos de Chapecó (SACH); Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
Processos de Inclusão: Ações afirmativas e Evasão na UFFS	Rosileia Lucia Nierotka	Patrícia Schons; Patrícia Graffi; Patrícia Santana Dorta; Lísia Regina Ferreira Michels; Larissa Brand Back	Rosileia Lucia Nierotka; Jéssica Teixeira; Cláudete Gomes Soares; Pedro Eloir Melchioris; Alexandre Luis Fassina; Regina Ferreira Michels; Ubiratan Garcia Vieira; João Alfredo Braida; Angela Derlise Stubbe; Rosane Rossato Binotto; Patrícia Schons; Josiane Weber	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Movimento Pró-Universidade; Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)

Fórum Temático	Coordenador	Relator	Expositor	Entidade
Consolidação e Expansão	Rosileia Lucia Nierotka	Patrícia Schons; Patrícia Graffi; Patrícia Santana Dorta; Lísia Regina Ferreira Michels; Larissa Brand Back	Claudio Antônio Vignatti; Lísia Regina Ferreira Michels; Jaime Giolo; Cristiano; Dariane Carlos; Alaor Antonio Camillo; Tomé Coletti; José Carlos Radin	Movimento Pró-Universidade; Partido dos Trabalhadores (PT); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Direitos Humanos e Cidadania	Julyane Felipette Lima	Everton Bandeira Martins	Paulo César Carbonari	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CONDIM)
Conhecimento Curricular e Interdisciplinaridade na Perspectiva de uma Universidade Popular	Solange Maria Alves	Alexandre Luis Fassina	João Alfredo Braida; Edivaldo Bertolotto	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
Gestão, Cooperativismo e Economia Solidária	Darlan Cristiano Kroth	João Guilherme Leite; Darlan Cristiano Kroth	Carlos Eduardo Arms; Alexandre Bergamin; Alvaro Santin; Geovani Munarini; Antônio Schnorr	Núcleo de Extensão para o Desenvolvimento Territorial (NEDET); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (COOPTRASC); Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (Cooper Central Sabor Colonial)
Educação Básica e Formação de Professores	Alexandre Luis Fassina	Ademir Luiz Bazzotti; Solange Maria Alves	Elisabete do Carmo Dal Piva; Locenir de Moura; Elisabeth Maria Timm Seferin; Êlsio José Corá.	Rede Estadual de Educação Básica; Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (AMOSC); Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE-SC); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Mobilidade Acadêmica e Internacionalização	Maria Helena Baptista Vilares Cordeiro; Lucélia Peron	Rogeman Sousa Santos; Tatiana Gritti	Lucélia Peron; Maria Helena Baptista Vilares Cordeiro; Marina; Everton; Fernanda; Gerson; Karine; Glaucio Adriano Zorzo Fontana; Loreni; William Cesar Vicente; Nilce Scheffer; Elisa Frana; Simone Pereira Barbosa; Jéssica	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

Fórum Temático	Coordenador	Relator	Expositor	Entidade
Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Agroecologia	Rubens Fey	Sandro Neckel da Silva	Edson Novak de Oliveira; Eleamar do Nascimento Cezimbra; Aline Pomari Fernandes; Cealdevir Gomes Ribeiro; Serli Andrade; Ivo Amorim	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Rádio Campo Aberto; Cooperativa Agroindustrial 8 de junho (Cooperjunho)
Consolidação e Expansão da UFFS	Antônio Maria da Silva Carpes	Cristian Pazin; Yogo Kanquerino	Sandro Aparecido dos Santos; Leda Quast; Vinícios Bragança; Everton Martins Vieira; Bruno Fernandes; Luis Costa; Lisandro Bonome; Ceyça Borges; Antonio Carpes	Universidade do Centro Oeste do Paraná (Unicentro); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seagro)
Direitos Humanos e Cidadania	Nádia Terezinha da Motta Franco; Mariano Sanchez	Willian Nathanael Cartelli de Paula	João Costa; Roque Ademir Favarin; Thaile Cris-tina Lopes Vieira; Siomara Aparecida Marques; Willian N C de Paula; Chaline Evangelho Meyr; Jaíne Gomes de Amorim	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Coletivo Regional de Mulheres da Via Campesina
Educação Básica	Luiz Carlos Freitas	Luiz Carlos Freitas	Luiz Carlos Freitas; Valdemir Velani	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Educação do Campo, Educação Popular e Democrática	Alex Verdério; Ana Cristina Hammel	Alana Cristina Vargas; Everaldo André Bueno	Vitor de Moraes; Ana Cristina Hammel; Marise-la Hernandez; Alex Verdério; Cleber Andrade Pinto de Oliveira; Solange Todero Von Onçay; Claudia Mara Hammel; Thaile Cristina Lopes Vieira	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade do Centro Oeste do Paraná (Unicentro); Escola Municipal Pedro Siqueira; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO)
Inclusão e Ações Afirmativas	Luciana Henrique da Silva; Maude R. de Borba	Fabio Pontarolo	Everton Martins; Luis Carlos Costa; Isabela da Cruz; Tiago Prestes; Jayne Westphal; Fernanda Demichelli; Elias Benvenhu	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Comunidade Quilombola Invernada Paíol de Telha de Guarapuava-PR; Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Integração Acadêmica, Currículo e Interdisciplinaridade	Ernesto Quast	Ernesto Quast	Siomara Aparecida Marques; Betina Muelbert	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Fórum Temático	Coordenador	Relator	Expositor	Entidade
Meio Ambiente e Sustentabilidade	Leonardo Pereira Xavier	Ceyça Borges; Ronan Mactel Marcos	Clóvis Agripino Da Silva; Jaison Gonçalves Reis	Engie Brasil Energia; Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)
Mobilidade Acadêmica e Internacionalização	Betina Muelbert	Liria Angela Andrioli; Amanda Keller Siqueira	Maria Helena Cordeiro; Miguel de Carvalho; Celso Breda; Edson L.M; Elvira Migliorini; Franciele Lenschuko; Nereu Ribeiro; David dos Santos; Charles Gbecke; Carlos Justi; Isabelle Zacari Clementes; Amada Ribeiro; Amanda Keller; Liria Angela Andrioli; Jaqueline Vaz	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Rede Estadual de Ensino do Paraná; Rotary Club de Cantagalo-PR; Rotary Club de Laranjeiras do Sul-PR;
Políticas Públicas, Economia e Desenvolvimento Regional	Rafael Stefanon	Fernando Zatt Schar-dosin; Vania Zanella Pinto	Rafael Stefanon; Célio Bonetti Sede; Guaracy Pacheco; Gilberto Heinzen; Odir Antônio Gortado; Fernando Zatt Schar-dosin; Débora Alice Coelho; João Arami Martins; Leonardo Pereira Xavier; Luciana Henrique da Silva; Maristela da Costa Leite; Anderson Luiz da Oliveira; Thaina Dhaila N.G.da Silva	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná; Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul-PR; Secretaria da Indústria e Comércio do Município de Laranjeiras do Sul-PR; Prefeitura Municipal de Pinhão-PR; Associação dos Municípios do Território da Cantuquiriguaçu; Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEA-GRO); Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)
Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social	Silvia Romão; Gustavo Henrique Fidelis dos Santos	Vânia Zanella Pinto; Marcos Weingartner	André Lazarin Gallina; Gustavo Henrique Fidelis dos Santos; Rafael Stefanon; Fernando Zatt Schar-dosin; Marisa Somensi; Thamara Martins; Pedro Ivan Christoffoli; Ademir Fagundes; Letícia Loana da Cunha; Leocir M. Scopel; Silvia Romão; Paulo F.V. Machado; Airtton Alves Dias; Eliane Maria da Silva	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Núcleo de Inovação Tecnológica e Social (NITS); Erva Mate Laranjeiras; Empresa Junior Desenvolve; Correio do Povo do Paraná; Gráfico Cantu; Associação Comercial de Laranjeiras do Sul-PR (ACCLIS); Fundação de Amparo Municipal de Ensino Superior de Laranjeiras do Sul-PR (FAME-SUL); Rotary Club de Laranjeiras do Sul-PR; Engie Brasil Energia; ONG Observatório Social; Globo Aves; Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP)
Interfaces Cidade-Campo-Universidade: Juventude e Vida Acadêmica	Gracialino Dias	Lucas Damasceno	Gracialino Dias; Luiz Carlos de Freitas	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

CAMPUS REALEZA

Fórum Temático	Coordenador	Relator	Expositor	Entidade
Agricultura Familiar, Agroecologia e Soberania/Segurança Alimentar	Rozane Marcia Triches	Bruno da Rocha Nunes	Marcio Gazolla; Nelson Romano Morgan; José Antonio Barichello; Pedro Ivan Christoffoli; Leo-mar Rippel; Carlos Eduardo Cereto; Cássio Batista Marcon; Rozane Marcia Triches; Fabiana Elias	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Prefeitura Municipal de Realeza-PR; Agrícola Familiar; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Meio Ambiente e Sustentabilidade, Saúde e Bem-estar Animal	Denise Maria de Souza Mello	Cristina Zulmira Almeida de Campos	Jaime Giolo; Gilza Maria de Souza Franco; Susana Regina de Mello Schlemper; Tatiana Champion; Antonio Carlos Pedroso; Fabiana Dalmolin	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Tecnologia Inovação e Desenvolvimento Social	Ademir Roberto Freddo	Bruno da Rocha Nunes	Rafael Wild; André Lazarin Gallina; Ademir Roberto Freddo	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Mobilidade Acadêmica e Internacionalização	Gisele Louro Peres	Bruno da Rocha Nunes	Antonio Carlos Pedroso; Susana Regina de Mello Schlemper; Maria Helena Baptista Vilares Cordeiro; Emily Andressa Santos Lima; Lourdes Maria Olienik Roll	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Rotary Club de Realeza-PR
Educação Básica	Ronaldo Gímenez Garcia	Jackson Luis Martins Cacciamani; Sandra Maria Wirzbicki	Paulo Henrique Schwalm; Rita de cassia dos santos Lima; Adriana Lena Sassi; Maria de Lourdes Bertani	Núcleo Regional de Ensino de Francisco Beltrão-PR; Faculdade de Ampére (FAMPER); Escola Estadual Dom Carlos Eduardo
Saúde Pública	Karina Starikoff	Adriane Ferreira Frizzo; Daniela Andrighi	Nathielli Vieira; Amelia Dreyer Machado; Iucif Abrão Nascif Júnior	Associação Regional de Saúde do Sudoeste de Francisco Beltrão-PR; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Educação Popular e Democrática	Antônio Marcos Myskiw	Cristina Zulmira Almeida de Campos	Rogério Rech; Valeria Korb; Antonio Marcos Myskiw	Secretaria Estadual de Educação do Paraná; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSEOAR-PR); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Direitos Humanos e Cidadania	Marcos Antônio Beal	Guilherme Augusto Schimidt	Marcos Antônio Beal; Maikel; Douglas Florintino; Carmem Daiane Basso; Alan Felipe Schneider Bento; Francisco Luiz Grassi	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Centro de Referência em Direitos Humanos Marcelino Chiarello; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Núcleo Regional de Educação

Fórum Temático	Coordenador	Relator	Expositor	Entidade
Gestão Pública e Políticas Públicas	Antônio Marcos Myskiw	Bruno da Rocha Nunes	Jaci Poli; Inácio Werle; Milton Andreoli; Cláudio Oliveira; Antonio Marcos Myskiw; Allyne Andrade	Instituto Federal do Paraná (IFPR); Prefeitura Municipal de Planalto-PR; Prefeitura Municipal de Realeza-PR; Câmara Municipal de Vereadores de Realeza-PR; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Consolidação e expansão	Marcos Antônio Beal	Cristina Zulmira Almeida de Campos	Jaci Poli; Marcos Antônio Beal Antonio Marcos Myskiw	Instituto Federal do Paraná (IFPR); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

CAMPUS PASSO FUNDO

Fórum Temático	Coordenador	Relator	Expositor	Entidade
Agricultura Familiar, Agroecologia, Segurança alimentar e Saúde	Ivana Loraine Lindemann; Leandro Tuzzin	Ivana Loraine Lindemann; Leandro Tuzzin	Mário Gusson; Valter; Patrícia; Keila; Enio; Maria Aparecida; Alessandra; Ivana Loraine Lindemann; Leandro Tuzzin	Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP); Instituto EDUCAR; 6ª Coordenadoria Regional de Saúde; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Formação Profissional em Saúde, Consolidação e Expansão do Campus	Rafael Kremer; Laura Spaniol Martinelli	Vanderlei de Oliveira Farias; Laura Spaniol Martinelli	Martielo Webery; Felipe Orteiro; Neri Gomes; Gabriela Ferron; Marina Lazaretto; Valdevir Both; Jaime Giolo; Vanderlei de Oliveira Farias	Instituto EDUCAR; Central Única dos Trabalhadores (CUT) Regional Planalto; Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Direitos humanos, Saúde e Cidadania	Dário Sidnei Delavy; Cristiano Silva de Carvalho; Paulo Cesar Carbonari	Cristiano Silva de Carvalho; Paulo Cesar Carbonari	Agata; Donizete Alves; Douglas Grasselli; Bruno Silva; Jonathan Rodrigues dos Santos; Edir Barrozo; Paulo César Carbonari; Vinicius Balbinoti; Cristiano Silva de Carvalho; Roberta; Lucas Antunes; Dario Delavy	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Instituto EDUCAR; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPPF); Sindicato dos Bancários de Passo Fundo
Inclusão e Ações Afirmativas	Jorge Luiz de Souza; Jane Pedão; Camila Agostini	Thiemi Moraes Portela Proença		Instituto EDUCAR; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPPF); Sindicato dos Bancários de Passo Fundo
Tecnologia de Inovação e Economia em Saúde	Gustavo Olszanski Acrani; Lucimar Fossatti; Helena de Moraes	Helena de Moraes Fernandes	Lucimar Fossatti de Carvalho; Helena de Moraes Fernandes; Vanderléia Laodete Pulga; Jaime Giolo; Paulo César Carbonari	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPPF)

Fórum Temático	Coordenador	Relator	Expositor	Entidade
Educação e Saúde	Adelmir Fiabani; Júlio Stobbe; Lissandra Glusczak; Marina Miri Braz Beccari	Lissandra Glusczak	Paulo César dos Santos Braga; Adelmir Fiabani; Bruno Dalagnol; Sheldon Hiller; Pablo João da Costa; Jucélia Machado; Daniele Leão de Freitas	Coletivo Povaréu de Educação Popular em Saúde; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); 6ª Coordenadoria Regional de Saúde; Universidade de Passo Fundo (UPF)
Economia, Saúde e Políticas Públicas	Vanderleia Laodete Pulga; Vanderlei Farias; Amauri Simonetti	Vanderleia Laodete Pulga; Amauri Simonetti	Fernanda; Vanderson; Marcos; Teresinha; Vanderleia Laodete Pulga; Marina; Tais Scalco	Movimento de lutas nos bairros e favelas; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Instituto EDUCAR; Sindicato de Saúde; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Prefeitura Municipal de Marau-RS

CAMPUS CERRO LARGO

Fórum Temático	Coordenador	Relator	Expositor	Entidade
Organização Curricular, Internacionalização e Mobilidade Acadêmica	Jorge Luis Palacios Felix	Jorge Luis Palacios Felix	João Alfredo Braida	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Agricultura Familiar e Agroecologia	Maria Lisiane Quevedo Cunha; Gilberto Corazza	Dianequeti da Silva e Pricila Stark	Edemar Rotta, Benedito da Silva Neto; Louise de Lira Roedel Botelho; Carlos Eduardo Ruschel Anes; Evandro Pedro Schneider Maurício Kasper; Jéssica Eich	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Grupo Orgânicos do Comandai; Rede Missioneira da Agricultura Familiar (REMAF); Arranjos Produtivos Locais (APL MISSÕES)
A UFFS e a Educação Básica	Neusete Machado Rigo, Thiago de Cacio Luchese, Marlene Catarina Stochetto, Rosália Andrighetto	Neusete Machado Rigo	Fabiane de Andrade Leite; Susana da Silva; Luís Carlos Rossato; Luciano Jaeger	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); 10º Núcleo CPERS Sindicato; Secretaria Municipal da Educação de Cerro Largo-RS
Integração Ensino, Pesquisa e Extensão na Graduação e na Pós-graduação	Sandra Balbé de Freitas	Susana da Silva	Luana Garcia Machado; Sandra Balbé de Freitas; Pablo Lemos Berned; Demétrio Alves Paz; Neiva Maria Graziadei Fernandes; Deniz Alcione Nicolay; Bedati Aparecida Finokiet; Benedito Silva Neto; Marcos Alexandre Dullius; Jerson Fontana; William Strucker; Canisio Roque Schmidt	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Teatro A Turma do Dionísio

Fórum Temático	Coordenador	Relator	Expositor	Entidade
Inovação Social e Tecnológica	Luís Carlos Rossato	Ilse Maria Bamberg	Pedro Luís Büttgenbender; Louise de Lira Roedel Bortelho; Bruno München Wenzel	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Projeto Político Institucional da UFFS, Educação Popular-Democrática e Temas da Atualidade Regional-Brasileira	Fátima Pansera; Canisio Roque Schmidt	Judite Scherer Wenzel; Sandra Vidal Nogueira	Cênio Back Weyh; Marlene Catarina Stochero; Judite Scherer Wenzel, Sandra Vidal Nogueira; Canisio Roque Schmidt	Universidade Regional Integrada (URI); 9º Núcleo CPERS Sindicato
Produção Acadêmica e Inserção da Universidade	José Carlos Bourscheid	José Carlos Bourscheid; Susan Chaiana Egevarth	Ivann Carlos Lago, Benedito Silva Neto; Luciane Sippert; José Carlos Bourscheid	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); Prefeitura Municipal de Três Passos-RS

CAMPUS ERECHIM

Fórum Temático	Coordenador	Relator	Expositor	Entidade
Agricultura Familiar e Agroecologia	Ulisses Pereira de Mello	Gismael Francisco Perin; Denilson da Silva; Moisés Marques Prsybyciem	Ulisses Pereira de Mello; Douglas Cenci; Adilson Barroni; Vicente Perin; Samuel Aparecido Pereira da Silva; Paulo dos Santos; Anacleto Zanella; José Cavalli; Edson Filho; Juliana Vendrame; Mariana Zabot	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FE-TRAF); Sindicato Rural de Getúlio Vargas-RS; Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SUTRAF); Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)
Consolidação e Expansão	Anacleto Zanella	Jorge Valdair Psidonik; Alderi Oldra	Anacleto Zanella; Jorge Valdair Psidonik; Adilson Barroni; Jorge Valdair Psidonik	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Direitos Humanos, Cidadania e Movimentos Sociais	Cassio Brancaleone	Humberto Jose da Rocha, Naiá Cloe Lugues e Cristiana Paula Giroto	Otávio Kolcheski; Ricardo Montagner; Tatiane Paulino; Douglas Cenci; Jose Cavalli; Marli Silva; Eluando Mariano; Elisabete Hammes; Pamela Correa; Adriana Mezadri; Naia	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FE-TRAF); CPERS Sindicato; Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI); Coletivo Indígena; Frente Feminista; Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Frente LGBT; Comissão de Direitos Humanos (CDH);

Fórum Temático	Coordenador	Relator	Expositor	Entidade
Educação Básica e Formação de Professores	Denilson da Silva	Vanderléia Dartora	Denilson Silva; Vanderléia Dartora; Carolina P. Sangali; Marcia Fabris; Leocir Meza-dri; Moisés Prybyciem	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paulo Bento-RS; Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo de Gaurama-RS; Secretaria Municipal de Educação de Charrua-RS;
Inclusão e Ações Afirmativas	Sonize Lepke	Paulo Ricardo Muller; Sheila Marques Duarte Bassoli	Sonize Lepke; Sheila Marques Duarte; Paulo Muller	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Meio Ambiente, Sustentabilidade e Energias Renováveis	Paulo Afonso Hartmann	Pedro Germano dos Santos Murara, Clarissa Dalla Rosa, Deise Paludo, João Paulo Peres Bezerra	Ricardo Dal Forno; Gerson Egas Severo	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Gestão, Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Social	Isabel Rosa Gritti	Não foram enviados formulários da COEPE II pelo fórum com os relatos das atividades do fórum. Mas todos os envolvidos (Coordenadora e Expositores) conduziram atividades do fórum no Campus Erechim.	Pamela Marmentini Corrêa; Rhuane Cristiane Fonseca Sales; William da Luz	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Universidade, Sociedade e Formação Crítica	Ilton Benoni da Silva	Ricardo Dal Forno, Gerson Egas Severo		
Relações Étnico-raciais, Diversidade Sexual e de Gênero	Douglas Santos Alves	Douglas Santos Alves	Douglas Santos Alves; Naiá Lugues; Sheila Marques Duarte Bassoli; Leocemar Nascimento; Mariana Zobot; Grasielle Berticelli; Fabio Feltrin; Valéria Barros	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Acesso, Permanência, Moradia Estudantil, Retenção e Evasão	Aline Asturian Kerber	Ana Paula Modesto; Kelly Cristina dos Reis; Liege Barbieri Silveira; Naiá Cloe Lugues; Sheila Marques Duarte Bassoli		Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

ABERTURA



CAMPUS REALEZA



CAMPUS PASSO FUNDO



CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL



CAMPUS ERECHIM



CAMPUS CHAPECÓ



CAMPUS CERRO LARGO



PLENÁRIA FINAL



**Reitoria**

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181 - CEP 89802-112
Telefone: (49) 2049-3100
CNPJ 11.234.780/0001-50

Campus Cerro Largo-RS

Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1.580,
São Pedro, CEP 97900-000
Telefone: (55) 3359-3950

Campus Chapecó-SC

Rodovia SC 484 - km 02, Fronteira Sul,
CEP 89815-899
Telefone: (49) 2049-2600

Campus Erechim-RS

ERS 135 - km 72, 200, Caixa Postal 764,
CEP 99700-970
Telefone: (54) 3321-7050

Campus Laranjeiras do Sul-PR

Rodovia BR 158 - km 405
CEP 85301-970
Telefone: (42) 3635-0000

Campus Passo Fundo-RS

Rua Capitão Araújo, 20, Centro,
CEP 99010-200
Telefone: (54) 3335-8515

Campus Realeza-PR

Rodovia BR 182 - km 466
Avenida Edmundo Gaievski, 1000
Cx Postal 253, CEP 85770-000
Telefone: (46) 3543-8300